

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Mídia, ditadura e contra-hegemonia

A ação do jornal Posição no Espírito Santo

Dissertação de Mestrado

Lino Geraldo Resende

Vitória – ES – Março de 2005

LINO GERALDO RESENDE

Mídia, ditadura e contra-hegemonia
A ação do jornal Posição no Espírito Santo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Área de Concentração: Sociedade e Movimentos Políticos
Orientadora: Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Vitória, ES

2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lino Geraldo Resende

Mídia, ditadura e contra-hegemonia

A ação do jornal Posição no Espírito Santo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Área de Concentração: Sociedade e Movimentos Políticos

Banca Examinadora

Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Giovandro Ferreira

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Gilvan Ventura

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

À minha família – Solange, Fernanda e Fábio – pelo suporte e pela compreensão, essenciais em todas as horas.

Em memória de Jackson Lima, muito mais do que amigo, quase um pai, que me colocou na trilha do jornalismo e foi meu grande professor.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues pela orientação segura, que me facilitou a tomada de decisões e a escolha de caminhos. E pela amizade e suporte oferecido durante o Desenvolvimento do Mestrado e desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça que, com atenção e cuidado, me colocou no trilho e ajudou nos primeiros passos deste Mestrado.

Ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva pelas pertinentes observações sobre o conteúdo inicial deste trabalho, dando uma importante contribuição ao seu aperfeiçoamento.

À Profa. Tânia Mara Ferreira, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por ter disponibilizado sua preciosa – e quase única – coleção do jornal Posição, tornando possível este trabalho.

Aos professores do Mestrado em História Social das Relações Políticas pelo debate instigante proporcionado em conversas pessoais, encontros e seminários, o que ajudou, no final, na formatação desta pesquisa.

RESUMO

RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia, a ação do jornal Posição no Espírito Santo**. 2006, 173 fls. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

No período em que circulou, de 1976 a 1979, graças à sua integração aos movimentos sociais e ao trabalho de intelectuais orgânicos, o jornal Posição, do Espírito Santo, exerceu um papel contra-hegemônico, ajudando na desconstrução do discurso do regime, se contrapondo às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e difundindo uma nova ideologia, a democracia. O jornal, sustentado pelos seus leitores, era distribuído na Grande Vitória, região metropolitana mais populosa do Estado, e em mais 18 municípios, levando uma visão crítica da realidade estadual, não abordada pela mídia tradicional, alinhada ao regime e controlada com o exercício da censura oficial ou da autocensura. A pesquisa discute a questão da contra-hegemonia, dos intelectuais orgânicos, a partir dos conceitos de Antonio Gramsci, usa ferramentas da análise do discurso e mostra como a ideologia é matriz para o trabalho hegemônico e contra-hegemônico.

Palavras chave: História política, imprensa alternativa, contra-hegemonia, intelectuais orgânicos, ideologia

ABSTRACT

RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia, a ação do jornal Posição no Espírito Santo**. 2006, 173 fls. Dissertation (Master in History), Historical Post Graduate Program, Master in Political History of de Social Relations, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Between the years of 1976 and 1979, in the state of Espírito Santo, Brazil, one newspaper, called Posição (Stand), with your integration with the social movements and because the work of organics intellectuals, In this period, with the integration with the socials movements and the work of organics intellectuals, Posição had an important anti-hegemonic role, helping to build another hegemonic discourse, against the dominant discourse, maintained by the military regime who had the power and embraced the Government of Brazil for 20 long years. Posição struggled against the National Security Doctrine and publicized an new ideology, based in democracy. The independent newspaper., maintained by its readers, was distributed in the greater Vitoria, the most populated metropolitan region in the Espírito Santo state, and in 18 other counties. In each edition, Posição had a critical approach of the state reality in counterpoint of the so called great media, who were controlled by government through censorship and economic pressure. This paper is about the anti-hegemonic question, organics intellectuals and works with Antonio Gramsci's concepts, uses analysis of the discourse tools and shows how ideology is the matrix of the hegemonic and anti-hegemonic work.

Key words: Political history, alternative media, anti-hegemony, organics intellectuals and ideology

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República

AI 5 – Ato Institucional nº 5

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIE – Centro de Informações do Exército

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MAB – Movimento Amigos do Bairro

MCV – Movimento do Custo de Vida

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

SNI – Serviço Nacional de Informações

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNE – União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

Apresentação

Uma combinação perfeita	10
-------------------------	----

Introdução

Um pequeno reflexo do real	14
----------------------------	----

Capítulo I

Hegemonia e intelectuais orgânicos	26
Estrutura da pesquisa	45

Capítulo II

A realidade em um pedaço de espelho	49
Um clima difícil	51
Um clima de esperança	55
A questão da censura	62
A situação no Espírito Santo	69
O nascimento de Posição	72
Jornal e história	74

Capítulo III

Posição e a contra-hegemonia	80
Hegemonia, propaganda e distensão	83
Uma questão recorrente	95
Contra-hegemonia e Posição	100

Capítulo IV

Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia	115
---	-----

Considerações finais

Contra-hegemonia no Espírito Santo	135
------------------------------------	-----

Bibliografia

142

Apêndice A

As capas do Posição	155
---------------------	-----

Apresentação

Uma combinação perfeita

“Como é recorrente entre historiadores, cheguei ao meu problema através de uma mescla de experiências profissionais, intelectuais e políticas”.

Carl E. Schorske

Em 1964 quando os militares derrubaram um Governo civil legítimo e instalaram no Brasil uma das mais obscuras ditaduras, eu estava com 14 anos, morando em Alegre, um município do interior do Espírito Santo. A chamada revolução – como os militares passaram, então, a denominar o golpe dado – não me afetou em absolutamente nada. A minha rotina, de meus amigos e de minha família continuou a mesma. Eu e meus amigos, estudando. Minha família, trabalhando, cuidando da pequena propriedade que meu pai havia herdado e que foi responsável pelo sustento da família e me permitiu seguir um caminho diferente dos meus parentes, que foi sair do meio rural e ir para a cidade estudar, o que contou com o apoio da minha mãe e a má vontade do meu pai, que achava desnecessário ter uma grande instrução, como chamava o ensino formal.

O estudo fez diferença e me deu uma nova perspectiva. Minha cidade – e meu universo – ficou pequena. O universo rural e conservador tornara-se estreito e, contra a vontade de minha família, mais forte do lado de minha mãe, decidi fazer o caminho da capital. O objetivo era trabalhar, me sustentar e, com isso, ter possibilidade de continuar estudando, fazer um curso universitário e, usando o aprendizado, conseguir um bom emprego, que deixasse minha família orgulhosa de mim.

Três meses depois de chegar a Vitória tinha um bom emprego e podia pensar em voltar a estudar. Por influência de amigos, que viam a possibilidade de fazer carreira na empresa

onde estava, escolhi fazer um curso técnico de administração, em nível de segundo grau. Nele, conheci gente nova, fiz amigos e arranjei uma namorada com quem me casei depois. Foi durante o curso, também, que minha vida começou a mudar. No segundo ano, após perder o excelente emprego, decidi tentar um novo: ser repórter de jornal.

Em 1971, sete anos após o golpe e no auge da ditadura e da repressão, comandada pelo general Emílio Garrastazu Médici, o jornal A Gazeta, de Vitória, no Espírito Santo, fez um concurso para escolher novos repórteres. Eu fui um dos que se inscreveu, prestou as provas, passou e foi aproveitado. Primeiro, como estagiário, para saberem se tinha ou não tendência para a coisa. Tinha. E tanto é assim que, 15 dias após ter iniciado o estágio, estava contratado como repórter de Geral, área encarregada do noticiário da cidade, abrangendo, no caso, não só Vitória, mas Vila Velha, Serra e Cariacica – depois, denominada Grande Vitória.

Foi um caso de amor à primeira vista. Entrando no mundo dos jornalistas, eu me identifiquei. Ali estavam pessoas que aprendi a admirar, criativos, com grande capacidade de argumentação e com trânsito no poder. Um deles, Jackson Lima, acabou por se transformar em meu tutor e ensinou ao rapaz interiorano o que era ser jornalista, os cuidados que precisava tomar na apuração da notícia e como escrever melhor, de forma a narrar os fatos com precisão e transformá-los em boa informação.

Foi Jackson Lima quem, de forma indireta, me transformou em intelectual, mostrando a importância da leitura, de bons livros e do cuidado com o texto, que além de correto, deveria ter estilo, ser de fácil leitura e sem adjetivação. Foram as leituras e a convivência em um meio efervescente que começaram a desconstruir uma personalidade formada através de uma rígida formação católica, dando-me uma nova visão de mundo.

Foi Jackson, também, que me impôs o primeiro grande desafio, o de ser repórter de Política, o que na época era o *crème de la crème* dentro do jornalismo, no Espírito Santo e fora dele. Aceitei e venci o desafio. Algum tempo depois, deixaria de ser repórter para me

transformar no Editor de Política de A Gazeta. Estava com 24 anos, tinha dois como jornalista e acabara de me casar. Foi o início de um longo caminho e de um longo aprendizado.

Editando política vivi a fase mais negra do regime militar, convivi com a censura, noticiei prisões e, como uma boa parcela dos brasileiros, senti medo, o medo criado pela ditadura, que tudo podia e não devia explicações a ninguém. Como editor vi, também, nascer o jornal Posição. Alguns dos seus fundadores trabalharam ao meu lado, e vi no novo jornal, em uma época onde a chamada imprensa alternativa florescia, uma oportunidade de dar divulgação ao que, em A Gazeta, pelo seu alinhamento com o regime e pela censura acatada pelo jornal, não podia divulgar.

Com o início de uma abertura lenta e gradual, culminando na volta das eleições diretas para Governador, o jornalismo feito no Brasil e no Espírito Santo começou a mudar. Também foi assim comigo. Primeiro, deixei A Gazeta e fui para A Tribuna, onde fiquei pouco tempo. Voltei, então, à A Gazeta como repórter e, mais rápido que na primeira vez, retornei ao cargo de Editor, agora de Economia, onde fiquei pouco tempo, e voltei à Política. Alguns anos depois, dela, fui para Internacional, um trabalho ampliado, mais tarde, com uma página chamada Brasil. Esse, na verdade, foi um percurso de anos.

Ao longo desse percurso achei tempo para fazer três cursos universitários. O primeiro, de Português, já que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) não tinha curso de Jornalismo. O segundo, de Jornalismo, que foi implantado quando estava concluindo o primeiro. Fui da primeira turma, junto com vários outros colegas de redação. Alguns anos mais tarde, em busca de reciclagem, voltei à Universidade para fazer Direito. Mas ao longo de todo o tempo minha atividade dominante foi o jornalismo.

Em 1998, meu casamento com o jornalismo diário acabou. Em uma reformulação de A Gazeta, acabei saindo, demitido. Iniciava, então, um caminho novo, paralelo ao jornalismo, mas fora de uma redação. Com a mudança, houve a retomada de um projeto que foi

abandonado em favor de carreira e profissão, a de estudar – ou de voltar a estudar. Dei o primeiro passo, fazendo uma especialização, que serviu como esquentamento de turbinas para um projeto maior, de um Mestrado e, depois, de um Doutorado.

Em 2004, 40 anos após o golpe militar de 1964, eu estava iniciando o mestrado em História Social das Relações Políticas. No ano anterior, durante a preparação para a seleção, não tive dúvidas em relação ao que queria abordar na minha pesquisa. Ela envolveria, de um lado, o regime autoritário, já que a maior parte de minha vida, pessoal e profissional, se passou sob ele. E, por fim, seria centrada no jornalismo e no papel que ele representou durante a ditadura, enfocando, neste caso, a ação desenvolvida no Espírito Santo, com cenário dominado por uma mídia que, desde o início, esteve alinhada ao Governo e da qual posso falar por conhecê-la por dentro, já que exerci cargos de chefia na Redação de A Gazeta por quase 30 anos.

O jornal Posição juntava os lados, o que o transformou, de modo natural, no objeto de minha pesquisa. Ele me dará a oportunidade de refletir sobre um período importante da vida do país, do Estado e minha própria. Nele, se combinam jornalismo, que continua sendo a minha paixão, com história política, algo que sempre me fascinou. E não é só isso: a reflexão está me proporcionando a retomada de um projeto que ficou em segundo plano, o de voltar à academia.

Como muito bem lembra Carl Schorske na epígrafe, – embora não me possa considerar um verdadeiro historiador - minha escolha pode ser vista sobre três ângulos diferentes. O profissional, devido ao meu envolvimento com a imprensa, tendo nela militado longamente. O intelectual, configurado pela retomada de um projeto que o lado profissional colocou, durante muito tempo, de lado, e o político, já que, tanto no primeiro como no segundo caso, foi a política o fundamento de toda minha trajetória.

No final, não poderia haver combinação mais perfeita: juntar jornalismo, política e história e refletir sobre sua própria atividade, procurando-lhe o sentido e vendo, em

perspectiva, a trajetória do próprio país, que saiu das trevas – a ditadura, que em determinados momentos foi a mais repressora da história do país - para as luzes – a construção da democracia -, tudo isso sem deixar de lado alguns dos seus velhos problemas.

Introdução

Um pequeno reflexo do real

“Se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração”.

Antonio Gramsci

A história da imprensa alternativa no Espírito Santo não se resume ao jornal Posição. Antes dele, durante sua própria circulação e depois dela outros jornais alternativos circularam no Estado. Deles, no entanto, dois ganharam maior destaque: Folha Capixaba e Posição. O primeiro, como o segundo, possuía um alinhamento político claro, já que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Um pouco desta história é contada no trabalho feito por alunos do curso de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo sob a orientação do professor José Antonio Martinuzzo¹, que está à frente de um projeto de recuperação da história da imprensa capixaba. Existem, também, publicações não mapeadas como o micro-jornal Povão uma experiência de jornal popular feita pelos jornalistas Jackson Lima e Dório Antunes, sem contar a iniciativa de jornais comunitários, em um dos quais participou um dos fundadores de Posição, o jornalista Jô Amado.

No caso de Posição, o jornal ganhou visibilidade pelo momento em que circulou, de grande movimentação política e social e de mobilização de diversos segmentos e forças contra a regime que comandava o Brasil. O jornal, cujo primeiro número circulou no dia 29 de outubro de 1976, começou a nascer bem antes, como frisa um dos seus fundadores, Jô Amado. “Por volta de 1975, um pequeno grupo de jornalistas – especialmente o Luzimar, o Bininho (Antonio Carlos Campos), o Ivanzinho, o Joaquim (Nunes), o Rogério Medeiros e eu – decidimos que seria oportuna a criação de um jornal de resistência”², relata Jô. Esta

¹ MARTINUZZO, José Antonio. **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial, 2005.

² Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

informação é complementada por Rogério Medeiros³ ao dizer que a idéia original do jornal foi de Amado, tendo ele entrado por ser um nome conhecido, que tornaria mais fácil o seu lançamento. Do grupo inicial, um único não jornalista participava, Walter Araújo⁴, que se tornou, com a fundação do jornal, o responsável pela sua administração e foi quem fez o registro da empresa no Cartório de Registro Civil de Vitória (Cartório Sarlo). Posição passou a funcionar em uma sala do Edifício Glória, no centro de Vitória, de propriedade de Araújo.

Rogério conta que, devido ao seu conhecimento e à sua experiência, ficou encarregado de viabilizar financeiramente o jornal, “uma coisa que ninguém queria fazer”, já que jornalistas não gostam de ser confundidos com publicitários, segundo relata. Foi neste sentido que fez contatos com prefeitos pertencentes ao MDB, notadamente os de Cachoeiro do Itapemirim, Gilson Carone, e de Vila Velha, Américo Bernardes da Silva, para que, anunciando em Posição, lhe dessem o sustento financeiro inicial, que seria complementado pela venda dos exemplares. Definido o registro da empresa, Posição foi estruturado. Como diretores assumiram o próprio Rogério Medeiros e um outro conhecido jornalista capixaba, Pedro Maia. Como editor-chefe, ficou Jô Amado. A redação era formada, basicamente, por colaboradores, alguns dos quais permanentes. Na estrutura do jornal havia, ainda, um Conselho Editorial, composto por jornalistas e outros intelectuais. Entre a idéia inicial e a colocação do primeiro número nas ruas, Amado calcula que tenha decorrido um ano.

“Será Posição um jornal diferente? Sim. Porque é um jornal de jornalistas. E também porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder. Escrevendo crônicas, poesias ou reportagens, desenhando ilustrações, criticando o nosso trabalho ou estimulando nossa posição”, dizia o primeiro editorial, sinalizando a linha que Posição iria tomar, de comprometimento com um caminho mais democrático do

³ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

⁴ Entrevista com Walter Araújo, em 17-01-2006

que o adotado pela chamada grande imprensa. Esta democracia refletia-se na escolha dos assuntos que o jornal abordaria, definidos em reuniões do Conselho Editorial, normalmente feita nos sábados e que, de acordo com Medeiros, “eram intermináveis”⁵. Nestas reuniões, os integrantes do Conselho levavam sugestões e os jornalistas de Posição faziam o mesmo, inclusive com o aproveitamento de pautas dadas por quem pertencia às redações de outros jornais. Medeiros lembra que era bastante comum Posição receber este tipo de sugestões, principalmente de assuntos que os outros jornais não podiam – ou não queriam – publicar.

Sobre o processo de escolha dos assuntos que o jornal abordaria, feita em conjunto com o Conselho Editorial, Jô Amado lembra: “Fazíamos uma reunião de pauta em que, fundamentalmente, eram discutidos temas relevantes não abordados, pouco abordados, ou mal abordados pela imprensa local. Além destes, sempre alguém tinha uma sugestão interessante. Havia pautas mais ou menos fixas, tais como a cobertura dos movimentos populares”.

Com poucos recursos e contando com a participação financeira dos seus próprios sócios, Posição foi procurar um esquema de produção que lhe custasse o mínimo. Daí, lembra Walter Araújo, adotar um fluxo de produção que passava por Belo Horizonte e Juiz de Fora. A cada quinzena, alguém saía de Vitória e fazia este percurso, retornando com o jornal pronto. Um dos integrantes do Conselho Editorial do jornal, no início, e seu editor na fase semanal, Benedito Tadeu César⁶, professor de Sociologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), lembra que a produção do jornal era muito artesanal. As matérias eram escritas, levadas a Belo Horizonte para composição, voltavam a Vitória para montagem e seguiam, então, para Juiz de Fora, onde era feita a impressão.

⁵ Todas as citações atribuídas a Rogério Medeiros, daqui em diante, são resultantes da entrevista que ele concedeu ao autor em 27 de dezembro de 2005. O mesmo acontece em relação às citações atribuídas aos jornalistas Jô Amado – entrevistado em 21 de dezembro de 2005 – e a Walter Araújo, cuja entrevista foi dada no dia 17 de janeiro de 2006.

⁶ Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25 de janeiro de 2006. Todas as citações atribuídas a Tadeu, a partir de agora, são desta entrevista.

Era com base neste esquema – produção do texto em Vitória, composição em Belo Horizonte, montagem em Vitória e impressão em Juiz de Fora – que Posição começou a chegar aos seus leitores. Inicialmente, com três mil exemplares, que foram sendo aumentados na medida em que tudo era vendido. O esquema de distribuição, a exemplo do que ocorria na produção, também era precário, feito pelos próprios jornalistas, com uma pequena parte indo para assinantes, em 18 municípios do interior capixaba, além da Grande Vitória, e uma outra parte para a venda em bancas, através da empresa Copollillo, responsável pela distribuição de publicações nos municípios que integravam a região. A maior parte da venda, no entanto, como afirmam Amado, Araújo, Medeiros e César, era feita pelos próprios integrantes do jornal que contavam, no caso da Universidade Federal do Espírito Santo, com a ajuda de estudantes do Diretório Central, dentre eles o estudante de economia Paulo César Hartung Gomes.

“O jornal”, afirma Rogério Medeiros, “sempre vendeu bem. A edição se esgotava poucas horas depois de chegar. Muita gente ficava esperando o jornal. Com o resultado da venda avulsa, do pequeno número de assinantes e da participação, pequena, da publicidade, a edição era paga e ainda sobrava alguma coisa, para fazer frente às outras despesas”. Medeiros, Amado e Araújo destacam a penetração do jornal e sua boa aceitação pelos leitores. Araújo fala em confluência, com o Posição servindo como referencial para quem se colocava contra ao regime, fazendo-lhe oposição, mas não tinha no Espírito Santo uma publicação que refletisse esse ponto de vista. Medeiros lembra que, embora com foco jornalístico, Posição acabou por dar voz à oposição, que tinha pouco acesso à imprensa local.

Mudanças internas

Se a linha editorial do jornal Posição se manteve praticamente a mesma, desde seu lançamento até sua última edição, havendo apenas uma maior radicalização do discurso, as

mudanças internas, de cargos e comando, foram variadas. A primeira ocorreu no número 10, quando Rogério Medeiros e Pedro Maia deixaram a direção, assumindo o cargo de Diretor o jornalista Luiz Rogério Fabrino. Em relação a esta mudança, Medeiros comenta que se deu devido a uma exigência de O Estado de São Paulo, de quem era correspondente. O jornal não aceitava que tivesse vínculo com qualquer outra publicação. Com Medeiros, afastou-se, também, Pedro Maia. Rogério, segundo seu próprio relato, continuou participando da equipe do jornal, se responsabilizando, sobretudo, pelas matérias políticas, principalmente as de denúncia contra a elite local, um dos focos da publicação.

Sob a direção de Luiz Rogério foram publicadas as edições de 10 a 51. No número 48, Jô Amado deixou o cargo de Editor Chefe, assumido por Luzimar Nogueira Dias, um dos fundadores de Posição. Amado, de acordo com o relato de Tadeu César, saiu para dedicar-se, junto com outros intelectuais, ao lançamento de jornais envolvidos com os movimentos populares. Com ele saiu também, Rogério Medeiros, que foi para São Paulo assumir um cargo de chefia em O Estado de São Paulo. Pode-se dizer que com estas saídas encerrou-se uma primeira fase do Posição.

Além da consolidação de Posição como um jornal politicamente importante, já que refletia no Espírito Santo o que poderíamos chamar de realidade em um pequeno pedaço de um grande espelho, serviu como suporte para a desconstrução do discurso oficial, federal e estadual, como pode ser visto no fato que marcou sua primeira fase: a apreensão pela Polícia Federal de todo o material destinado ao número 14. Segundo Walter Araújo, de quem o material foi confiscado por agentes da Polícia Federal, não se tratou de censura prévia, mas de uma ação policial voltada, inicialmente, para deter estudantes que iam a um encontro em Minas Gerais. O material foi apreendido e depois devolvido ao Posição, que acabou por atrasar a sua edição. No lugar da edição normal, o jornal lançou uma de apenas duas páginas, onde relata a apreensão do material e faz duras críticas ao sistema.

“A prática de atos agressivos, ilícitos ou de puro banditismo pelos “agentes da lei e da ordem” obedece, acreditamos, a noções clássicas de arbitrariedade policial. Basicamente, intimidar e confundir o agredido, mesmo que este se encontre em pleno uso de suas atribuições legais”, diz o editorial da edição, aproveitando-se para criticar a ação do regime e contribuindo, na opinião de seus editores, para que Posição ganhasse maior credibilidade junto aos seus leitores.

No que se refere à redação, a partir do número 51 o jornal experimenta várias mudanças. A primeira, com a troca do Editor Chefe, saindo Luzimar Nogueira Dias e entrando em seu lugar Benedito Tadeu César. No número 52, muda a direção, até então exercida por Fabrino, indo para o seu lugar o jornalista Joaquim Nery, que ficou apenas seis edições à frente do jornal. As constantes mudanças talvez se expliquem em função da situação do jornal. César, que já fazia parte de Posição, relata que o jornal acabou “literalmente, em minhas mãos”. Veja o que diz: “Jô Amado e Robson (Chicó) Moreira, que eram as pessoas que, naquele momento, faziam o jornal existir, convenceram-se, no final de 1978, que a opção política mais acertada naquela conjuntura era a de se dedicar à edição de um jornal de bairro voltado para os moradores da periferia da Grande Vitória”.

Com base nesta posição, toda uma discussão foi feita dentro de Posição, envolvendo os jornalistas e o Conselho Editorial. César, de acordo com o seu relato, sempre foi contra a transformação do jornal em jornal de bairro, como pretendia Amado e Moreira. Assim, no início de 1979 “Jô e Robson estiveram na minha casa em um final de semana e disseram-se que a partir de segunda-feira seguinte estariam iniciando um novo jornal de bairro e que se eu entendesse que Posição deveria continuar existindo que o assumisse”. Foi o que ele fez, sem transferência de propriedade. Pode-se estabelecer, a partir deste momento, a segunda fase na história de Posição, marcada por uma reorganização conduzida por César.

Edições semanais

Com novo diretor e com novo editor, Posição editou o seu número 52. “Posição estava endividado, com tiragem em baixa (...). Em uma reunião dos colaboradores do jornal propus realizar uma transformação radical de sua estruturação: nova concepção gráfica, inovação do logotipo, nova linguagem, nova periodicidade”. A professora Tânia Mara Ferreira, do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo, já colaboradora do jornal, encarregou-se da mudança gráfica e César concentrou-se na gestão do jornal, incluindo a sua distribuição. Uma das medidas tomadas, dentro do espírito que sempre norteou o jornal, de discussão aberta, foi uma reunião de todos os colaboradores.

Nela, César propôs uma série de mudanças, a começar pela ampliação do Conselho Editorial, que ganhou representantes de vários segmentos – MDB, OAB-ES, etc. – cuja tarefa, além de orientar a linha editorial de Posição, era conseguir recursos para a sua manutenção. Para que tudo fosse feito, a circulação do jornal foi suspensa por cerca de 60 dias, seu endereço mudado, segundo César, com o objetivo de reduzir custos e acertar suas finanças. Com as enchentes que assolaram o Estado em 1979, o jornal voltou a circular, ainda quinzenal, denunciando a inércia do governo. Essa periodicidade foi mudada logo depois, com a equipe do jornal, com o apoio do Conselho Editorial, transformando-o em semanal. A mudança foi anunciada em cartazes espalhados pelos pontos onde o jornal era comercializado, que diziam: Posição: a partir do dia 04 de maio toda sexta-feira nas bancas”.

O primeiro número semanal foi o 53. Nele, em um longo editorial, era explicada a mudança e seus objetivos:

“A conjuntura política, social e econômica mudou. O Brasil de hoje não é mais o Brasil de há dois anos. O “milagre” acabou. A crise do petróleo, a crise do capitalismo internacional, a crise econômica interna ao país, aliados às “fissuras” e “rachaduras” internas do sistema, somados às pressões populares, trabalham todos, rapidamente, para quebrar e arrebentar com tudo isso. Para quebrar e arrebentar com a ditadura.

(...) Assim, nós, de Posição, fiéis à nossa postura radical, lançamo-nos também às transformações. (...) Posição mudou e continuará mudando sempre. (...) Somos radicais. Agimos, portanto, como radicais. Achamos que as mudanças, quando assumidas, devem ser assumidas em sua totalidade e na sua devida intensidade (...)

Você tem um jornal novo. Somos agora semanal (...)

Tadeu César só dirigiu a redação por dois números. Ainda no mês de maio, quando o jornal voltou a circular como semanal, acabou deixando Posição por discordar da linha imprimida por Luzimar Nogueira Dias, que assumiu, no número 53 o lugar de Editor Chefe, dividindo-o com Robson Silveira. Uma nova mudança ocorreria no número 59, com a saída de Joaquim Nery, que deixou o cargo de diretor, assumindo, em seu lugar, o jornalista Robson Moreira, um dos fundadores do jornal. Neste período, ocorre uma intensa troca de lugares no comando do jornal, já que no número 61 Luzimar deixa seu posto e é substituído por Umberto Martins. Robson Silveira, que dividia a direção com Luzimar continua, e fica sozinho na última edição de Posição, a de número 65, já que a anterior fora a última em que Martins participou como editor-chefe. Entre sua transformação em semanal e o fechamento Posição durou pouco mais de 10 edições. Encerrava-se, assim, a história do mais influente jornal alternativo do Espírito Santo.

Ao longo de sua trajetória, estiveram à frente do jornal Rogério Medeiros, Pedro Maia, Luiz Rogério Fabrino, Joaquim Nery e Robson Moreira, como Diretores Responsáveis. Dentre os Editores Chefes, Jô Amado foi o que permaneceu mais tempo. Além dele, assumiram o cargo ao longo da circulação do jornal, Luzimar Nogueira Dias, Benedito Tadeu César, Umberto Martins e Robson Silveira. Deles, Luzimar e Fabrino morreram. Todos os outros estavam em atividade no início de 2006, no jornalismo ou fora dele. O professor Tadeu César, por exemplo, transferiu-se de Vitória para o Rio Grande do Sul. Jô Amado, estava em São Paulo à frente de um projeto para a revitalização da cultura popular. Robson Moreira dirigia a TV Sesc. Joaquim Nery enveredou-se pela área de marketing

político, com rápidas aparições no jornalismo. Umberto Martins, estava em São Paulo, fazendo assessoria para a Central Única dos Trabalhadores e vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O único cuja atividade não foi identificada é Robson Silveira, que teria se transformado em bancário. Dos colaboradores do jornal, vários deles ainda continuam atuando na área da imprensa, alguns ainda vinculados à imprensa alternativa.

Pressões e censura

Responsáveis pela criação do jornal, por sua direção inicial e pelo geração de receitas que o mantiveram na maior parte de sua vida, Rogério Medeiros e Jô Amado acham que Posição teve um papel político importante no Espírito Santo e citam, para comprovar este fato, o número de exemplares vendidos a cada edição. Em alguns momentos, o jornal chegou aos 10 mil exemplares, mas manteve, ao longo de sua história, uma tiragem média de três mil exemplares, caindo à metade na parte mais difícil de sua vida, quando da saída de Amado e sua transformação em semanal, o que voltou a elevar sua circulação. César e Medeiros acreditam que Posição era viável e podia continuar. O primeiro, considera que havia um público interessado na linha editorial que o jornal assumiu e uma prova disso é sua boa vendagem. Medeiros lembra que, em vários momentos, Posição só não vendeu mais por não ter capacidade para ampliar sua tiragem. Centrado em um discurso contra-hegemônico, de crítica à realidade local, o jornal conquistou leitores, transformando-se, como lembra Araújo, em ponto de convergência para quem no Estado não apoiava o regime ou dele era crítico.

Pelos relatos dos envolvidos com Posição pode-se notar que, como afirma Gramsci na epígrafe, havia paixão em quem se envolveu com o jornal, decorrendo, daí, a impulsividade da própria publicação. De outro lado, ainda dentro do que Gramsci afirma, Posição como meta clara constituir uma nova cultura – a democracia - e procurou desempenhar este

papel, como assinalado no Capítulo III, através de um discurso contra-hegemônico, refletido em suas capas.

Se o clima era propício a uma publicação do tipo de Posição, o que levou ao seu fechamento? As respostas são discordantes. César, por exemplo, acredita que foi o fator financeiro e a desorganização administrativa que tornou inviável o jornal. Enquanto à frente da empresa, quis tomar um rumo diferente, mas por divergências de postura, acabou saindo. Se o jornal se estruturasse, acredita que teria sobrevivido.

Este, no entanto, não é o único aspecto. César e Martins⁷ concordam que a abertura política representou um importante papel na inviabilização de Posição. O primeiro destaca, no entanto, que se houvesse estrutura administrativa e financeira, o que não era difícil devido ao baixo custo da publicação, ela teria sobrevivido. Esta é, também, a opinião de Medeiros, que vê na questão financeira o principal problema para o fim do jornal. Tal como César, Medeiros acredita que havia – e ainda há – espaço para uma publicação alternativa, que explore assuntos não abordados pela mídia tradicional.

Combinados, a abertura política - que permitiu à mídia tradicional falar de assuntos que, antes, por imposição da censura oficial ou da autocensura, não abordava – e a falta de estrutura administrativa e financeira acabaram por inviabilizar Posição. Ele, no entanto, não foi a única vítima da política de abertura. Outros jornais, inclusive Movimento, acabaram fenecendo e fechando. Os vários grupos sociais e políticos que antes tinham suas vozes amplificadas pelos integrantes da imprensa alternativa acabaram por lançar seus próprios jornais, veiculando não mais um ideal único, de democracia, mas a visão que dela tinham e que queriam passar à sociedade. O que matou Posição, matou também os outros veículos da imprensa alternativa, alguns com circulação nacional.

Ao se falar de Posição, ou de qualquer outro integrante da imprensa alternativa, uma pergunta recorrente é sobre a censura. Como foi a censura em Posição? A pergunta é

⁷ Entrevista com Umberto Martins, em 24-01-2006

pertinente diante do quadro de censura vivido pelo país e apontado no Capítulo II desta pesquisa. No caso da censura oficial, Posição nunca foi a ela submetido é o que garante Jô Amado, no que é reforçado por Rogério Medeiros. O que houve, de acordo com Medeiros e Amado, eram pressões, também reveladas pelos outros diretores e editores do jornal. Medeiros e Amado foram várias vezes chamados à Polícia Federal para explicar determinadas matérias publicadas, principalmente as mais contestatórias ao regime. Como não fazia autocensura, Posição sempre publicou o que quis. Nas idas à Polícia Federal, eram sempre questionados os objetivos por trás de uma ou de várias matérias do jornal, mas nunca houve, de acordo com Medeiros e Amado, um pedido expresso para que não se publicasse determinado assunto.

Sobre a censura, Jô Amado explica: “O jornal nunca foi censurado. O que ocorria com certa assiduidade eram as “visitas” à Divisão de Censura da Polícia Federal, chefiada por um coronel, o “dr.” Minas Brasil. Em geral, era eu que ia lá. Ele abria o jornal, apontava alguma matéria marcada previamente com um pilot e discutíamos a ação nefasta de elementos subversivos e comunistas no jornal Posição”. Amado, como Medeiros, acha que, com isso, a Polícia Federal achava que estava intimidando os integrantes de Posição para não fazer determinadas matérias ou abordar determinados assuntos. Os dois garantem que isso nunca aconteceu.

Ao lado da Polícia Federal, o jornal – e seus jornalistas – sofreram outras pressões e ameaças. Um integrante da família Ceolin, de Linhares, ameaçou matar o editor Luzimar Nogueira Dias por uma matéria sobre os negócios da família. Como lembra Umberto Martins, havia ameaças de políticos ligados ao partido do governo, a Arena, e de integrantes da elite capixaba, dois dos principais alvos do jornal. O único caso de censura direta do jornal pode ser considerada a apreensão do número 14, antes de sua composição. A apreensão, como lembram os integrantes do jornal, não foi uma ação específica, voltada

para a censura ao jornal, mas fez parte de uma ação maior, da Polícia Federal. Depois, os originais foram liberados.

Outra ação, que Posição sempre relatou, é a de políticos alvo de críticas do jornal, que mandavam comprar a edição, impedindo que circulasse em alguns municípios, chegando a haver a apreensão de alguns exemplares. Como a venda em bancas e no interior era pequena, este tipo de ação não chegou, em nenhum momento, a afetar a circulação do jornal. Comparada com a postura da grande mídia, que aceitava a censura oficial e se autocensurava, Posição gozou de uma ampla liberdade, podendo veicular matérias com ácidas críticas ao governo. Esta liberdade acabou por ajudar o jornal no exercício de um papel contra-hegemônico, como relatado no Capítulo III.

Os processos, alguns com o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, uma outra ação muito presente em se tratando de jornais e jornalistas, também passaram ao largo de Posição. Nenhum dos seus jornalistas, apesar das cáusticas denúncias e críticas, chegou a ser processado. Neste aspecto, a trajetória de Posição foi diferente de outros integrantes da imprensa alternativa, como Opinião, o pioneiro, e Movimento. A censura, no caso da imprensa de um modo geral, e da alternativa, em particular, era a regra. Posição foi uma exceção. Este fato, no entanto, não pode ser interpretado como despreocupação das autoridades em relação ao jornal.

A preocupação existia. Prova dela eram as “visitas” à Polícia Federal, feitas por Medeiros e Amado. Esta preocupação fica evidente diante de um fato que só se tornou público e conhecido dos que integravam o jornal após o seu término: a presença de um agente da P2, a seção secreta da Polícia Militar do Espírito Santo, entre a equipe de Posição. O jornal sabia dos vazamentos antecipados de suas matérias, desconfiava da existência de alguém infiltrado, mas nunca conseguiu comprovar sua existência. Depois de fechado, Luis Cláudio, que acompanhava a composição do jornal em Belo Horizonte, levando os originais e trazendo-os compostos para a montagem, admitiu que pertencia a

um órgão de inteligência e que tinha sido o responsável por informar às autoridades o que o jornal iria publicar antes que circulasse. Luiz Cláudio, de acordo com César, esteve sob suspeita, mas ela foi descartada, já que nada se conseguiu provar contra ele. A confissão só ocorreu depois de o jornal ter parado de circular.

Se olharmos o panorama da imprensa alternativa existente durante uma época no Brasil – notadamente nos anos 70 do século XX – vamos perceber que Posição não era diferente de outros jornais surgidos em vários Estados, que tinham por objetivo se contrapor ao governo e ao regime. O que diferenciou Posição foi o seu foco em problemas estaduais, refletindo sobre questões que, sem sua abordagem, passariam despercebidas. Olhando-se o Brasil e o que nele ocorria e fazendo uma analogia com um espelho, se podemos dizer que os fatos brasileiros, principalmente do ponto de vista da construção hegemônica buscada pelo regime, eram refletidos neste espelho, em um pequeno pedaço dele – o Espírito Santo – Posição refletiu uma realidade diferente. E o fez exercendo um papel contra-hegemônico, através do engajamento de uma plêiade de intelectuais orgânicos que, agindo politicamente, se alinharam à construção de uma nova ideologia, a democracia.

Hegemonia e intelectuais orgânicos

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e ordem intelectual e moral”

Antônio Gramsci

Se como diz Antonio Gramsci a criação de uma nova cultura demanda descobertas, que podem ser individuais, mas que devem ser trabalhadas e socializadas, o trabalho acadêmico, que pode ter cunho individual, deve levar em consideração alguns aspectos, começando pela escolha de um tema, um olhar, uma abordagem, que podem partir de uma experiência de vida. Mas exatamente por se tratar de um trabalho científico, esta base não é suficiente. Feita a escolha, definidos objetivos e construída uma ou mais hipóteses, é preciso demonstrá-los, comprovando as assertivas feitas e embasando as conclusões cientificamente, o que vai lhes dar a validade final.

Ao procurar a união de mídia e história, este trabalho tinha, em primeiro lugar, de tornar claro seu objetivo principal, que é o de demonstrar a ação contra-hegemônica exercida no Espírito Santo pelo jornal Posição. Para fazê-lo, foi levantada uma hipótese, a de que o jornal, com sua oposição ao regime vigente, participou da construção de uma nova hegemonia, ajudando na desconstrução da hegemonia pretendida e difundida pelo regime cívico-militar e pela mídia tradicional – homogênea e sem problemas – e fez isso refletindo sobre a democracia, conflito capital versus trabalho e contexto social. Como Gramsci afirma que todo momento de desconstrução pressupõe o início de uma nova construção, o jornal Posição, ao adotar uma postura crítica, abriu espaços para a oposição, deu voz a

quem não a tinha e cavou uma brecha no muro construído pela ditadura, ampliando os debates sobre temas ausentes na grande imprensa. O jornal Posição, nesta ação contra-hegemônica aproveitou a própria brecha aberta pela ditadura - de mostrar um regime “democrático”, que permitia a oposição e buscava legitimidade, para realizar o seu trabalho.

Para chegar a uma conclusão que refere a hipótese acima é preciso trabalhar com objetivos claros. No caso deste trabalho, o que se busca é analisar como se deu a construção da representação política do jornal Posição, desconstruindo a realidade apresentada pelo regime, e a abertura de espaços para a discussão de idéias mestras presentes na sociedade brasileira como democracia, relacionamento capital versus trabalho, contexto social, meio ambiente e problemas do campo em oposição à ideologia de segurança nacional e ao desenvolvimentismo, decorrência desta própria ideologia, reproduzida pela mídia tradicional.

A análise, que deve contemplar a comprovação da hipótese levantada, tem objetivos específicos, que são:

a) Avaliar como Posição desafiou o controle do regime, apresentando aos leitores uma realidade diferente da oficial, com os problemas trazidos pelas políticas governamentais e reproduzidos pela mídia tradicional.

b) Identificar e analisar os mecanismos utilizados pelo Posição para a construção de uma hegemonia política diferente, abrindo espaço para o debate e para a contestação à versão da realidade oficial.

c) Compreender e avaliar a situação do jornal Posição enquanto meio de comunicação engajado e de oposição e a sua necessidade de conseguir recursos para a própria sobrevivência, uma vez afastado do mercado tradicional de mídia.

Dimensionados os objetivos do trabalho e sua hipótese, antes do seu desenvolvimento é preciso eleger um referencial teórico que forneça conceitos que dêem suporte ao tema ou temas estudados. No caso deste trabalho, a Matriz Teórica do Pensamento de Antonio

Gramsci é sua base. É desta matriz que surgem conceitos que aqui serão utilizados, como hegemonia – e, por conseguinte, a sua parte contrária, a contra-hegemonia -, intelectuais orgânicos, ideologia e partido ampliado.

As idéias de Gramsci, como ressalta Rodrigues, podem ser tomadas como guia e usadas para “refletirmos sobre a sociedade atual”⁸, daí reafirmar a atualidade do pensador italiano e ressaltar a sua profunda ligação com a política e com o político. Lembrando a crise de paradigmas por que passaram as ciências sociais, Rodrigues insere o pensamento de Gramsci como capaz de nos “oferecer ricas contribuições a partir de sua matriz teórica, que permite ao historiador instrumentalizar conceitos chaves e abrangentes para a análise política dos fatos históricos das sociedades contemporâneas, tais como ideologia, intelectual orgânico, partido e hegemonia”⁹.

De todos os conceitos chaves desenvolvidos por Gramsci, sem dúvida o que se ressalta e é dado, pelos seus exegetas, como o conceito central de toda sua formulação é o de hegemonia¹⁰. Gramsci, como nos lembra Marques, não é o autor do termo, que surgiu, pela primeira vez, na literatura política “em escritos de Plekhanov (1883/4), tendo sido retomado por Axelrod (1889/901), Martov e Lênin (1901)”¹¹. Se não é o autor do termo, Gramsci deu a ele o seu sentido contemporâneo e o transformou em uma categoria, o que permite sua utilização em análises de conjuntura, notadamente sob o ângulo político, determinando a existência de um momento hegemônico, mas, também, propiciando apontar-se o momento da contra-hegemonia, pois “não pode haver destruição, negação,

⁸ RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org). **A atualidade do pensamento de Antonio Gramsci para a História Política**. Coleção Rumos da História, Vol. 1, PPGHIS, UFES, Vitória, 2005, p. 5

⁹ RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org). **A atualidade do pensamento de Antonio Gramsci para a História Política**. Coleção Rumos da História, Vol. 1, PPGHIS, UFES, Vitória, 2005, p. 6

¹⁰ A questão da hegemonia é discutida, dentre outros, por Carlos Nelson Coutinho, Gramsci; Maria Antonieta Macciocchi, A favor de Gramsci; Hughes Portelli, Gramsci e o bloco histórico; Christinne Buciglucksmann, Gramsci e o Estado e Nicola Badaloni, Gramsci e a filosofia da práxis como previsão, e Luciano Gruppi, A questão da hegemonia em Gramsci, dentre outros autores. As indicações completas estão na bibliografia.

¹¹ MARQUES, J. Luiz. **O legado intelectual de Gramsci**, in MARQUES, J. Luiz e VARES, Luiz Pilla (Org). **Gramsci, Cem anos de pensamento vivo**. Porto Alegre, Livraria Palmarinca, 1991

sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente”¹².

Pensando sempre sob o ângulo da política, Gramsci explica como se dá a hegemonia, que ocorre quando “(...) se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”¹³, é neste momento que se adquire a “unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral”¹⁴. É a junção destas vertentes – econômico, político, intelectual e moral – que cria “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”¹⁵.

O que Gramsci destaca é que a hegemonia se baseia no consentimento, na adoção de uma ideologia transformada em senso comum e vista como visão de mundo, espalhada de tal forma – daí a necessidade do trabalho intelectual – que se entranha na sociedade fazendo com que as várias camadas sociais a pensem como sendo delas, não de um grupo de poder. Pode-se, neste caso, fazer uma aproximação do pensamento de Gramsci com o conceito de imaginário social desenvolvido por Baczko¹⁶, algo que perpassa os vários segmentos sociais transformando-se em uma crença e consolidando uma visão de mundo. Para reforçar sua posição, defendendo o entranhamento de uma ideologia transformada em senso comum e a necessidade de que seja difundida, mediante um trabalho orgânico feito por intelectuais, Gramsci, na análise feita de O Príncipe, de Maquiavel, observa “ crenças

¹² GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 5

¹³ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 50

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 50

¹⁵ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 50

¹⁶ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales – Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2ª edição.

populares ou as crenças do tipo das crenças populares têm a validade das forças materiais”¹⁷.

Hegemonia, como nos explica Portelli, une, ao mesmo tempo, direção e dominação da sociedade. Ele afirma que “o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é, na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais”¹⁸, que é feita através da instituição de uma ideologia capaz de funcionar como agregadora dos segmentos sociais que nela se reconhecem.

Maria-Antonietta Macciocchi, por sua vez, aduz que o “conceito de hegemonia implica não somente na direção intelectual e moral, mas também na direção política do bloco de forças aliadas”¹⁹. Ela frisa, ainda, que o poder não se exerce somente através da hegemonia, havendo necessidade de um aparelho estatal de coerção. A hegemonia junta, assim, a sociedade civil com a sociedade política, combinando-se a coerção do Estado e a dominação ideológica, que é, verdadeiramente, o que dará permanência à hegemonia já que, para Gramsci, ela serve como cimento que junta as várias camadas sociais.

Por envolver tantas variantes, a hegemonia, segundo Gramsci, é uma construção permanente. Após conquistada, ela precisa ser mantida e é nesse sentido que atuam os intelectuais orgânicos. O que o teórico italiano não diz, mas pode-se inferir a partir de sua conceituação, é que se existe uma hegemonia, certamente há, em contra-partida, um trabalho contra-hegemônico, já que na própria concretização da hegemonia não há, nunca, um fechamento total, com a concordância de todos. É nesse sentido a apreciação de Christinne Buci-Glucksman ao afirmar que “quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 37

¹⁸ PORTELLI, Hugo. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 67

¹⁹ MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 2 edição, p. 146-155

constituírem em uma força política autônoma”²⁰, em síntese, é a própria hegemonia que abre as portas para a realização de um trabalho contra-hegemônico.

Voltando a Gramsci, pode-se afirmar que “a possibilidade de se tornar classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva”²¹. Essa vontade coletiva é expressa pela sociedade civil, um dos componentes essenciais de sua formulação, já que é ela quem leva à “hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade”²². A sociedade civil, neste contexto e como afirma Portelli, é um conceito original e, ao mesmo tempo, um conjunto complexo, podendo ser considerada sob três aspectos: ideológico, como concepção de mundo e como direção ideológica da sociedade. À sociedade civil, Gramsci contrapõe a sociedade política, que não pode ser reduzida, na sua conceituação, ao Estado, mas que está a ele integrada.

“A hegemonia gramsciana é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política”, afirma Portelli em **Gramsci e o bloco histórico**²³, destacando que o aspecto essencial desta hegemonia é que ela reside em seu monopólio intelectual, isto é “na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais”²⁴. Portelli ressalta:

“Em tal sistema, a classe fundamental ao nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se assim “senso comum”, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil”²⁵.

A conquista da hegemonia, no sentido que lhe atribui Gramsci e que é reconhecida por teóricos e exegetas, demanda uma ação intelectual e é em razão disso que o pensador

²⁰ BUCI-CLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 81

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**, Porto Alegre, L&PM Editora, 1981, p. 120.

²² PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 20

²³ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 65

²⁴ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 65

²⁵ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 67-68

italiano atribui grande significação ao trabalho intelectual e a ação do que chamou de intelectual orgânico. Este trabalho é tão mais importante no momento em que se reconhece que a hegemonia jamais é total porque “a classe dirigente, mesmo em um sistema hegemônico, não dirige toda a sociedade, mas somente classes auxiliares e aliadas que lhe servem de base social e usa a força para com as classes opositoras”²⁶, um papel desempenhado pelo regime cívico militar que por 20 anos constituiu-se no bloco histórico que governou o Brasil.

A necessidade do trabalho intelectual e sua relevância para a construção da hegemonia fez com que Gramsci instituísse, nas suas reflexões, uma outra categoria, exatamente a de intelectual orgânico. A questão dos intelectuais e de serem eles importantes ou não, atuantes ou não, não é uma discussão restrita a Gramsci. Como lembra Norberto Bobbio, “ao menos desde A República de Platão os filósofos sempre se ocuparam e se preocuparam, ainda que sob denominações diversas, com o que fazem ou devem fazer os filósofos, isto é, eles próprios, na sociedade, com a influência que têm ou deveriam ter nas relações sociais (...)”²⁷.

O que ocorreu com Platão se repete, depois, em Kant, da mesma forma que havia ocorrido com quem precedera Kant, como é o caso de Aristóteles, perpassando séculos e desembocando na modernidade, com a acentuação da discussão sobre os intelectuais e seu papel sendo maximizado a partir do início do século XX. “O tema é antigo e perene porque, bem vistas as coisas, ele nada mais é do que um aspecto de um dos problemas centrais da filosofia, o da relação entre teoria e práxis”, afirma Bobbio.

Este assunto preocupa também Peter Burke. Ao desenvolver a história social do conhecimento, ele aborda a questão, mostrando que o termo intelectual não é novo e este tipo de trabalho existia no Ocidente e no Oriente. Daí entender, ao contrário de Jacques Le Goff, que o intelectual não teve sua existência afirmada a partir da Idade Média e da divisão

²⁶ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 69

²⁷ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo, Unesp, 1996, p. 109

do trabalho. Burke admite que a ascensão do intelectual enquanto grupo se deu, efetivamente, a partir do final do século XIX, proporcionado por todo um debate na França sobre a condenação do capitão Dreyfuss, mas o conceito é anterior..

Diferentemente de Bobbio e Burke, Jacques Le Goff, um dos mais aclamados historiadores franceses, situa a gênese dos intelectuais na Idade Média. Ao explicar o próprio termo intelectual, Le Goff afirma:

“Entre tantas palavras: eruditos, doutos, clérigos, pensadores (a terminologia do mundo do pensamento sobre foi vaga), essa designa um meio de contornos bem definidos: o dos mestres de escola. (...) Designa aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento. Essa aliança da reflexão pessoal e da sua difusão num ensino caracterizava o intelectual”²⁸.

É esta caracterização de Le Goff que temos presente, marcando o trabalho intelectual como o de alguém que pensa e que transmite, ou ensina, o que pensa. O autor reconhece, na linha de Burke e de Bobbio, que havia, antes do que estabeleceu como intelectual, o que chama de trabalho de espírito, mas insiste em que, marcadamente, o intelectual pode ser reconhecido pelo seu ofício, que é pensar. A caracterização do intelectual que Le Goff foi buscar na Idade Média, constituindo-o como categoria é o que vimos ainda no início do século XX quando Antonio Gramsci, após ampla militância política, seria preso e confinado pelo regime fascista de Mussolini, com o objetivo precípua de o impedir de pensar, o que, evidentemente, não aconteceu. Sua prisão, na verdade, acabou funcionando como estímulo a todo o seu pensamento e elaboração crítica, com a criação de modelos de análise que são mais atuais do que nunca.

Gramsci, principalmente a partir dos escritos do cárcere, avança na questão dos intelectuais e os pensa de uma forma diferente colocando uma série de questões que, postas, necessitam ser respondidas. Quem são os intelectuais? Qual é o papel dos intelectuais? Existem categorias de intelectuais? Qual é a sua origem e formação? Ao buscar

²⁸ LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 2003, p. 23

respostas para as indagações, Gramsci começou com um conceito revolucionário ao dizer, conforme lembra Carlos Nelson Coutinho, que “todos os homens são intelectuais”²⁹. O que acontece é que nem todos exercem a função de intelectual. É nesse sentido que o empresário pode ser chamado de intelectual, já que se especializou em uma área e ao atuar no dia-a-dia nesta sua área de especialização pode acabar por exercer um papel intelectual, ensinando ou procurando até transformar a atividade que exerce.

Sáímos, então, do conceito de intelectual como homem de letras e ganhamos, na formulação de Gramsci, o conceito de intelectual como quem age. É na ação, efetivamente, que se dá o trabalho intelectual. E é esta ação que transforma o intelectual em orgânico. Ademais, os intelectuais, ao contrário do que dizem os que antecedem Gramsci, não são autônomos e, tampouco, independentes dos grupos dominantes. Eles são, na verdade, “instrumentos para o exercício da hegemonia social e governo político”³⁰, daí o trabalho que fazem de traduzir o consenso das massas em orientação social.

O que Gramsci fez foi ampliar a ação do intelectual, pensando-o de forma diferente e lhe dando um caráter de formulador que, antes, ninguém havia pensado. O intelectual surgido da formulação de Gramsci é absolutamente original, pois não guarda nenhum traço do que, antes, se pensava dele: um homem reflexivo, que procurava, de longe, explicar o mundo, não transformá-lo. Estava criado o intelectual orgânico, o que age, atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão de mundo, uma nova hegemonia. E este intelectual nascia em contraposição àquele que está afeito apenas à formulação teórica, mas não tem qualquer aproximação com o empírico. O que Gramsci nos ensinou é que a teoria só tem sentido quanto é testada na prática, daí, por exemplo, a sua profunda reflexão sobre o porquê do fracasso da revolução socialista no Ocidente.

²⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 217

³⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 218

Há, ainda, por destacar nesta nova formulação o seu valor revolucionário, já que Gramsci, ao afirmar que todos somos intelectuais, acaba com uma pretensa divisão do trabalho, mostrando que o intelectual é também um trabalhador e, como ele, está sujeito à venda da única mercadoria que possui, que é o seu próprio trabalho de pensar e de ensinar. Ao mesmo tempo em que amplia a ação do intelectual, Gramsci o recoloca junto de uma classe, ligando-o a ela e diferenciando-o apenas em função das tarefas que irá exercer. Neste sentido, o trabalho intelectual não existe por si só, mas é uma função que se exerce no dia-a-dia, na organização, na difusão de idéias e na ação.

Olhando o intelectual dentro do conceito ampliado, Gramsci pode dizer que “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e a consciência da própria função”³¹ e é neste momento que Gramsci explica que os camponeses italianos, por não possuírem seus intelectuais orgânicos, acabam sem uma identificação de classe e, por isso, ligada às classes hegemônicas.

Reforçando a classificação de que não existem não intelectuais, Gramsci comenta:

“Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (...) em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”³².

Daí Gramsci afirmar, em seguida, que todo homem é um intelectual, mas nem todos desempenham esta função na sociedade. A distinção entre um e outro é, nada mais, nada menos, que uma referência à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. “Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer”, afirma, reforçando sua assertiva. A partir desta constatação, o que

³¹ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 7

³² GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p.

Gramsci busca é a criação de uma “nova camada intelectual”³³, o que ele chama de elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um de nós.

Identificado que todos somos intelectuais, embora, às vezes, não exerçamos este papel, Gramsci começa a traçar o perfil do intelectual orgânico fazendo, em primeiro lugar, a sua contraposição ao intelectual tradicional, que chama de vulgarizado, e que tem o seu protótipo no literato, no filósofo e no artista. Um exemplo deste tipo de intelectual é, na acepção de Gramsci, o jornalista, que se julga literato, filósofo e intelectual. Mas o jornalista pode, também, exercer um papel orgânico ao contribuir para a mudança da sociedade ou, mesmo, para a manutenção da hegemonia vigente.

Diante dessas formulações podemos responder à primeira questão, dizendo que intelectuais todos são, mas que há uma hierarquia entre eles, começando por quem é orgânico e está intimamente ligado ao trabalho de construção de uma nova visão de mundo, que se contrapõe ao intelectual tradicional, que é desligado de sua classe e se julga autônomo em relação à sociedade civil. Ao intelectual que se encastela, que olha o mundo de cima, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. Mas nada melhor do que suas próprias palavras:

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político)”³⁴

Como se vê, Gramsci começa a apontar para a segunda pergunta deste tópico, dando início ao traçado do que deve ser o papel do intelectual. E é a partir deste ponto, e com

³³ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 11

³⁴ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 11-12

base no estudo da situação da Itália, que avança, estabelecendo uma nova tipologia para o intelectual e o papel que ele deve desempenhar na sociedade. Um dos papéis é ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, unindo, assim, a sociedade em torno de um objetivo político. Como toda interpretação de Gramsci se prende ao político, é para a política que o intelectual deve se voltar. E no caso do intelectual orgânico, seu principal papel é de organizador, ao que deve seguir o dirigente e o educador. As funções, aliás, se realizam juntas, dando ao intelectual um papel político qualificado e tornando-o em vanguarda, não no sentido de ir à frente, mas de preparar a sociedade, através de criação de uma nova visão de mundo, para as mudanças necessárias no Estado e na política.

Gramsci explica:

“Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “justo”³⁵.

Nessa nova ótica, o intelectual é o “comissário” do grupo dominante, ficando responsável, em primeiro lugar, pela criação do consenso que vai unir a sociedade e, em segundo, pela construção do aparato de coerção estatal, justificando-a. O novo papel do intelectual, por isso mesmo, insere-se na ampliação do conceito proposto por Gramsci, não deixando, ainda, de considerar que há uma divisão do trabalho intelectual e, como

³⁵ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 12-13

consequência, uma gradação de qualificação, partindo, dessa divisão e hierarquização, sua analogia com a organização militar, que é piramidal, com linha de comando e divisão de tarefas.

A tarefa final do intelectual seria, mesmo, a de criação e organização de uma cultura, contribuindo para o surgimento e consolidação de uma ideologia, que vai, conforme afirma o próprio Gramsci, perpassar toda a sociedade, dando-lhe solidez e fazendo com que haja, por parte do grupo de comando, hegemonia. Em relação à organização da cultura, Carlos Néelson Coutinho³⁶ lembra que, expressamente, Gramsci não falou sobre o tema quando desenvolveu o seu conceito de intelectual e traçou para eles o papel que deveria desempenhar. Considera, no entanto, que isto é evidente, uma vez que o principal objetivo de Gramsci era político e a política, como tal, faz parte da cultura, o que leva ao seu desenvolvimento para que possa se tornar hegemônica.

Baseando-se no que disse Coutinho, pode-se avançar e ver nesta função dos intelectuais o papel que Gramsci para eles reserva dentro do partido, dizendo que nada é mais exato do que considerar que todos os membros de um partido devam ser intelectuais, o que o leva a pensar no partido como intelectual coletivo.

Constatado, como já o fizemos, quem são os intelectuais e qual o papel que exercem na sociedade, é preciso responder se existem categorias de intelectuais. Gramsci afirma que sim e começa por dividi-las em duas. De um lado, coloca os intelectuais tradicionais, que agem como literatos, olham a realidade de longe e não se envolvem com a mudança, embora, com suas formulações, ajudem a consolidar a ideologia dominante, criando, com o seu uso e a agregação do senso comum, uma visão de mundo que gera o consenso e solidifica a sociedade.

Ao intelectual tradicional, Gramsci contrapõe o orgânico, que se envolve, que participa, que está ligado à sua classe, a um segmento da sociedade, que age politicamente e que,

³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, 1981.

assim, ajuda na mudança, criando uma nova cultura de onde vai derivar uma nova ideologia, uma nova visão de mundo e, por conseguinte, um novo grupo hegemônico. A construção de Gramsci, não é preciso lembrar, dizia que este novo grupo era o proletariado, que deveria travar uma guerra de posições com a burguesia, conseguindo aliados e, com eles, conquistando o poder para, então, fazer-se hegemônico.

Voltando à questão, Gramsci alinha, tomando como base o desenvolvimento histórico, algumas categorias de intelectuais: aristocracia togada, administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, todos eles colocados, de certa forma, como coadjuvantes da grande categoria de intelectuais que são os eclesiásticos, responsáveis pela visão de mundo proporcionada pelo cristianismo, que se espalhou para o mundo todo e deu unidade à civilização ocidental, o que Gramsci considera uma ação orgânica. A estas “velhas” categorias, ele acrescenta uma nova, a do intelectual orgânico, aqui já tipificado, inclusive por suas ações.

A análise de situação feita por Gramsci é concluída quando mostra como são formados os intelectuais e de onde eles vêm. Como parte da sociedade, eles podem tanto ser urbanos como rurais. Gramsci aliás observa que boa parte dos intelectuais agregados aos grupos hegemônicos são do meio rural, mas não se sentem ligados à sua classe, usando sua ação para a reprodução da dominação, não para mudá-la. Os intelectuais urbanos são mais standartizados, mais afeitos a determinados padrões, enquanto os rurais são mais tradicionais. Nisso, Gramsci vê o reflexo da própria dinâmica da sociedade, com o meio rural mais conservador do que a cidade. A tipologia, no entanto, acaba por retomar, como lembra Cerqueira Filho³⁷, a classificação dual que Gramsci fornece dos intelectuais, que como vimos, podem ser tradicionais ou orgânicos, distinguindo-se, um do outro, pela ação. Aliás, pode-se lembrar que Gramsci, por ser marxista, trabalha sempre com um processo dialético, que é dual, o que o leva a pensar em oposições e em circularidades, já que,

³⁷ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A figura do intelectual e a formação discursiva investigada** in VELLOSO, João Paulo (Org). **A questão social no Brasil**, São Paulo, Nobel, sd, p. 46

conforme frisar  em outro momento, a constru o começa, mesmo, no início da destru o.

Tanto os intelectuais tradicionais, quanto os orgânicos podem vir dos mesmos segmentos, isto  , das áreas urbana ou rural. Sua forma o inicial   a escola, que Gramsci considera o instrumento para elaborar o intelectual de diversos níveis. A escola fornece o ferramental básico, que terá de ser desenvolvido, coisa que o próprio Gramsci fez, valendo-se de leituras e aprendendo na sua própria a o. A partir daí, o intelectual orgânico, pode-se dizer, se constrói na sua atividade, ensinando, mas aprendendo, agindo, mas observando, enfim, vivenciando uma realidade e ajudando na sua transforma o, com o objetivo de se conseguir uma nova realidade.

  por isso que Gramsci, valendo-se da hierarquiza o entre intelectuais, coloca os professores e jornalistas – que havia criticado antes, dizendo serem pretensos intelectuais – em um primeiro nível de organicidade. E isto se d  por serem, os dois, instrumentos de ensino, em primeiro lugar, e de mudança, com o ensino marcando, mais ainda, a fun o do professor, que se transforma em um formador de novos intelectuais e, com isso, pode contribuir para que os formados sejam orgânicos, não tradicionais.

Olhando-se a questão sob a  tica da interpreta o dada por Coutinho, podemos pegar as perguntas iniciais e respondê-las, definindo o intelectual sob uma forma geral e uma particular. Na primeira, ele   resultado de rela oes entre classes. Na segunda, de rela oes sociais de produ o³⁸, podendo ser ligados às suas classes de origem ou aderirem a uma outra classe, aut nomo na sua a o, mas vinculado às suas fun oes e às contradi oes concretas da sociedade. Não se pode comparar a autonomia antevista por Gramsci   autonomia dos intelectuais tradicionais, que não estavam ligados por origem ou por adesão a uma classe. Eles se consideravam acima de classes e não tinham um sentido de pertencimento, a não ser em rela o ao grupo hegemônico, para quem exerciam o seu

³⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, 1981. P. 45

papel, consolidando, como já dito, a sua ideologia. Gramsci cita Benedetto Croce como um exemplo perfeito deste tipo de intelectual.

A posição de Gramsci fica cristalina se olhada a análise feita por José Luís Beired:
Beired:

“Pode-se concluir então que: a) a atividade intelectual deve ser analisada no conjunto das classes sociais em que ela é desenvolvida; b) o intelectual é um agente socialmente determinado; e c) os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas funções quer nos processos de reprodução quer nos de transformação da ordem social”³⁹.

E é o próprio Beired quem afirma que a análise de Gramsci se centra na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura “que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal do poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologias fornece consciência e homogeneidade às classes que representa”⁴⁰.

O que Gramsci propõe, no final, é uma mudança no intelectual, que deixa de ser tradicional para se transformar em orgânico. Nele, como no próprio Gramsci, não há lugar para o pessimismo, para o desânimo. Este novo intelectual se distingue pela especialização técnica, pelo trabalho coletivo, por uma disciplina no trabalho. São eles os responsáveis pelo nexos teoria-prática, pelo encontro entre elites e povo ou, dizendo em outras palavras, pela criação da vontade nacional-popular⁴¹. São eles, no final, os construtores de uma nova hegemonia, pela consolidação de uma ideologia, pela sua transformação em senso comum e pela disseminação de uma nova visão de mundo que abranja toda a sociedade.

Nada melhor do que deixar o próprio Gramsci falar:

³⁹ BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais** in AGGIO, Alberto (Org). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998, p. 124

⁴⁰ BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais** in AGGIO, Alberto (Org). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998, p. 127

⁴¹ BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais** in AGGIO, Alberto (Org). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998, p. 128

“Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “justo”⁴².

Se hegemonia e intelectual orgânico são, nesta pesquisa, conceitos centrais, ela trabalha, ainda com outro conceito gramsciano, que é o de partido ampliado, o que nos leva a um outro conceito básico para este trabalho que é a Teoria Ampliada dos Partidos, também de Gramsci.

O partido político é considerado por Gramsci como o novo Príncipe, em uma referência a Maquiavel, de quem foi leitor e a quem admirava pelo realismo político. O conceito de partido que usa, no entanto, tal como fez com o conceito de Estado, é mais ampliada. Gramsci, ao discorrer sobre a questão e sobre a necessidade de estudá-la recomenda uma atenção maior ao tema “se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos” ou “frações de partidos”⁴³. O jornal, neste caso, atuaria como partido ao engajar-se, seja para manter a hegemonia conquistada, seja para construir uma nova hegemonia.

Ao ampliar o partido, incluindo o jornal, Gramsci dá o exemplo do Times, da Inglaterra, e do Corriere della Sera, na Itália, que têm uma função supostamente apolítica, mas que, na verdade, têm ação política e de propaganda. “É certo que em tais partidos as funções culturais predominam, dando lugar a uma linguagem política de jargões: isto é, as questões

⁴² GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 12-13

⁴³ COUTINHO, Carlos Néson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 213

políticas revestem-se de formas culturais”⁴⁴, afirma Gramsci ao comentar a ação dos partidos e dos jornais e revistas, como partidos ampliados. Neste contexto, forma-se um partido constituído de uma elite de homens da cultura que têm a função de dirigir “do ponto de vista da cultura, a ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico)”⁴⁵. Volta-se, assim, à questão do intelectual e de sua importância para a construção da hegemonia, o que pode – e deve – ser feito mediante o uso da mídia, reconhecida por Gramsci como um partido ampliado, já que defende ou a hegemonia existente ou a construção de uma nova hegemonia.

Hegemonia, intelectual orgânico e partido ampliado convivem, na Matriz Teórica de Antônio Gramsci, com outro conceito que lhe é essencial, que é o de ideologia, pois ela representa um papel central, começando pela sua afirmação de que perpassa todas as classes e funciona como um cimento entre elas, pelo fornecimento de uma filosofia comum. Gramsci, assinalam os que o estudam, como Perry Anderson⁴⁶, representa um momento de inflexão na conceituação de ideologia, a que dá um sentido positivo.

Outro estudioso, Terry Eagleton, ao apreciar as idéias de Gramsci, afirma:

“É com Gramsci que se efetua a transição crucial de ideologia como “sistemas de idéias” para ideologia como prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais”⁴⁷.

O papel da ideologia, no sentido levantado por Eagleton, conforme ele mesmo reconhece, é fazer com que o poder “permaneça convenientemente invisível, disseminado por toda a textura da vida social e, assim, “naturalizado” como costume, hábito, prática

⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 23

⁴⁵ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 23

⁴⁶ ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental – Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo, 2004

⁴⁷ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 107-108

espontânea”⁴⁸. Eagleton ressalta que, deste ponto de vista, as ideologias devem ser vistas como “forças ativamente organizadoras que são psicologicamente “válidas”, modelando o terreno no qual homens e mulheres atuam, lutam e adquirem consciência de suas posições sociais”. A ideologia seria, então, a forma do bloco histórico, daí que uma “ideologia orgânica não é simplesmente falsa consciência, mas uma consciência adequada a um estágio específico do desenvolvimento histórico e a um momento político particular”⁴⁹.

E é neste sentido, de ver a ideologia como algo constitutivo, que esta pesquisa irá trabalhar. Deve-se ressaltar, ainda, que é ela quem fornece a base para o trabalho, tanto na construção da hegemonia quanto na sua substituição, como dá ao intelectual sua organicidade, já que ele só se torna orgânico mediante o envolvimento político e, para fazê-lo, terá obrigatoriamente que adotar uma ideologia. No caso do jornal Posição, e da imprensa alternativa que durante o regime cívico-militar que dominou o Brasil, pode-se dizer que estavam, mediante a atuação de intelectuais orgânicos ajudando na difusão de uma nova ideologia, agindo, sob a ótica gramsciana, como partido ampliado, fechando o ciclo da construção de uma nova hegemonia ou, então, olhando-se do outro lado, dando início a um processo contra-hegemônico. É o que esta pesquisa pretende mostrar em relação ao jornal Posição.

Há ainda a observar uma última questão que é da imprensa alternativa. No caso desta pesquisa, o uso do termo guarda o significado que lhe deu Bernardo Kucinski⁵⁰, que a preferiu à imprensa nanica, como os jornais que faziam oposição ao regime eram também chamados. “O radical de alternativo contém quatro significados essenciais desta imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do

⁴⁸ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 108

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 109

⁵⁰ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Edusp, 2003

desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam”⁵¹, explica Kucinski oferecendo, de antemão, uma pequena visão do engajamento dos jornalistas responsáveis pela feitura deste tipo de jornal.

Autor do que pode ser considerado o mais completo trabalho sobre a imprensa alternativa, objeto de sua tese de doutorado, Kucinski nos lembra que havia “basicamente duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham suas raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular”⁵². Os integrantes da imprensa alternativa que eram políticos “em geral pedagógicos e dogmáticos (...) foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem o perigo do crescente endividamento externo (...) e o agravamento das iniquidades sociais”⁵³. Os que não eram políticos e também faziam parte da imprensa alternativa tinham suas raízes no movimento de contracultura norte-americana, com abordagens que iam do orientalismo ao existencialismo, rejeitando a primazia do discurso ideológico e mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural.

O jornal Posição, que faz parte de uma das últimas levas de nascimento dos alternativos, integra-se à corrente das publicações políticas e, conforme relatam seus editores, desde seu lançamento tinha como objetivo discutir as questões relativas ao Estado e ajudar na sua transformação. A natureza da imprensa alternativa, como afirma Kucinski, era essencialmente jornalística o que, no caso de Posição, é reforçado pelo seu primeiro diretor, Rogério Medeiros, para quem a primeira preocupação do jornal era com a produção de informações jornalísticas. É certo que ele mirava o Governo e as elites, mas queria discutir os problemas apresentando-os com a utilização do discurso jornalístico.

⁵¹ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Edusp, 2003, p. 13

⁵² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Edusp, 2003, p. 14

⁵³ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**, São Paulo, Edusp, 2003, p. 14

Outra característica da imprensa alternativa e que coloca o Posição nesta categoria é a autogestão e a posse dos meios de produção. O jornal era gerido pelos próprios jornalistas, com a participação de um Conselho Editorial, e feito por eles. Como lembra o primeiro editorial, Posição era um jornal diferente, não só por se enquadrar dentro dos critérios alinhados por Kucinski, mas porque se considerava um “jornal de jornalistas. E também porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder. Escrevendo crônicas, poesias ou reportagens, desenhando ilustrações, criticando o nosso trabalho ou estimulando nossa posição”. Neste trabalho, portanto, este será o sentido da imprensa alternativa, sempre que se referir a Posição e aos outros jornais que integraram o universo deste tipo de imprensa.

A imprensa alternativa, neste caso, se contrapõe ao que se pode chamar de grande mídia – jornais, rádios e televisões – pertencentes a empresas ou grupo empresariais, muitas vezes com integração entre veículos e geridos com o sentido capitalista do lucro. Outra diferenciação era que, na grande mídia, os jornalistas eram empregados, fazendo o que a linha editorial de cada jornal, rádio, revista ou televisão determinava. Um terceiro item de diferenciação era o alinhamento ao Governo e às suas políticas. De um modo geral, as empresas de mídia davam apoio ao regime e se havia crítica ela não se endereçava à sua essência, discordando, apenas, de ações tomadas, principalmente na área econômica. Um desses casos é o do jornal O Estado de São Paulo, que sofreu uma pesada censura do Governo, mas que foi, também, um dos primeiros defensores da derrubada de Goulart e a se alinhar ao regime.

Estrutura da pesquisa

Feitas as escolhas de tema, objeto e referencial teórico e determinados os objetivos, resta mostrar como esta pesquisa será desenvolvida e como este trabalho será estruturado. Além de uma apresentação, que explica e justifica escolhas feitas, este trabalho está sendo

estruturado a começar por uma Introdução, que mostra a trajetória do jornal Posição. No Capítulo I são discutidos os pontos-chaves que dão sustentação ao trabalho, explicitando como se fará uso de conceitos como hegemonia, intelectual orgânico, partido ampliado e ideologia, além de antecipar a estrutura do trabalho.

No Capítulo II, utilizando método recomendado pelo próprio Gramsci, faz-se uma contextualização do momento histórico do Brasil, situando nele a ação de Posição, além de mostrar a situação no Espírito Santo, espaço específico onde o jornal atuou, e se fazer uma pequena história do próprio jornal. Há ainda a busca de uma relação entre mídia e história, demonstrando que a segunda pode ser usada como objeto da primeira. A contextualização ajuda a entender o momento em que Posição circulava, as condições do político e do exercício da política e as variantes e vertentes deste exercício, seja do lado hegemônico ou contra-hegemônico. É por refletir o momento que o capítulo foi denominado A realidade em um pedaço de espelho. O pedaço de espelho é o jornal Posição.

O Capítulo III irá tratar, especificamente, do papel desempenhado por Posição na construção de uma nova hegemonia. Este papel ele não o exerceu sozinho, mas integrando-se aos movimentos contra-hegemônicos que surgiram, no Brasil e no Espírito Santo, com destaque para a atuação da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Para fazer esta demonstração iremos usar os conceitos da Matriz Teórica do Pensamento de Antônio Gramsci, discutidas no Capítulo I, e algumas ferramentas disponibilizadas pela Análise do Discurso tomando como base dois teóricos franceses, Maurice Mouillaud⁵⁴ e Dominique Maingueneau⁵⁵. Mouillaud dedica-se, especificamente, à análise da mídia impressa, sobretudo dos jornais, mostrando que podem ser visto como dispositivos que enquadram a informação, dando-lhe um novo significado. Maingueneau,

⁵⁴ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Darrel (Org). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002.

⁵⁵ MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2 edição.

mais geral, aponta as ferramentas que podemos usar para analisar os discursos, inclusive o discurso jornalístico, deduzindo dele as significações. Nos dois casos, o que buscamos é, através do ferramental teórico disponibilizado pela Análise do Discurso, demonstrar que Posição, efetivamente, desenvolveu uma ação contra-hegemônica e que ela é refletida no seu discurso, sobretudo através das capas do periódico, ao longo de sua circulação.

Sobre a questão é bom observar o que Mouillaud diz: “(...) cada título constitui um microsistema formado de dois enunciados articulados entre si: uma pressuposição que remete a unidades temáticas ou históricas, e um enunciado propriamente informacional”⁵⁶.

A constatação do trabalho contra-hegemônico de Posição será feita levando-se em consideração, exatamente, as unidades temáticas, relacionando o que o jornal afirmava com a base ideológica do regime, constituída pelos princípios inseridos na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), dividida em quatro macros princípios: Militar, Econômica, Política e Psicossocial. Cada uma delas tinha objetivos claros, que o regime de 64 procurava cumprir e esse esforço se dava, também, através do discurso. Daí, poder se contrapor às categorias da DSN o que Posição dizia e determinar se o discurso ia, verdadeiramente, de encontro ao que o regime pregava, configurando-se, com isso, uma ação contra-hegemônica. Destaque-se, mais uma vez, que o jornal não agiu sozinho, mas integrou ações e movimentos que perpassaram uma boa parte da sociedade civil na época.

A questão dos intelectuais que atuaram no Posição e do trabalho orgânico que realizaram ao longo das 65 edições do jornal serão objetos do Capítulo IV desta pesquisa. Nele, além da configuração do que são os intelectuais orgânicos, se demonstrará que a ação dos jornalistas de Posição se enquadra na conceituação desenvolvida por Gramsci, já que foram participantes e lutaram para a construção de uma nova hegemonia.

Rogério Medeiros, que foi o primeiro diretor responsável pelo jornal e dele participou até o número 49, escrevendo matérias que ajudavam a desconstruir a imagem rósea passada

⁵⁶ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Darrel (Org). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, p. 26

pelo regime, assume que Posição tinha um objetivo claro, que era o de mostrar o que estava acontecendo no Espírito Santo aproveitando-se da inércia da mídia local, comprometida com o regime. “Centramos nossas críticas na elite que comandava o Estado, mostrando os problemas existentes, a corrupção no Governo e abrindo um espaço para a discussão com os vários segmentos sociais. Fizemos bom jornalismo”⁵⁷, afirmou em entrevista ao autor. Medeiros reconhece que Posição buscou a ocupação de um espaço, de crítica ao regime, regionalizando os assuntos e se contrapondo, no caso do Espírito Santo, ao triunfalismo existente. O principal objetivo, segundo seu relato, era mostrar que, ao contrário do que diziam Governo e mídia – que era por ele controlada – o país, em primeiro lugar, e o Estado, em particular, tinham sérios problemas, mascarados por um discurso desenvolvimentista e otimista, calcado no princípio de que o crescimento econômico propiciaria melhoria para todos e que, como os dirigentes estavam trabalhando pela sociedade, não deviam ser objetos de crítica.

E foi para fazer frente às críticas, evitando-as, que o regime recorreu à censura, um dos meios usados para se manter hegemônico, mesmo em meio à crise provocada pelo endividamento externo e pela movimentação de base, de rejeição ao regime, como mostra o Capítulo a seguir.

⁵⁷ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

A realidade em um pedaço de espelho

“Nunca existiu democracia verdadeira, nem vai existir”

Jean Jacques Rousseau

De uma maneira ideal, a democracia, como muito bem assinala Rousseau, é irrealizável. Representa, por isso, uma utopia, não no sentido de um sonho de futuro, sem sentido, mas de busca de uma transformação que parte, como assinala Frederic Jameson, do olhar e análise de uma situação concreta, de forma a poder projetar uma ação à frente⁵⁸. Nesse sentido, há todo um caminho a percorrer em busca da utopia. Jameson, assim, não endossa o pessimismo de Rousseau e aponta no sentido de voltarmos à utopia, construindo um futuro diferente do que temos hoje e nos lembra que, na ausência da política, do espaço para o político, é que se constroem e que surgem as utopias.

Ao lado de Jameson, e também na *New Left Review*, outro teórico marxista muito respeitado, Perry Anderson, vê espaço para o pensamento utópico. Concorda com Jameson na afirmação do surgimento do pensamento utópico quando a política ou o espaço político está ausente. Para explicitar sua posição, Anderson⁵⁹ recorre a Immanuel Wallerstein e endossa sua posição para aconselhar que o caminho da utopia se faça após uma avaliação sóbria e realista dos diferentes modos de organização da sociedade. O que ele aconselha, no final, é a busca da utopia possível, não de um sonho irrealizável.

O pessimismo de Rousseau, a esperança de Jameson e o realismo de Anderson são bem condizentes com uma realidade vivida no Brasil a partir dos anos 60, quando um governo democrático foi derrubado e os militares se instalaram no poder. O que vivenciamos, a partir de 1964, foi o estreitamento do espaço para a política e do político, com a

⁵⁸ JAMESON, Frederic. **Politics of utopia**. *New Left Review*, Londres, nº 25, janeiro-fevereiro de 2004

⁵⁹ ANDERSON, Perry. **River of time**. *New Left Review*, Londres, nº 26, março-abril de 2004, p. 67 a 77

implantação de controles estritos sobre a sociedade civil e opinião pública de forma a que só o governo e seus porta-vozes fossem ouvidos.

Ao longo de 20 anos o que se viu, para usar um termo prezado pelo maior ideólogo do regime, o general Golbery do Couto e Silva⁶⁰, foram sístoles e diástoles. Seguramente, as primeiras muito mais do que as segundas, já que o tempo de fechamento do regime foi muito maior do que o de abertura. Nos momentos de fechamento e de abertura, não importa em que governo militar, o que vivenciamos foi o silenciamento da sociedade civil mediante a censura generalizada, a tortura, a intimidação e à instauração do medo. Neste contexto, só havia espaço para quem apoiava o governo, estava ao seu lado e concordava com o que ele fazia ou pensava.

A ditadura, neste caso, acabou por confirmar as análises de Anderson e Jameson e fez surgir, mesmo com todo o fechamento e medo, em segmentos da sociedade pessoas que, fazendo a análise de situação, entenderam que era possível construir uma alternativa para o regime de então, buscando a democracia, não a ideal, mas a possível, agindo no sentido da mudança, contrapondo-se à hegemonia reinante e buscando construir uma nova hegemonia em que esta democracia possível era o objetivo.

É sobre esta construção que esta pesquisa se debruça, buscando refletir a ação de um jornal alternativo, o Posição, que circulou no Espírito Santo – notadamente na Grande Vitória – no período de 1976 a 1979 e que engrossou a corrente de quem, fazendo frente ao regime, buscava uma alternativa democrática, abrindo-se novamente o espaço do político.

Sobre o regime de 64 e o seu tempo histórico há uma vasta literatura, com reflexões que englobam o seu antes, o durante e o seu depois, debruçando-se sobre os seus vários aspectos⁶¹. Um deles, no entanto, resta pouco estudado, exatamente o papel desempenhado

⁶⁰ SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981

⁶¹ Para uma bibliografia abrangente sobre o regime militar ver FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004

pela chamada imprensa alternativa. O que há – e existem excelentes trabalhos – ocupam-se de dois expoentes desta imprensa, Opinião e Movimento, e quando falam de outros, como o caso de Bernardo Kucinski⁶², dão uma visão destes e neles centrada. Destaque-se, ainda, que a maioria dos trabalhos é da área de Comunicação, o que às vezes os deixam distantes da história e, sobretudo, da história política.

O que buscamos, então, é uma reflexão específica sobre um jornal alternativo e tendo como base a história política. Ao tomar o jornal Posição queremos entender como se deu sua ação, como foi sua trajetória, que tipo de intelectuais o integravam e como foi a construção de uma nova realidade, em que se engajou, o que será visto tomando-se conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci⁶³ como hegemonia, intelectuais orgânicos, partido ampliado. Ao lado destes conceitos centrais, o trabalho irá refletir, também, sobre a ação da censura e o contexto político existente durante o período em que Posição circulou, mostrando a face do autoritarismo e a ideologia desenvolvimentista, que perpassa todo o discurso do regime militar e no qual ele se embasou para buscar legitimidade para a democracia que, na ótica de quem o dirigia, existia no Brasil. Mostra-se, enfim, o momento histórico brasileiro.

A reflexão será feita levando-se em conta a prevalência da Doutrina de Segurança Nacional, pedra basilar do regime militar, e as formas expressas e subliminares que a imprensa alternativa e de esquerda encontrou para contestá-la, promovendo o reflexo de uma realidade diferente do que queria o regime.

A abordagem teórica dessa questão recomenda, embora haja um recorte histórico claro e um objeto bem definido, que se debruce sobre a questão da mídia, ressaltando a sua conexão com a história e mostrando, para o entendimento do trabalho contra-hegemônico

⁶² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil 1964-1980**. São Paulo, Edusp, 2003.

⁶³ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.

desenvolvido por Posição e por seus intelectuais orgânicos. Antes, porém, é preciso uma contextualização.

Um clima difícil

Em 1976 quando o jornal Posição começou a circular, o Brasil vivia um momento difícil e ímpar. Difícil devido aos acontecimentos do ano, iniciado com a morte do operário Manoel Fiel Filho na prisão do Exército, em São Paulo, devido ao recrudescimento da linha dura militar, contrária à anunciada política de abertura do presidente militar de então, o general Ernesto Geisel⁶⁴. A morte, também por enforcamento, repetia uma outra, do ano anterior, em que morreu o jornalista Vladimir Herzog, depois de voluntariamente ter se apresentado ao Exército. Sobre a questão, o general Geisel deu o seguinte depoimento: “A resistência a fazer o inquérito foi muito grande, o que para mim era muito suspeito. Se as coisas fossem limpas, se não tivesse havido nada, se o enforcamento do Herzog tivesse sido espontâneo da parte dele, qual o inconveniente do inquérito?”⁶⁵.

O depoimento do ex-presidente, dado ao CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, é um reconhecimento tardio do que, na época, muito mais do que uma suspeita, era uma certeza: Vladimir Herzog, na verdade, foi assassinado pelos militares linha dura. E foi o mesmo que aconteceu, no início de 1976, com o operário paulista. Geisel, ao lembrar a ação da linha dura, neste mesmo depoimento afirma que o país vivia “um regime de exceção, e esse era o lado ruim da história”⁶⁶. Tardiamente, novamente, o ex-presidente reconhecia que o país, ao contrário do que pregavam os ideólogos e defensores do regime, não vivia em uma democracia, mas em um regime de exceção.

Havia, como o próprio ex-presidente admite, um segmento dos militares que era contrário ao abrandamento do regime, criticando os rumos tomados pelo governo e

⁶⁴ SKIDMORE, Thomas. **A lenta via brasileira para a democratização**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

⁶⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição, p. 371

⁶⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição, p. 367

defendendo um endurecimento. Reconhece, ainda, que havia um segundo problema, o do DOI-Codi, que misturava militares e civis que participaram da repressão nos anos de chumbo, sob o governo Médici. O fato é que, se não tinham o apoio explícito do ministro do Exército, estes grupos – e os grupos militares do Centro de Informação do Exército (CIE) – contavam com o beneplácito de seus superiores. É neste sentido que Geisel reconhece a existência de problemas e vê no inquérito do caso Herzog, pelo menos, uma busca de encobrimento do que a repressão vinha fazendo.

A tensão militar levou o governo a adotar a política de um passo avante e dois atrás. De um lado, combatia a linha dura, mas, do outro, oferecia aos que não desejavam a abertura do regime ações no sentido de manter a “revolução” e o chamado “regime revolucionário”. Ouça-se o que o próprio general diz: “Às vezes, eu chegava à conclusão que era melhor cassar. A cassação tinha suas vantagens, no sentido de arrefecer o ímpeto da oposição (...) e de arrefecer a pressão da área militar”⁶⁷.

Pode-se afirmar, também, que são neste sentido as medidas tomadas em relação à legislação eleitoral, com a edição da chamada Lei Falcão, cujo principal objetivo era manter a Arena, partido do governo, no poder, levando-a a ganhar as eleições. Ao estudar os arquivos de Geisel na parte relativa ao Ministério da Justiça, Maria Celina D’Araújo relata que o ministro Falcão considerava que “a legislação eleitoral precisa ser mudada pois (...) nenhum governo ganharia a eleição com a televisão “martelando” contra ele”⁶⁸. Era preciso, então, calar a oposição, impedindo-a de mostrar a realidade do país. E é com esse objetivo que o Ministério atua, agindo em outra área sob sua responsabilidade, que é a censura. Uma das iniciativas tomadas pelo ministro é a criação de um grupo de trabalho para “aprimorar a censura”. No início do governo Geisel, Falcão chegou a propor decreto

⁶⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p. 391

⁶⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3 edição, p. 35

aumentando as exigências para o registro de jornais, rádios e outros meios de comunicação. O intuito era combater a “má imprensa”⁶⁹.

Ao mesmo tempo em que propunha maior controle da imprensa e da mídia, Falcão intensificava contatos com donos de jornais, rádios e TVs no sentido de buscar apoio para o governo. Um dos contatos de Falcão era o empresário Roberto Marinho, o poderoso dono da TV Globo, que se prontificou a promover uma reunião com empresários de comunicação para “elogiar a política econômica do governo”⁷⁰.

O elogio, no entanto, não era suficiente. Veja o que diz D’Araújo: “O apoio da imprensa não foi procurado apenas por meios persuasivos. Falcão propõe a Geisel um levantamento junto ao Ministério da Fazenda e a bancos estaduais e privados, das dívidas das empresas jornalísticas”⁷¹. E no arquivo de Geisel, neste documento, aparece anotado à mão pelo próprio presidente “muito bom”. O intuito é claro, usar a pressão econômica para conseguir o apoio da mídia.

Havia, de outro lado, também uma preocupação com a imprensa alternativa, que não poderia ser controlada por meios econômicos, já que vivia da venda dos exemplares, portanto, dos que adquiriam as publicações. É no sentido de controlar a imprensa alternativa que o ministro Falcão sugere “maiores rigores da censura e sua aplicação”⁷². Era, mais uma vez, a demonstração da política de sístoles e diástoles, sendo que, no caso, mais da primeira que da segunda, já que o fechamento é muito mais comum do que a abertura.

No ano em que Posição nascia, o presidente Geisel afirmava, no mês de março, que não aceitava contestação à revolução. Oposição, como ele admite no depoimento à CPDOC, tinha de ser responsável, não podendo contestar as bases do regime militar. O que o

⁶⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição, p. 26

⁷⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p. 27

⁷¹ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p. 27

⁷² D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p. 27

governo buscava era ter, de um lado, um partido do sim; e do outro, um do sim senhor. O clima de endurecimento se completa com a explosão de bombas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. Era a linha dura agindo em aberto desafio ao governo, sendo encoberta pelo aparato civil-militar da repressão e levando o governo Federal a agir no sentido de, ao mesmo tempo, frear a abertura e contentar a linha dura⁷³.

Nestes anos difíceis, em que o espaço da política e do político se estreitava, é que um grupo de jornalistas decide fundar o jornal Posição. Seu objetivo: trabalhar no sentido da mudança, opondo-se ao regime militar e levando a seus leitores uma visão diferente da que oferecia a chamada “grande mídia”, controlada por pressões econômicas e pela censura, esta última que também afetou a imprensa alternativa.

Um clima de esperança

Se de um lado havia o fechamento e, com ele, desesperança, de outro, apesar dos controles impostos à sociedade civil, movimentos em seu seio começaram a trabalhar no sentido da construção de uma nova realidade. O primeiro indício dessa mudança, que ia de encontro ao que os militares e civis no poder pregavam, foi a vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974. Segundo Bolívar Lamounier, o resultado da votação, em relação ao governo e ao seu partido, a Arena, dramatizou “a fragilidade eleitoral do partido nas grandes cidades”⁷⁴, contribuindo, acredita, para a redução no ritmo da abertura.

Se a afirmação de Lamounier é correta, também se pode dizer que a vitória do MDB acabou por mostrar que havia espaço para a oposição e que ela tinha como atuar, procurando uma modificação do quadro existente. Mesmo submetendo-se às regras do regime – o que efetivamente fazia – o MDB acabou abrindo espaço para a demonstração

⁷³ SKIDMORE, Thomas. **A lenta via brasileira para a democratização**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 39

⁷⁴ LAMOUNIER, Bolívar. **O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 102-103

de insatisfação, já detectada pelo próprio regime, daí advir a idéia de Geisel e Golbery de fazerem uma “abertura”⁷⁵. É Golbery, por sinal, quem afirma:

“Não é de admirar-se, pois, que o esforço de descentralizador, conscientizado, do governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles da censura, nem, tampouco, que esse estágio inaugural exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e condução vigilante e ativa. (...) Tanto mais se faria isso imperioso, quanto fortes pressões continuariam advindo dos outros campos”⁷⁶.

Principal estrategista do governo militar, Golbery reconhece as tensões existentes e, em conferência feita na Escola Superior de Guerra, onde ajudou a construir a Ideologia da Segurança Nacional, acaba afirmando que o regime adotou uma política que alternava “ações de contenção, senão de contra-ataque (...) garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos”⁷⁷. Estes objetivos se resumiam, na verdade, na manutenção dos militares ou de seus prepostos no poder.

Inserire-se neste contexto a preocupação do ministro Armando Falcão com a mudança da legislação eleitoral, que acabou sendo realizada em abril, e que tinha o claro objetivo de impedir, como o próprio ministro admitiu, uma nova vitória do MDB. Uma das razões é que a oposição, mesmo a parlamentar, havia sido infiltrada e estava sendo controlada pelos comunistas, daí a necessidade de o governo se precaver⁷⁸. A preocupação se justificava, na ótica do regime, porque, como lembra Skidmore, “Geisel e sua equipe não tinham a

⁷⁵ COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1981

⁷⁶ COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1981, p. 25

⁷⁷ COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1981, p. 27

⁷⁸ D´ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in D´ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3 edição, p. 32-33

intenção de permitir que a oposição chegasse ao poder. Eles imaginavam uma democracia em que o partido do governo (ou partidos) continuasse a mandar sem contestação”⁷⁹.

As eleições foram a parte mais visível da insatisfação da população, mas não a única, tampouco foi a primeira manifestação de oposição. Como lembra Thomas Skidmore, de há muito – desde o governo Médici, marcado pela violência da repressão – a Igreja Católica havia se tornado a principal voz de oposição ao regime, principalmente em relação à defesa dos direitos humanos, freqüentemente desrespeitados pelos militares⁸⁰.

É de Skidmore a afirmação:

“A Igreja tornou-se o mais conspícuo opositor do estado autoritário brasileiro. No caso não era apenas a CNBB procurando agressivamente defender sacerdotes e leigos contra a tortura (muitas vezes sem êxito). Eram também os ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior – no Vaticano, no seio do clero e no laicato da Europa e dos Estados Unidos, e de outros ativistas dos direitos humanos, gerando assim protestos na imprensa estrangeira”⁸¹.

A voz da Igreja era poderosa, já que ouvida pela maioria da população brasileira, um país, à época, marcadamente católico. Mas ela não era uníssona. Se havia preladados, padres e leigos dispostos a protestar e fazer oposição, havia, também, os que, ou se calavam ou se alinhavam ao regime. A chamada ala progressista da Igreja era a mais engajada e foi através dela que surgiu no Brasil um dos mais importantes movimentos de base, as Comunidades Eclesiais de Base, cujo primeiro encontro nacional foi realizado em Vitória, no Espírito Santo⁸².

Nascidas com o intuito de evangelização, as CEBs transformaram-se, como frisa Della Cava, em poderoso instrumento de politização. “Independentemente da intenção original

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 321

⁸⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 273

⁸¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 273 e 274

⁸² DELLA CAVA, Ralph. **A igreja e a abertura, 1974-1985**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.241-243

dos arquitetos eclesiais, as CEBs ganharam vida prpria”⁸³, acentua Ralph Della Cava, para quem houve o engajamento do clero e de leigos mais progressistas na formao e na politizao das Comunidades. Ao mesmo tempo, a Teologia da Libertao transformou as CEBs em seu laboratrio e, por fim, intelectuais catlicos orgnicos⁸⁴ retrabalharam a religiosidade popular, dando-lhe nova dimenso e fazendo com que a religio e a igreja ficassem ao lado dos menos favorecidos, ao mesmo tempo em que lhes davam uma educao poltica.

O crescimento das comunidades foi exponencial, chegando em pouco tempo a mais de 80 mil em todo o Brasil. Com elas, a Igreja dava vazao a sua veia evangelizadora, suprindo deficiencias de clrigos e, ao mesmo tempo, com a ao da ala mais progressista, como o teologo Leonardo Boff, inculcando uma ao poltica na ao das CEBs, o que, para eles, significava oposio ao regime. O principal argumento era que a fe tinha de libertar e no cerne desta afirmao estava a Teologia da Libertao e frei Boff, que chegou a ser considerado um dos mais importantes teologos do mundo⁸⁵.

Se em numero e em mobilizao popular a Igreja Catlica era imbativel, nem por isso outras entidades da sociedade civil deixaram de se movimentar. E o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) “que se tornou ativa adversaria do governo militar⁸⁶. A movimentao da Ordem comeco ainda no governo Medici e foi uma reao, como no caso da Igreja Catlica, as constantes violaoes dos direitos humanos. O nivel de protesto foi se intensificando e, em 1974, no seu congresso, a OAB lanou um duro manifesto, comprometendo-se com a defesa ativa dos direitos dos presos politicos e se posicionando contra a tortura e prisoes arbitrias⁸⁷. Comeou, ento, uma campanha nacional para esclarecer a populao sobre a importancia dos direitos de cada cidado. “Com sua firme

⁸³ DELLA CAVA, Ralph. **A igreja e a abertura, 1974-1985**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.242

⁸⁴ GRAMSC, Antonio. **Os intelectuais e a formao da cultura**. So Paulo, Crculo do Livro, sd, p. 7-14

⁸⁵ DELLA CAVA, Ralph. **A igreja e a abertura, 1974-1985**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.247

⁸⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. So Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edio, p. 363

⁸⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. So Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edio, p. 363

posição, a OAB se organizava para minar as bases do regime autoritário”⁸⁸, afirma Skidmore. O historiador afirma que as ações da OAB foram, em muitos casos, coordenadas com as da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Uma mostra da eficiência das ações da OAB pode ser dada pela posição do ministro Armando Falcão, da Justiça, que deixou de comparecer à convenção da entidade no Rio de Janeiro, o que está registrado em correspondência do arquivo Ernesto Geisel. O argumento usado era que não queria se expor, nem ao governo. O ministro, no entanto, não considerava os advogados e a Ordem como contrárias ao regime, mas ressaltava que ela era contra a tortura⁸⁹. A Ordem foi, também, a primeira entidade a se engajar na defesa da anistia para os que haviam sido punidos pelo regime militar e na luta pela volta ao estado de direito. E foi exatamente esta ação, que irritou o governo militar, que o levou a propor o fim da autonomia da entidade.

Segundo Thomas Skidmore:

“Em 1976 o governo apontou a sua própria metralhadora contra a OAB propondo, como parte da reforma geral do Judiciário, a revogação do singular status daquela organização, a única não sujeita ao controle direto do governo. Este privilégio, segundo o governo, devia acabar, submetendo-se a OAB ao controle e supervisão do Ministério do Trabalho”⁹⁰.

A ameaça serviu para tornar a organização ainda mais atuante, que passou a denunciar a ordem jurídica ilegítima. O curioso desta postura, como lembra Skidmore, era que tanto a Ordem dos Advogados do Brasil quanto a própria Igreja Católica eram conservadoras. No caso da entidade dos advogados, ressalta, ainda, que foram os juristas que deram o arcabouço legal às leis arbitrárias baixadas pelo regime militar.

⁸⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 366

⁸⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição, p. 33

⁹⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 366

Merece observação, também, a atuação do movimento estudantil. Segundo Maria Paula Nascimento Araújo este movimento foi “o grande responsável pela retomada das mobilizações políticas, inclusive recuperando espaço nas ruas”⁹¹. O movimento estudantil, segundo a historiadora, atuava em duas frentes. Na primeira, lutava para a reconstrução das entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e “seguinto de perto a orientação das organizações de esquerda, levantava a bandeira da luta pelas liberdades democráticas”⁹².

Ao lado da Igreja Católica – inclusive com as CEBs – e da OAB, havia outras manifestações da sociedade civil. Uma delas, conforme afirma Scott Mainwaring⁹³, veio dos chamados movimentos populares. “(...) embora eu concorde com outras análises de que a abertura foi principalmente um processo de elite, também acredito que os movimentos populares tiveram certamente um impacto na situação política”⁹⁴, afirma Mainwaring, que foca o seu estudo sobre o Movimento dos Amigos do Bairro, do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

À ação do MAB, que não era exclusivo de Nova Iguaçu, se juntou o Movimento do Custo de Vida “uma forma popular de protesto iniciada em 1973 e que atingiu o pico em 1977-78. Entre seus objetivos estava o de estimular o público a voltar às ruas em manifestações de protesto”⁹⁵. Segundo Skidmore, a tática adotada pelo MCV se assemelhava às manifestações contra o governo Goulart, antes do golpe, mas havia a diferenciação de origem, já que, no caso anterior à ditadura eram mulheres de classe média

⁹¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A luta democrática contra o regime militar na década de 1970**, in AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, e SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Edusc, 2004, p. 167

⁹² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A luta democrática contra o regime militar na década de 1970**, in AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, e SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Edusc, 2004, p. 167

⁹³ MAINWARING, Scott. **Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985,

⁹⁴ MAINWARING, Scott. **Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 275

⁹⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição, p. 359

que participavam das manifestações, e na época do governo Geisel, eram mulheres ligadas ao movimento dos trabalhadores.

Por fim, e não menos importante, temos toda a movimentação do que, na época, se convencionou chamar de “novo sindicalismo”. Antes, no entanto, uma explicação: A estrutura sindical brasileira foi construída no governo Vargas e tinha, como assinalam todos os estudiosos do período, um forte componente corporativista, além de submeter os sindicatos ao governo, que precisava autorizar seu funcionamento, e vinculá-los às receitas obtidas com contribuições compulsórias. Como frisa Margaret E. Keck “o isolamento econômico e social da classe trabalhadora por meio da legislação trabalhista fazia parte de um modelo geral cujos valores subjacentes tiveram um notável poder de permanência”⁹⁶.

Esse controle aumentou no período do regime militar. Dados levantados por Margaret Keck mostram que no período de 1964 a 1970 o Ministério do Trabalho interveio mais de 500 vezes nas organizações sindicais “cassando seus dirigentes e nomeando interventores”⁹⁷. E mais ainda: “Considerando que os salários eram a causa principal da inflação e reconhecendo que as campanhas salariais dos sindicatos eram períodos importantes de mobilização e politização, o regime militar instituiu uma nova política salarial destinada a controlar esses dois elementos”⁹⁸.

As mudanças no movimento sindical e o surgimento do “novo sindicalismo” começaram, segundo Margaret Keck, a partir dos anos 70, embora tenha havido greves nos anos 60, mas que terminaram em fracasso. O berço desse novo sindicalismo foi o ABC paulista, região mais industrializada do país. Seu objetivo principal era a negociação direta com os patrões, o que a legislação trabalhista não permitia, e a luta pela reposição de perdas salariais, decorrentes da manipulação dos índices de inflação pelo governo.

⁹⁶ KECK, Margaret E. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 383

⁹⁷ KECK, Margaret E. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 388

⁹⁸ KECK, Margaret E. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 388

Três características, de acordo com Keck, marcaram esse novo sindicalismo: ênfase na organização de base, reivindicação de mudanças na legislação trabalhista, dando autonomia aos sindicatos, com reconhecimento do direito de greve e uma maior disposição para a militância, incluindo a greve, mesmo contando com a repressão do regime⁹⁹. O que as novas lideranças defendiam, embora não fossem homogêneas, iam de encontro às aspirações do regime militar e, tal como no caso de outros movimentos da sociedade civil, acabaram contribuindo para abrir mais uma brecha no muro da ditadura.

O que fica patente da análise de situação, principalmente em relação ao período em que o general Geisel esteve à frente do regime militar, é que, se de um lado havia o desejo de controle do governo, que usava todo o arsenal de medias arbitrárias e casuísticas, diminuindo o espaço do político, entendendo esta ação como forma de se manter no poder, como assinala Golbery do Couto e Silva na conferência feita na Escola Superior de Guerra, de outro havia toda uma movimentação da sociedade civil, que buscava conquistar espaços que levassem a uma mudança do regime. É para integrar-se à onda da mudança que nasce o jornal Posição.

A questão da censura

Um contexto do Brasil, quando se fala do regime de 64, não estará completo se a censura à imprensa não for abordada. Pode-se, aqui, recorrer ao autor de um clássico que fala na manipulação das opiniões, de forma a tornar aceitável um regime que tudo controla, através de sua onipresença. George Orwell nos dá em 1984, ficção futurista para a época que foi escrita, uma visão de a quanto pode chegar um governo para controlar os seus cidadãos. O romance, que nos remete a um clima e a um regime opressivos, é pessimista e talvez decorra desse pessimismo a posição Orwell. O romance, neste caso, pode servir

⁹⁹ KECK, Margaret E. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**,. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 393

como uma analogia para a ação do governo brasileiro no período da ditadura nos dando, exatamente, o clima vivido pelo país, sobretudo a partir de 1968, quando o poder não queria ouvir verdades – ou pelo menos não desejava que elas fossem ditas à população.

É com o objetivo de controlar a opinião pública, fazendo com que a população tivesse conhecimento só daquilo que interessava ao poder, que age a censura. Ela, no entanto, não atingiu só a imprensa, sendo bem mais ampla e abrangendo artes, espetáculos, livros, cinema, teatro, música, etc. Legal e institucionalizada, no que se refere à questão moral, a censura política, seja na mídia, seja fora dela, foi ilegal desde o início, agiu de forma coordenada e contou, no caso específico dos jornais, com a colaboração dos patrões e de jornalistas.

A censura foi fundamental, também, para o aparecimento da chamada imprensa alternativa, como muito bem lembra Thomas Skidmore¹⁰⁰. E é por isso, como forma de entender o contexto da construção da hegemonia e, depois, do trabalho contra-hegemônico feito, inclusive pelo jornal Posição, no Espírito Santo, que torna-se necessário dar um panorama da censura, mostrando como é que ela agia e os mecanismos que usou para conseguir a adesão de empresas jornalísticas e, até, de jornalistas que se alinharam ao regime, ajudando-o a disseminar sua ideologia.

A questão da censura está bem coberta pela literatura histórica e há, sobre ela, uma gama de abordagem. O que os vários autores deixam presente é a combinação da censura com outras ações governamentais, todas no sentido de passar à população uma realidade, senão risonha, pelo menos cor de rosa, longe dos problemas efetivos que o país vivia. É inegável, como admite Daniel Aarão Reis¹⁰¹, que houve crescimento econômico e, dele, muitos se beneficiaram. Também é inegável que o regime contava com apoiadores nos mais variados segmentos da sociedade. Mas existe, ainda, outra questão inegável, a da atuação da censura

¹⁰⁰ SKIDMORE, Thomas. **De Castello a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição

¹⁰¹ AARÃO Reis, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

como um política do Estado, como destaca Carlos Fico, mostrando que “a censura política à imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo”¹⁰². Junto com os outros dispositivos do governo militar – repressão política, repressão policial e controle social – a censura era “indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1964”¹⁰³.

As afirmações de Fico vão ao encontro do estudo feito por Ane-Marie Smith¹⁰⁴, que constatou, dentre outras, duas coisas: a primeira, que havia uma política de Estado em relação à censura e, a segunda, que houve, no caso da censura à imprensa, a colaboração dos patrões, que a aceitaram. No caso da política de Estado, Smith demonstrou que havia uma articulação do governo para impor o silêncio e que, com este mister, criaram-se mecanismos que funcionaram, e bem, por serem impessoais e a mídia não saber, exatamente, de onde vinha a censura, a não ser que era patrocinada pelo governo militar.

O que Anne-Marie Smith considera é que

“O regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito do seu empenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime (...) e a imprensa poderia ser um forte aliado para a disseminação dessa informação (embora, ao mesmo tempo, uma ameaça se ela se pusesse a questionar ou criticar os custos sociais dessas realizações”¹⁰⁵.

Em busca de legitimação, o governo, para obtê-la, passou a controlar a imprensa, silenciando-a e às críticas ao regime, uma questão muito bem estudada por Beatriz Kushnir¹⁰⁶. Um primeiro ponto que Kushnir observa é a institucionalização da censura a partir do governo Médici, que tomou por base um dos instrumentos excepcionais que tinha à mão, o AI 5. Ela vê a base da censura política aos jornais e à mídia no decreto lei 1077, de

¹⁰² FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 90

¹⁰³ FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

¹⁰⁴ SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997.

¹⁰⁵ SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p. 46

¹⁰⁶ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004.

1970, que teria autorizado o governo a exercer este tipo de atividade. O entendimento de Kushnir, no entanto, é contestado por Smith e Fico. Os dois dizem que o decreto regulava a censura aos espetáculos e diversões, não à imprensa, daí tratarem a censura como ilegal. O trabalho de Smith é anterior ao de Kushnir e o de Fico, posterior.

O que fica patente, no entanto, tome-se o ponto de vista de Kushnir, de Smith ou de Fico é que a censura foi, sim, uma política do Estado. Veja-se o que nos diz Kushnir:

“Ao apontar um árbitro, o ministro da Justiça no 1077-70 parece iluminar uma instância superior reguladora de qualquer desmando, um locus apaziguador que impedisse o descalabro. Talvez essa não seja a melhor leitura. Creio que, no fundo, o que o decreto esclarece é que quem dita as regras da censura é o ministro da Justiça. Portanto censura é uma questão de Estado, com atuação política na execução das medidas”¹⁰⁷.

Ao comentar toda a articulação estabelecida pela censura, com o comando central do ministro da Justiça, o que é reforçado com a leitura feita nos arquivos do presidente Geisel, relatada por Maria Celina D´Araújo¹⁰⁸, Beatriz Kushnir acaba com o argumento de não ter havido uma orquestração da censura, que atuava junto à imprensa, mas também, junto às artes e espetáculos. “Isso permite a reflexão de que a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar”¹⁰⁹, afirma.

É devido a esta articulação que Kushnir considera que “as transformações por que passou a censura no pós-1968 compunham uma estratégia maior que visava (...) calar notícias e informações e centralizar as atividades censórias no intuito de forjar uma imagem do governo e de ganhar adesões”¹¹⁰. Volta-se, portanto, a questão da busca de legitimidade, que levou o governo a buscar uma posição hegemônica, “vendendo” à sociedade os seus

¹⁰⁷ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 117

¹⁰⁸ D´ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in CASTRO, Celso e D´ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

¹⁰⁹ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 122

¹¹⁰ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 124

princípios e apresentando-os como se fosse dela, sociedade, uma questão bem discutida por Maria José Rezende¹¹¹.

A questão do centro da censura pode ser visto, também, no estudo de Maria Aparecida de Aquino sobre os jornais O Estado de São Paulo e Movimento, que receberam censura prévia durante um bom tempo. No caso do Estadão, um censor ficava dentro do jornal, mas reportava-se a Brasília. No caso do Movimento, a censura era feita na Polícia Federal, na capital federal. É dela a afirmação:

“Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio!”¹¹².

O levantamento de Aquino prova, com números, que a censura tinha um sentido e se preocupava mais com alguns assuntos que outros, embora tenha sido mais rigorosa com Movimento, um integrante da chamada imprensa alternativa, do que com O Estado de São Paulo, jornal tradicional e que havia apoiado o movimento civil-militar que acabou depondo o presidente João Goulart, mas que tinha se transformado em um crítico do governo. O jornal foi, também, um dos poucos a não se impor a censura prévia.

O que a literatura histórica mostra, tomando-se os trabalhos de Fico, Kushnir, Smith e Aquino, é que havia uma articulação da censura e um centro para ela, configurando-se, com isso, a existência de uma política do Estado no seu exercício. Podia até haver gradações, como no caso dos jornais tradicionais e nos alternativos, mas a censura à imprensa, que era política, não foi realizada ao acaso, mas teve o propósito claro de silenciar críticas e, com isso, insere-se na busca de legitimação do regime. Este, no entanto, não é o único lado do

¹¹¹ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, 2001.

¹¹² AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. São Paulo, Edusc, 1999, p. 15

exercício da censura. Existe um outro e, nele, os empresários donos de jornais representam o papel principal.

Quando Daniel Aarão Reis fala em apoio de segmentos da sociedade civil ao regime militar, ele não está se referindo, diretamente, aos empresários da comunicação. Mas, neste caso, a afirmativa se encaixa com perfeição. Basta, para comprová-lo, uma olhada no arquivo deixado pelo penúltimo dos presidentes militares que o Brasil teve, o general Ernesto Geisel. Ao estudar o arquivo do Ministério da Justiça, Maria Celina D´Araújo¹¹³ mostra as articulações feitas pelo ministro Armando Falcão junto aos empresários da mídia para conseguir direcionar o noticiário no sentido que o governo desejava. Explicitamente, está citado o empresário Roberto Marinho, dono da Rede Globo, que é dado como um colaborador do regime.

A questão, no entanto, já havia sido abordada antes por Anne-Marie Smith, que chegou ao Brasil para estudar a questão da censura com a vantagem de não ter tido um envolvimento direto com ela, o que lhe deu uma visão diferenciada do problema. É dela, por sinal, a afirmação categórica de que “a grande imprensa quase nunca foi censurada formalmente; em vez disso havia um acordo de cavalheiros – ou assim alegavam as “autoridades constituídas”¹¹⁴. É nesse sentido, de acordo de cavalheiros, que ela vê a questão da autocensura¹¹⁵, personalizada pelos “bilhetinhos”¹¹⁶ que eram entregues às redações com a recomendação dos assuntos que não deveriam ser publicados.

Demonstrando mais claramente a posição dos jornais, Beatriz Kushnir relata a situação da Folha de São Paulo e o depoimento que lhe deu o editor de então, jornalista Boris

¹¹³ D´ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in CASTRO, Celso e D´ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

¹¹⁴ SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p. 45

¹¹⁵ Na verdade, não se tratava da autocensura como a iniciativa dos jornais de não publicar uma determinada notícia, mas da aceitação da censura do governo, que ditava o que podia ser publicado. Este procedimento acabou ficando conhecido no meio jornalístico como autocensura e é este o sentido usado por Anne Maria Smith.

¹¹⁶ Os “bilhetinhos” eram como ficaram conhecidas as proibições emitidas pela Polícia Federal e entregue ao responsável pela redação dos jornais e das outras mídias. Ele, invariavelmente, começava com um “De ordem superior, fica proibido...” e no jornal A Gazeta, de Vitória, acabou por ocupar um grande quadro na redação.

Casoy. A direção da empresa optou por fazer o jogo do governo militar, recebendo as instruções do DPF acerca do que publicar¹¹⁷. Outro depoimento confirmatório do alinhamento dos padrões vem do jornalista Alberto Dines, então dirigindo o *Jornal do Brasil*. De acordo com Kushnir, Dines afirmou, a propósito dos 10 anos do AI 5 em 1978:

(...) a direção me convocou para receber instruções. O *Jornal do Brasil* não pretendia opor-se a eles, causar qualquer problema. Então pediu licença à direção – longe dos censores evidentemente – para me conceder o direito de que pelo menos nesta primeira edição do *Jornal do Brasil* sob censura fosse registrada nossa resistência”¹¹⁸.

No caso dos padrões, uma olhada nos arquivos do general Geisel é bem esclarecedor. Ao relatar a questão da censura decorrente da atuação do ministro Armando Falcão, Maria Celina D’Araújo afirma:

“A censura ficaria toda centralizada no Ministério da Justiça, que faria reuniões secretas com os ministros militares e o SNI. Essas decisões foram aprovadas por Geisel. Ruy Mesquita, de acordo com o relato do ministro, não aceitava a censura, autocensura ou censor. Falcão acabou trocando o censor de O Estado de São Paulo por um “melhor e mais bem pago”, como compensação pelas barganhas de Mesquita. Enquanto isso, Roberto Marinho se prontificava a articular reunião com empresários para elogiar a política econômica do governo”¹¹⁹.

Evidenciava-se, assim, não só o apoio dos empresários de comunicação ao regime militar, mas a própria ação do governo no sentido de buscar este apoio, inclusive por meio de pressões, o que foi feito, por exemplo, com o *Jornal do Brasil*, pelo próprio Armando Falcão, que reclamou das críticas, que considerava injustas, feitas pelo jornal ao regime, em

¹¹⁷ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 194

¹¹⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 194

¹¹⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição, p. 27

encontro com um dos proprietários do jornal, Nascimento Brito. O próprio Brito, antes, já havia se reunido com o ministro do Exército com a mesma finalidade¹²⁰.

Além da censura, o governo tinha outros meios de se impor às empresas de comunicação e, talvez aí é que esteja o verdadeiro sentido da colaboração. Um desses meios era o financeiro. Ao analisar a questão no seu trabalho, Smith observa que considerando as baixas tiragens dos jornais brasileiros, as receitas vinham mais da publicidade que da venda dos exemplares. O padrão internacional era de 50% das receitas vindas da venda dos exemplares e os outros 50% de publicidade. No caso brasileiro, a publicidade era responsável por dois terços da receita das empresas jornalísticas e, em alguns casos, chegava próximo a 80% de todo o faturamento¹²¹. Assim a estrutura de receita dos jornais os deixava dependentes dos grandes anunciantes e à pressão do governo, conforme observa Smith. “O que mais interessa no caso do Brasil foi o extraordinário peso da publicidade oficial na geração da receita dos jornais, a qual foi estimada em 15 a 30% da receita de muitos jornais importantes”¹²², afirma Smith. Dessa forma, o governo podia exercer pressão sobre as empresas, ameaçando-as com a retirada de publicidade. Podia, inclusive, agir no sentido de retirar a publicidade privada, já que as empresas privadas também dependiam do governo.

Ainda sobre a pressão contra empresas, é esclarecedor ver o que afirma Smith ao abordar a questão, relacionando-a com as empresas jornalísticas ou de mídia. Segundo ela, “tendo em vista a extensa atuação do Estado brasileiro nas empresas de todo tipo, inclusive jornalísticas, havia amplas oportunidades para a interferência do Estado nas finanças da

¹²⁰ D’Araújo, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição, p. 28

¹²¹ SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p. 45, p. 57

¹²² SMITH. Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p. 58

imprensa: suspender a publicidade, negar empréstimos pelos bancos oficiais, recusar licença de importação de equipamentos ou papel de imprensa ou confisco de tiragens”¹²³.

Havia, ainda, um outro fator a considerar e que envolve, novamente, o governo militar, que é a expansão das comunicações no Brasil, com a ampliação das estações de rádio e televisão, ambas concessões do poder público. Como muitos dos grupos de mídia tinham interesse em concessões de rádio e televisão, o governo podia agir no sentido de obter a adesão dos empresários para a sua política e, dentre elas, estava a autocensura. Uma visão de como isso acontecia é dado pelos arquivos relativos ao Ministério da Comunicação no governo do general Geisel. O ministro Euclides Quandt de Oliveira, de acordo com estudo feito por Alzira Alves de Abreu, tinha como política “prestigiar os governadores dos estados”¹²⁴, o que significava, no final, a concessão de canais aos grupos que estivessem alinhados ao regime, o que não era diferente para as empresas de mídia que queriam expandir sua atuação para a área de rádio e televisão.

Censura, de um lado, controle, do outro e o aceno com a possibilidade de ampliação do negócio, o que para muitos aconteceu, fazia com que os empresários de comunicação se alinhassem ao governo militar e, com isso, ajudassem a reproduzir a ideologia dominante. Com o apoio – espontâneo ou forçado – da mídia o governo, ao mesmo tempo em que mascarava a realidade do país, se apresentava como o “salvador da pátria” e fazendo o que, mais adiante, iria beneficiar toda sociedade. O bloco de poder agia, neste sentido, para se tornar dominante e implantar sua ideologia, consolidando uma hegemonia sobre a sociedade brasileira.

A situação no Espírito Santo

¹²³ SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p. 78

¹²⁴ ABREU, Alzira Alves de. **As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel**, in CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição, p. 154

O Espírito Santo não é rico em publicações que discutam sua história política, principalmente a mais recente, a partir da década de 70 do século XX. Até o início dos anos 60, a política estadual foi dominada pelo Partido Social Democrático (PSD) – com pequenas exceções – e, nele, com a hegemonia da família Lindenberg, que dominou a política local por quase 50 anos¹²⁵. Outra característica era ser o Espírito Santo um Estado cuja economia girava, praticamente toda ela, em torno da produção agrícola, sobretudo no café¹²⁶.

A dependência do café persistiu até os anos 60, já no regime militar, quando uma política do governo federal determinou a erradicação dos cafezais. Haroldo Rocha¹²⁷ considera que, com a erradicação das lavouras, houve um esvaziamento do campo e o Estado acabou entrando em uma grande crise. E esta foi a situação que o primeiro governador indicado pelos militares encontrou no Espírito Santo.

O governador indicado, Christiano Dias Lopes Filho, “preocupou-se, então, em planejar alternativas para o Estado”¹²⁸, criando uma infra-estrutura, que era muito incipiente, e mecanismos de incentivo e de crédito que permitissem a instalação de novas indústrias, já que o Espírito Santo tinha muito pouco delas. O governador contou, conforme ele mesmo admite, com o apoio e o suporte do governo militar para levar adiante o programa de industrialização capixaba.

Um membro da equipe de Christiano, o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, foi que o sucedeu no governo. A escolha, feita pelo general Emílio Garrastazu Médici, recaiu sobre um técnico, não um político como Christiano. Gerhardt Santos tinha uma visão diferente da de Dias Lopes Filho. Achava que o Estado deveria se concentrar em grandes

¹²⁵ GURGEL, Antônio de Pádua. **Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder**. Vitória, Contexto, 2000.

¹²⁶ PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo**. Vitória, Edufes, 1998

¹²⁷ ROCHA, Haroldo Correa. **Formação Econômica do Espírito Santo**, in GUALBERTO, João e DAVE, Eduardo (Orgs). **Inovações organizacionais e relações de trabalho – ensaios sobre o Espírito Santo**. Vitória, Edufes, 1998.

¹²⁸ SILVA, Álvaro José e RESENDE, Lino Geraldo. **A ferro e a fogo, a trajetória de um setor**. Vitória, Sindifer, 2004, p. 33

projetos, que funcionariam como pólos de atração para outros investimentos. No seu governo foram preparados “vários estudos mostrando a viabilidade de o Estado receber grandes investimentos”¹²⁹.

Um dos investimentos que o governador buscava era o de uma nova siderúrgica, anunciada pelo governo federal. A política dos grandes projetos, no entanto, já havia sido iniciada pela Cia. Vale do Rio Doce, com a instalação, nos anos 60, do Porto de Tubarão e com o início de implantação das usinas de pelotização, os dois programas desenvolvidos por iniciativa do engenheiro Eliezer Batista, que presidia a empresa. Foi nessa contingência de transição de um Estado agrícola ao industrializado que chegamos aos anos 70 e ao governo do general Ernesto Geisel.

Dentro do espírito de abrir espaço para a política e o político, conforme dito pelo general Golbery do Couto e Silva, o governo do Espírito Santo foi dado a um jovem político, o deputado federal Elcio Alvares, que desenvolveu “um relacionamento especial com o general Golbery”¹³⁰, e admite ter sido muito ajudado pelo poder central, inclusive com a garantia de implantação no Estado da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Além disso, Elcio reconhece a ajuda e a importância do governo militar para outros investimentos feitos no Estado. A boa relação com Elcio é reconhecida pelo próprio general Geisel no depoimento dado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas¹³¹.

Os grandes projetos acabaram por mudar a face da economia estadual, mas trouxeram com eles um outro lado, o das mazelas sociais – “inchação das cidades, favelização, falta de infra-estrutura sanitária, etc.”¹³² – muito pouco visíveis em função do alinhamento da mídia tradicional com o governo. O ponto destoante era, exatamente, o jornal Posição, que havia

¹²⁹ SILVA, Álvaro José e RESENDE, Lino Geraldo. **A ferro e a fogo, a trajetória de um setor**. Vitória, Sindifer, 2004, p. 37

¹³⁰ SILVA, Álvaro José e RESENDE, Lino Geraldo. **A ferro e a fogo, a trajetória de um setor**. Vitória, Sindifer, 2004, p. 39.

¹³¹ D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição

¹³² SILVA, Álvaro José e RESENDE, Lino Geraldo. **A ferro e a fogo, a trajetória de um setor**. Vitória, Sindifer, 2004. p. 39

nascido já no contexto dos chamados grandes projetos. Enquanto a mídia tradicional silenciava para os problemas existentes, Posição chamava a atenção para eles, exercendo, sobre seus leitores, um papel de esclarecimento.

Sobre Posição, Domingos de Freitas Filho, afirma que, apesar de sua curta duração, ele “ocupou um significativo espaço (...) exponenciando-se quando denunciou escândalos e corrupção”¹³³. Reconhecendo a passagem quase que meteórica do jornal, que durou pouco mais de três anos e 65 números, Freitas Filho afirma:

“Depois do AI-5 (1968) a esquerda no Espírito Santo passou por um largo jejum até voltar a ocupar espaços na imprensa local. O jornal Posição passou a ocupar quinzenalmente esse espaço. Seu lema “um jornal que depende do leitor”, era mais do que um slogan, pois sua situação financeira foi sempre muito precária e não raras vezes amigos dos editores davam contribuições pessoais para que o número seguinte fosse editado”¹³⁴.

O que se deduz das afirmações de Freitas Filho é que, exercendo um papel de crítica, Posição desempenhou um papel contra-hegemônico, já que, refletindo uma realidade diferente da divulgada pelo poder, ajudava na reflexão e na conscientização política, contribuindo, assim, para incrementar o desejo de mudança do regime.

O nascimento de Posição

O jornal Posição, na classificação feita por Bernardo Kucinski, integra a sexta vaga de criação de jornais alternativos no Brasil. “Uma geração nova de jornais, lançados por jornalistas de prestígio regional, nasceu da crise do padrão complacente da grande

¹³³ FREITAS FILHO, Domingos. **Comunicação e participação: Os meios de comunicação de massa como sujeitos políticos**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988, p. 40

¹³⁴ FREITAS FILHO, Domingos. **Comunicação e participação: Os meios de comunicação de massa como sujeitos políticos**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988, p. 41

imprensa”¹³⁵, afirma Kucinski, que fez um dos mais extensivos estudos sobre este tipo de publicação e produziu um livro que é referência nesta área.

A apreciação de Kucinski é correta no que se refere ao Posição, cuja criação foi liderada por um dos mais prestigiados jornalistas capixabas, Rogério Medeiros, embora baseado na idéia de um outro jornalista, Jô Amado, ambos ligados à esquerda e ambos à procura de um veículo que permitisse a expressão da crítica política e econômica no Espírito Santo¹³⁶.

Como relata Amado, que foi Editor Chefe do jornal de 48 de suas 65 edições, uma das razões da criação foi a luta pela anistia e a busca da democratização do país. A breve história do jornal pode ser dividida em pelo menos cinco momentos, que coincidem com as mudanças internas promovidas na sua direção. O primeiro abrange os nove primeiros números, cujo comando esteve com Rogério Medeiros e Jô Amado. O segundo, começa no décimo, quando Luiz Rogério Fabrino assume a direção, cargo que ocupou até próximo do fechamento de Posição.

No terceiro momento há uma dança de cadeiras na Redação. A ela voltam Rogério Medeiros, que assume como Diretor Responsável, ficando Luiz Rogério Fabrino como Diretor de Redação e Jô Amado como Editor Chefe. Uma edição depois, na de número 49, nova mudança. Saem Rogério e Jô e Luiz Rogério volta ao cargo de Diretor Responsável com Luzimar Nogueira Dias assumindo como Editor. O número 49 marca, também, o afastamento de Jô Amado, o idealizador do jornal, de Posição e, como consequência dela, a saída de Rogério Medeiros, em definitivo. No número 51 uma nova troca, saindo Luzimar e entrando Benedito Tadeu César como Editor.

O quarto momento começa no número 52 quando Joaquim Nery assume como Diretor Responsável. Enquanto Nery exercia a função, mudou o Editor Chefe, saindo Tadeu César e voltando à função Luzimar Nogueira Dias junto com Robson Silveira. O quinto e último

¹³⁵ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Edusp, 2003, p. 35

¹³⁶ Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

momento trouxe a mais significativa mudança para o jornal já que, nela, ele se transformou em semanal. Esta fase começa no número 59 com Robson Moreira, um dos primeiros e mais assíduos jornalistas da redação de Posição, assumindo como Diretor Responsável. No número 61, Umberto Martins assume como Editor Chefe junto com Robson Silveira, fica até o 63 e deixa a responsabilidade com Robson. Os dois Robsons – Moreira e Silveira – comandaram o jornal até o seu fechamento, que ocorreu no número 65. Encerrava-se, então, a história do Posição, um jornal que, ao nascer, já se disse alternativo, traçando rumos claros de atuação, como destaca o seu primeiro editorial:

“Será Posição um jornal diferente? Sim. Porque é um jornal de jornalistas. E também porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder. Escrevendo crônicas, poesias ou reportagens, desenhando ilustrações, criticando o nosso trabalho ou estimulando nossa posição”.

A ação do jornal e como durante sua história ele atuou, concretizando ou não a proposta inicial e refletindo a realidade do Espírito Santo em um pedaço de espelho, ajudando na construção de uma nova hegemonia, serão objetos, mais à frente, de um capítulo específico. Cabe ressaltar, em relação às mudanças acima, que elas não se deram em razão de conflito ou disputa interna na redação ou busca de hegemonia de um grupo sobre o outro. Elas, conforme frisam os que estiveram à frente de Posição, se deram em razão, na maioria das vezes, da atuação profissional dos próprios envolvidos. Um exemplo é a saída de Rogério Medeiros, que deixou Vitória, indo trabalhar em O Estado de São Paulo, em São Paulo.

Jornal e história

Se olharmos em perspectiva e recorrermos aos historiadores menos contemporâneos, vamos concluir que a mídia, no geral, e a imprensa, em particular, não mereciam deles muita atenção. Estamos no curso da história de longa duração e em um momento em que

o fazer histórico se debruçava sobre o passado distante, visto como condição essencial para a objetividade da análise. E outro lado, a desconfiança na imprensa, de um modo geral, se prendia à certeza de ela agir como aparelho ideológico do Estado, reproduzindo, por isso mesmo, a ideologia dominante.

O que se estabeleceu entre história e jornalismo, portanto, como muito bem assinala Jean Laccouture¹³⁷, foi uma relação conflituosa, embora destaque que há convergências entre as duas disciplinas. E é o próprio Laccouture que, considerando a ação do jornalista, afirma:

“O jornalista assim sacudido pelo capricho do acontecimento continua sendo um candidato à operação histórica, na medida em que, testemunha, ator, mediador, motor ou observador, ele introduz em sua pesquisa uma vontade racional de situar, de ordenar essas seqüências e relacioná-las a um sentido pelo menos problemático”¹³⁸.

Laccouture destaca o papel ativo do jornalista e, portanto, do jornal, a partir do momento em que a história voltou a considerar o acontecimento, com que historiadores e jornalistas trabalham. O que diferencia este trabalho, para Jean Laccouture, é o nível de escuta. O jornalista faz uma escuta mais localizada, o historiador, mais abrangente. O primeiro, capta o momento. O segundo, a duração. Os dois, no entanto, trabalham sobre uma construção a partir de um objeto, seja ele o jornalismo – e a notícia – ou a história e o objeto de estudo que será focado.

Ainda olhando-se a questão do lado da história, podemos tomar a posição de Alzira Alves de Abreu, que trabalha com jornais como fontes de algumas de suas pesquisas e para quem “os historiadores limitaram-se a reconhecer a importância dos jornais para a pesquisa daqueles temas – como movimentos operários, sindicatos, partidos políticos, correntes do

¹³⁷ LACCOUTURE, Jean. **A história imediata**, in LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo, Martins Fontes, 2001

¹³⁸ LACCOUTURE, Jean. **A história imediata**, in LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 231

pensamento, etc. – que nem sempre apresentam fontes documentais escritas”¹³⁹. Neste caso, observa, os jornais constituir-se-iam em único recurso disponível.

Tal como Laccouture, Alzira Alves destaca a questão da reprodução, pela mídia, da ideologia dominante e ressalta, no caso do Brasil, a submissão da imprensa – e dos meios de comunicação – à censura, durante os períodos autoritários. Mesmo assim, entende que “o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político da própria construção do acontecimento histórico”¹⁴⁰.

A crítica à superficialidade histórica, que se centrava mais nas pessoas, sobretudo em se tratando de história política, é uma dívida que temos para com a Escola dos Annales. René Remond¹⁴¹, por exemplo, nos lembra que a história política, por ser considerada superficial e centrada no acontecimento, acabou no ostracismo, a partir da insurgência contra ela provocada pela Escola dos Annales, o que nos remete, novamente, à questão dos jornais e do jornalismo, também vistos como superficiais, que apenas arranhavam o real.

Alinhava-se contra este tipo de história todos os argumentos contrários. Ela era elitista, aristocrática, além de basear-se em pessoas, não em fatos. Era, também, reprodutora dos interesses de grupos que dominavam o poder, subjetiva, idealista e, finalmente, no dizer de Barrès “uma pequena coisa na superfície do real”. A história política era, então, vista como a soma de todos os defeitos que uma história poderia ter. Uniam-se, então, as vozes contrárias à história política, como um todo, e à crítica ao acontecimento como fato histórico. Em função dessa crítica, a história política – e o acontecimento – passou por um período de grande ostracismo que, no entanto, foi sendo, aos poucos, superado e chegando novamente a um novo viço.

Mesmo com o reflorescimento do político e do acontecimento, Marieta de Moraes Ferreira considera que “embora os jornais constituam uma forme primária fundamental

¹³⁹ ABREU, Alzira Alves et alli. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, p. 8

¹⁴⁰ ABREU, Alzira Alves et alli. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, p. 9

¹⁴¹ REMOND, René. **Uma história presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, 2ª edição

para as pesquisas dos historiadores e cientistas sociais, seu uso tem-se limitado a trabalhos que os enfocam apenas como um meio para abordar um determinado tema”¹⁴².

Autora de dois alentados trabalhos envolvendo o jornal O Estado de S. Paulo, Maria Helena Capelato, em outra publicação em que discute a relação entre imprensa e história do Brasil, afirma que a grande imprensa “é e sempre foi porta-voz das elites”¹⁴³, assinalando que há outros tipos de imprensa que expressam projetos e reivindicações de trabalhadores e de grupos minoritários. Por isso, a historiadora considera os jornais como fontes valiosas para a reconstrução da história dos movimentos sociais.

Ao considerar esta importância, situando a imprensa na história do Brasil, Capelato comenta:

“Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes (...) Compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplos personagens”¹⁴⁴.

O que a historiadora recomenda é que o pesquisador, de início, se faça algumas perguntas, enquadrando, nelas, a ação do periódico que está servindo como fonte de sua pesquisa. As perguntas são: Quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? A partir desse conhecimento, no entender de Capelato, “é possível delinear um perfil

¹⁴² FERREIRA, Marieta de Moraes. **A reforma do Jornal do Brasil**, in ABREU, Alzira Alves de et alli. **A imprensa em transição**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, 1ª edição, p. 141

¹⁴³ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 10

¹⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 13

provisório do periódico eleito como objeto-fonte de estudo. O primeiro levantamento fornece pistas para definir os caminhos a serem investigados”¹⁴⁵.

No caso do jornal *Posição*, que é objeto do nosso estudo, as perguntas podem ser respondidas e, assim, dar um delineamento ao que esta pesquisa se propõe. No caso da primeira questão, os proprietários do jornal eram os próprios jornalistas que o editavam, tendo à frente Jô Amado e Rogério Medeiros, e se dirigia a um público que não tinha nos jornais da chamada grande mídia a informação que procurava – sobre os movimentos sociais, críticas ao regime político, críticas à economia, etc. No caso da terceira questão, há, de início, apenas uma resposta parcial, uma vez que é, exatamente, o cerne da hipótese aqui posta, de construção de uma nova hegemonia. Este era o objetivo. Os meios eram o próprio impresso, seu discurso e abordagem que fazia de um contexto que era visto sob outra ótica pela mídia dominante – e controlada.

Citando José Honório Rodrigues, que considera o jornal uma fonte suspeita, Maria Helena Capelato afirma que este conceito merece uma revisão e explica a evolução da própria história, hoje vista como uma construção: “O passado é, sem dúvida, o objeto do historiador, mas hoje se admite que esse objeto é construído e reconstruído tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente. Nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições”¹⁴⁶.

E é ainda a historiadora quem, em 1988, quando seu livro foi publicado, assinala:

“Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiram duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno do fato. As duas posturas são

¹⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 14

¹⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 20

contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”¹⁴⁷.

A visão que os estudiosos e teóricos da comunicação e do jornalismo têm converge com a da historiadora. Hoje, as notícias são vistas como uma construção, questionando-se sua objetividade e sua imparcialidade, esta última vista mais como um ritual estratégico adotado pelos jornalistas como forma de se precaver contra os efeitos que uma determinada notícia pode provocar¹⁴⁸. Jornalismo e história, neste caso, convergem, já que os dois apresentam uma construção do real, não o próprio real, o que tem suporte no pressuposto que a cultura é uma construção e jornal e história estão nela integrados, portanto, são também uma construção.

Aliás, a questão da objetividade, na história e no jornalismo, é muito bem abordada por Maria Helena Capelato:

“O historiador de hoje dessacralizou os fatos e sequer admite que eles sejam a base da objetividade, pois reconhece que eles são fabricados e não dados. (...) O historiador mantém o compromisso de buscar a verdade, mas há muitas verdades. Por essa razão constata que é impossível ser completamente objetivo; a objetividade continua sendo um critério fundamental da análise histórica, mas o seu culto mítico já é questionado. Algo semelhante ocorreu no campo da imprensa onde também se reverenciou a objetividade. A maioria dos jornalistas admite hoje que o fato jornalístico é construído sendo, pois, a objetividade relativa”¹⁴⁹.

A superação dos problemas decorrentes da subjetividade – que ocorre em ambos os lados – se dá, no entender de Capelato, com o desenvolvimento de um trabalho com “método rigoroso, tratamento adequado da fonte e reflexão teórica”, para que não se repita, para o leitor, o que o jornal já divulgou, muito atrasado e sem o mesmo charme.

¹⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 21

¹⁴⁸ Para uma ampla discussão sobre este assunto ver Néilson Traquina (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega Editora, 1999, 2ª edição, e **O poder do jornalismo. Análise de textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra, Minerva, 2000 e **O que é jornalismo**. Lisboa, Quimera, 2002.

¹⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988, p. 22

Este é o desafio que esta pesquisa impõe: mostrar a atuação de um jornal de oposição, contextualizando e mostrando como é que ele, no período de sua circulação, agiu de forma contra-hegemônica e, retornando ao início deste capítulo, perseguiu uma utopia, a democracia.

Posição e a contra-hegemonia

“O uso da força é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político”.

Norberto Bobbio

O estudioso que virar-se e olhar o passado mais recente, sobretudo o período em que o Brasil foi governado por sucessivos generais, pode achar que a afirmação de Norberto Bobbio, em epígrafe, não tem muita razão de ser. Afinal o regime militar sempre foi apresentado como tendo se mantido pelo uso da força. É inegável que ela foi usada – e muito usada – espalhando o medo e, com isso, contribuindo para que a sociedade se acomodasse. Mas esta, como ressaltam autores como Carlos Fico, Caio Navarro de Toledo e Daniel Aarão Reis¹⁵⁰, é apenas parte da explicação para a permanência do regime militar.

O que muitos historiadores têm discutido, lançando um novo olhar sobre o regime militar, é que, se de um lado ele usou a repressão para se manter, buscou, também, a legitimação por outros meios, inclusive recorrendo à propaganda política. Há, ainda, um outro aspecto que vem sendo levado em consideração por uma vertente mais contemporânea, que é discutir – ou levantar – a questão do apoio que a ditadura recebeu de parte da população. Em alguns momentos, como nos lembra Aarão Reis, o regime contou com amplo apoio e uma das explicações para ele está no fato de amplos segmentos sociais terem se beneficiado do crescimento econômico experimentado pelo Brasil, principalmente durante o governo Médici¹⁵¹.

¹⁵⁰ Ver, sobre a questão, as obras Reinventando o otimismo, de Carlos Fico; O golpe e a ditadura militar 40 anos depois, de Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto de Sá Motta, e A ditadura militar no Brasil, de Maria José de Rezende, cujas indicações completas estão na bibliografia deste trabalho.

¹⁵¹ AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória**, in AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Edusc, 2004

Ao se discutir o regime – e a repressão por ele encetada – um outro aspecto a ser considerado é o conjunto de forças que levaram ao golpe. Como ressalta René Armand Dreifuss¹⁵², militares e civis se uniram, muito antes, para construir uma nova hegemonia, no sentido dado ao termo por Antonio Gramsci¹⁵³. Não faltaram, nesta construção, o trabalho e a ação de intelectuais orgânicos que não só difundiram uma idéia, mas ajudaram a formulá-la, dando unidade a um grupo heterogêneo. Deste grupo destaca-se o nome do general Golbery do Couto e Silva, que é recorrente durante o regime militar, seja agindo a favor ou contra grupos no poder. O grupo de poder buscou, em todos os momentos, se legitimar e ampliar sua hegemonia, cobrindo todo o espectro político e social do Brasil, como mostram os trabalhos de Suzely Mathias, Maria José Rezende e Carlos Fico¹⁵⁴.

Os militares, em primeiro lugar, não deram o golpe sozinhos. Eles tinham, como mostra Dreifuss e uma vasta literatura sobre o assunto, apoio civil, nas elites e fora dela. Um dos apoios era da Igreja Católica que, mais tarde, acabou ficando contra o regime, ou pelo menos parte dela ficou. O próprio contexto do golpe passa por uma atualização histórica, com publicações sobre o governo Goulart e reflexões sobre o momento em que um conjunto de forças civis-militares romperam a normalidade constitucional e instalaram um novo regime do país.

Em uma gênese do golpe, recorrendo à literatura mais recente e ao que foi publicado há mais tempo, podemos ver que, se de um lado havia apoio de expressivos segmentos da sociedade ao governo Goulart e às reformas por ele defendidas, também havia um amplo movimento contrário a estas mesmas reformas, vindas de segmentos mais conservadores da sociedade. Na raiz do golpe, nos mostra Daniel Aarão Reis, estava, de um lado, uma

¹⁵² DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981

¹⁵³ A questão da hegemonia, um dos conceitos-chave desta pesquisa, pode ser visto, dentre outras obras, em O conceito de hegemonia em Gramsci, de Luciano Gruppi: A favor de Gramsci, Maria Antonieta Macciocchi, e Gramsci e o Estado, de Christianne Buci-Glucksmann, cujas indicações estão na bibliografia desta pesquisa

¹⁵⁴ A busca de legitimação é discutida, sobretudo, por Suzely Mathias em Distensão no Brasil, O projeto militar, e Maria José Rezende em A ditadura militar no Brasil. O uso da propaganda para se institucionalizar, mantendo e ampliando a hegemonia é discutida por Carlos Fico em Reinventando o otimismo. Ver indicação completa na bibliografia.

junção de militares e civis que viam nas reformas de Jango a comunização do país. De outro, movimentos sociais que desejavam a mudança e que foram radicalizando a linguagem, passando a defender a imposição dessas mudanças “na marra”¹⁵⁵ e acabaram criando, nos mesmos moldes que ocorreria mais tarde, durante o regime militar, a utopia do impasse.

Assim, sob uma ótica, o golpe civil-militar foi um movimento para “salvar” a democracia, ameaçada por Goulart e pelos que os apoiavam. Sob outro olhar – e é este o que tem prevalecido na historiografia brasileira – o golpe foi isso mesmo, um golpe que acabou com a democracia e instalou no país uma ditadura que durou 20 anos. Hoje, o que se pode dizer, de acordo com Carlos Fico é que “a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção, etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”¹⁵⁶.

O regime brasileiro, como ressalta muito bem o general Golbery do Couto e Silva, trabalhava com vertentes claras, com base na Doutrina de Segurança Nacional, que o próprio Golbery ajudou a desenvolver, e dividia sua ação, a partir do conceito de poder nacional, em áreas distintas, que iam da militar à psicossocial. O objetivo era o de tornar o regime hegemônico e, com isso, construir uma base que lhe desse longa duração. A ação do governo – e do regime – insere-se dentro do que Gramsci afirma: “(...) não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente”¹⁵⁷.

Nesse sentido, o regime realizou todo um trabalho de construção, buscando transformar-se não apenas em dominante, mas hegemônico, o que fez tomando como base

¹⁵⁵ Para um panorama geral sobre a ditadura ver Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Edusc, 2004, e Carlos Fico. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

¹⁵⁶ FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**, in Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, n 47, jan-jun 2004 p. 36

¹⁵⁷ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 5

os princípios consagrados na Doutrina de Segurança Nacional. É com base na constatação de que havia uma hegemonia, decorrente de uma construção continuada, e que, como muito bem assinala Gramsci, esta hegemonia nunca é total, abrindo-se, sempre, para a existência de grupos que a ela não se submetem, que se pode falar, principalmente no período de 1976-1979 quando o jornal *Posição* circulava, de um exercício contra-hegemônico, do qual participou e ao qual, no caso específico do Espírito Santo, deu divulgação e repercussão, graças ao envolvimento de intelectuais orgânicos que investiram na busca de uma transformação política do país, perseguindo uma utopia, a democracia, e seu contraponto à “utopia autoritária” do regime.

Podemos falar, em relação ao pretendido pelo regime, no que Bronislaw Baczko chama de imaginário social. Baczko diz:

“Todo poder busca monopolizar certos emblemas e controlar, quando não dirigir, os costumes dos outros. Deste modo, o exercício do poder, em especial do poder político, passa pelo imaginário coletivo. Exercer um poder simbólico não significa agregar o ilusório a um poderio “real”, senão multiplicar e reforçar uma dominação efetiva pela apropriação de símbolos, pela conjugação das relações e do poderio”¹⁵⁸.

Baczko vai ao encontro do que afirma Norberto Bobbio sobre a força não ser a única condição de exercício do poder. Mas como frisa o próprio Bobbio, em última análise o Estado se impõe mesmo é pela força, mesmo que ela seja legítima, assim reconhecida pelos integrantes da sociedade, e simbólica, ajudando a constituir o imaginário social de que nos fala Baczko e que, em última análise, é o entranhamento da ideologia nas várias camadas sociais, cimentando uma crença que se torna senso comum e dá a estes estratos uma visão de mundo que os une neste imaginário, como muito bem lembra Gramsci.

Hegemonia, propaganda e distensão

¹⁵⁸ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales – memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2 edição, p. 16-17

A ditadura, como mostra a ampla bibliografia sobre o assunto, uniu ao longo dos 20 anos em que esteve no poder, a repressão, no seu sentido mais lato, à pura propaganda política, com um discurso de manutenção da democracia, de regime transitório com forte conteúdo ético, que promoveria uma rápida limpeza no Brasil, devolvendo o poder aos civis. Como entender estas duas vertentes da ação do regime? Não há uma resposta simples e fácil para a pergunta. Há, no entanto, explicações, começando pela ideologia que perpassava o movimento militar que assumiu – no início junto com os civis – o poder. Esta era a ideologia de segurança nacional, gestada na Escola Superior de Guerra (ESG) ao longo de anos e decorria de uma das mais ricas vertentes do pensamento brasileiro, que é o pensamento autoritário desenvolvido sobretudo por Oliveira Viana e Alberto Torres¹⁵⁹.

Correndo o risco de uma simplificação, este pensamento pode ser condensado na afirmação de Wanderley Guilherme dos Santos¹⁶⁰ da seguinte maneira: Redefine-se a função do poder público – que existe para criar a ordem burguesa, e por isso precisa ser forte, e não apenas mantê-la, quando então poderia ser fraco. Esta postura foi reforçada a partir de 1964, o que se faz “pela coação aleatória e generalizada e pelos impedimentos ao desenvolvimento do conflito político”¹⁶¹. Este argumento é reforçado por Boris Fausto que vê como principais fundamentos do autoritarismo brasileiro “o unitarismo no plano político, o desenvolvimento econômico promovido pela instalação de indústrias estatais de base, o reaparelhamento do Exército, a ampliação em larga escala do sistema educativo, etc.”¹⁶².

A Doutrina de Segurança Nacional, que orientou os militares não só na tomada do poder, mas, sobretudo, na busca de fórmulas para sua manutenção, forneceu a ideologia

¹⁵⁹ Sobre este assunto consultar Eliezer Rizzo de Oliveira, **As forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1976.

¹⁶⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

¹⁶¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Paradigma e história**, in SANTOS, Wanderley Guilherme. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002, p. 64

¹⁶² FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 65

em que o regime se baseou para a busca da hegemonia, seja através do combate à “subversão”, que ia ao encontro da índole pacífica do brasileiro, seja na propaganda política, utilizada para convencer que tudo no país ia bem e que vivíamos em uma democracia, seja na pressão econômica contra empresas e empresários da mídia ou, mesmo, na censura – e suas múltiplas faces – que tinham o objetivo de calar as críticas e divulgar o que o regime achava que era bom para o povo.

Na ação repressiva, além da cassação e suspensão dos direitos políticos de líderes expressivos – uma forma de controlar a oposição – o novo regime se esmerou em mudar a legislação, estabelecendo controle sobre a política, de modo a ficar com uma maioria confortável no Congresso, uma forma de dizer que o regime era democrático. Ao lado da aparência da democracia, a repressão policial continuava. E aumentou com a eclosão da luta armada. Uma multiplicidade de órgãos de repressão, combinando civis e militares, passou a atuar em todo o país e bastava haver uma suspeita para que alguém fosse preso. Se tal acontecesse, ninguém sabia o que poderia acontecer.

Celso Castro ao estudar os arquivos do SNI durante o governo Geisel encontrou alusões às prisões e torturas praticadas por sequazes do regime. De um relatório do órgão, extraiu o seguinte trecho: “Não há como deixar de reconhecer os excessos (...) que têm sido praticados pelos órgãos de segurança. (...) Seria faltar com a verdade deixar de reconhecer que prisões têm sido feitas sob a forma aparente de seqüestros”¹⁶³.

Em relação ao esquema repressivo, Carlos Fico nos chama a atenção para o fato de o SNI ter participação significativa no surgimento da polícia política da ditadura e de o regime ter construído todo o seu aparato repressivo antes do surgimento da guerrilha, que serviu, no caso, para justificar a ampliação da repressão¹⁶⁴. A repressão – tortura, prisões ilegais, morte, perseguição política, etc. – admitida com eufemismos por quem estava no

¹⁶³ CASTRO, Celso. **As apreciações do SNI**, in CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3 edição, p. 54-55

¹⁶⁴ FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 81-83

poder ou o apoiava e de forma clara pelos que se opuseram ao regime militar, levou a uma perda de legitimidade, com vários segmentos da sociedade civil – Igreja, estudantes, sindicatos, OAB, etc. – a fazerem frente ao regime, criticando-o. Como observou o general Golbery do Couto e Silva em uma conferência feita na Escola Superior de Guerra¹⁶⁵ os militares foram ficando isolados. Era preciso, então, que tomassem a iniciativa de promover a descompressão do regime, buscando, novamente, o apoio de amplos segmentos sociais e, com isso, caminhando no sentido de sua institucionalização.

Foi neste contexto que surgiu o que Suzely Kalil Mathias chama de “processo de distensão”, que classifica como uma iniciativa militar. A propósito da abertura é bom ver o que diz Thomas Skidmore: “Geisel e sua equipe não tinham a intenção de permitir que a oposição chegasse ao poder. Eles imaginavam uma democracia em que o partido do governo (ou partidos) continuasse a mandar sem contestação”¹⁶⁶. Geisel, Golbery e grande parte da equipe que compunha o núcleo do novo governo eram remanescentes do esquema IPES-IBAD, formuladores da “ideologia” que deu origem ao regime militar. Neste sentido, pode-se dizer, com base em Dreifuss¹⁶⁷, que os intelectuais orgânicos responsáveis pela formulação de uma nova política que se pretendia hegemônica voltavam ao poder com a árdua missão de mudar, mas mantendo o núcleo do regime, em uma tentativa de manter a hegemonia.

Na consolidação desta hegemonia, o regime precisava de se apresentar como legítimo, como decorrente da vontade da própria população. A procura de legitimação foi feita em dois sentidos. Em um deles, no discurso. Os líderes do regime sempre se apresentavam como democratas e ao movimento que lideravam como tendo raízes democráticas. É este o aspecto abordado, por exemplo, pelo estudo de Maria José Rezende¹⁶⁸. Ela recorre aos

¹⁶⁵ COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

¹⁶⁶ SKIDMORE, Thomas. **De Castello a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8 edição, p. 321

¹⁶⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981

¹⁶⁸ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, 2001.

discursos feitos pelos diversos generais presidentes para mostrar que havia uma linha de coerência neles, mesmo sendo tão diferentes e responsáveis por políticas que, às vezes, se opunham.

Há, em relação ao regime, um aspecto interessante para o qual Suzely Mathias chama a atenção:

“Para os militares o regime não era militar porque era um cidadão que, no uso pleno de suas responsabilidades e direitos, ocupava o mais alto posto de governo; daí seus ocupantes trajarem-se sempre à paisana, contrastando com outros países que conheceram regimes semelhantes, onde o uniforme militar era parte da pessoa do chefe de Estado. O revezamento cumpria também este objetivo: não se queria caracterizar o regime como ditatorial”¹⁶⁹.

O que Maria José Rezende constata é que, desde o primeiro momento, o regime quis se legitimar. A pesquisadora frisa que o regime “tentou criar um consenso de que os interesses e os valores defendidos por ele e seu grupo de poder expressavam a totalidade dos grupos sociais”¹⁷⁰, configurando-se, mais uma vez, o trabalho de construção hegemônica, no sentido que lhe dá Antonio Gramsci, quando um determinado bloco histórico ascende ao poder e quer, a partir dele, construir sua hegemonia mediante a transformação de sua ideologia em senso comum.

A busca de legitimidade com base nas regras do próprio regime é reconhecida pelo general Golbery do Couto e Silva. Em conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), já concluído o mandato de Geisel, destacou que um dos objetivos essenciais da abertura política era o de ganhar “suficiente grau de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante”¹⁷¹. Ao mesmo tempo, o regime buscava fugir da dualidade onde era visto como o mal, e a oposição, como o bem. A ação de Geisel

¹⁶⁹ MATHIAS, Suzely Kalil. **Distensão no Brasil. O projeto militar (1973-1979)**. São Paulo, Papirus, s-d

¹⁷⁰ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, p. 157

¹⁷¹ COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1981, p. 22-27

e Golbery, conforme admitiu na conferência, era o de conferir tons às cores predominantes no cenário nacional, ampliando o leque, mas mantendo o controle do governo firme.

Assim, a abertura era mostrada como uma forma de proteger a sociedade “no sentido de traçar os limites da liberdade e da abertura que a sociedade supostamente desejava”¹⁷², observa Maria José Rezende para aduzir, em seguida, que a ditadura batalhava para construir um consenso. Novamente, aqui, temos um dos tópicos de construção da hegemonia, que é a busca de consenso entre as classes dominantes e, a partir delas, da criação e difusão de uma ideologia que se torne em senso comum para as classes coadjuvantes e subalternas. Gramsci lembra, ao falar sobre Maquiavel e o moderno príncipe, que ao governante cabe “identificar as linhas de menor resistência ou racionais para alcançar a obediência dos dirigidos e governados”¹⁷³.

Ao buscar aceitação, mediante a tentativa de construção de um consenso e, a partir dele, de manutenção e/ou ampliação de sua hegemonia, o regime se apoiava, também, em outro requisito, o de representar a racionalidade que se opunha à irracionalidade dos que lhe eram contrários ou desejavam um novo caminho para o país. O regime retomava, com isso, uma questão dicotômica que perpassou o discurso de líderes durante toda a história do país e que, na verdade, é uma das invariantes do discurso político. Por ela, um lado representa o bem, a ordem, e a oposição, o mal, a desordem. O discurso não muda mesmo se tratando dos militares, com o general Geisel destacando a racionalidade das ações do governo, o que era demonstrado pela eficiência de suas estratégias econômicas, políticas, militares e psicossociais.

A estratégia psicossocial – que abrange, marcadamente, a ação da mídia e da propaganda política - por sinal, era um dos campos que mais preocupava os militares. Esta preocupação está no cerne da Ideologia de Segurança Nacional, da qual o general Golbery do Couto e

¹⁷² REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, 200, p. 180

¹⁷³ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 19

Silva foi um dos formuladores. Assim, na busca de legitimidade e de aceitação o regime agia em três vertentes distintas. A primeira delas, e mais visível, foi a repressão política e policial. Não deixou, também, de atuar nos controles dos movimentos sociais, procurando evitar manifestações contra o regime e o governo. É o que ocorria, por exemplo, com os controles exercidos sobre o movimento estudantil e os sindicatos. No primeiro caso, como observa Helena Bomeny¹⁷⁴, o Ministério da Educação e Cultura acompanhava o que ocorria e agia no sentido de amortecer o movimento estudantil, o que, na opinião do ministro da Educação de Geisel, Ney Braga, o regime havia conseguido, já que a grande maioria dos estudantes não se engajava na luta política.

No segundo, o governo se valia da legislação corporativista que o Estado Novo havia legado ao país e mantinha os sindicatos e os sindicalistas sob rédea curta, ampliada com o controle das relações entre capital e trabalho, conforme nos lembra Boris Fausto¹⁷⁵. Uma das políticas era, em caso de manifestação contrária ao regime, intervir no sindicato e colocar na sua direção alguém mais afinado com o governo e mais dócil ao poder. As duas ações eram, às vezes, casadas com a repressão, com prisões de lideranças, uma forma de desestimular, pelo medo, a participação e a contestação ao regime.

Repressão e controle, no entanto, não eram as únicas vertentes usadas pelo poder para buscar legitimidade e conseguir a hegemonia. Um dos instrumentos mais usados foi a propaganda política e a televisão foi o canal principal utilizado pelo regime para conquistar o imaginário do brasileiro, criando, então, no dizer de Baczko, “representações, símbolos, emblemas, etc., que o legitimam, o engrandecem e que é necessário para assegurar sua proteção”¹⁷⁶. Foi neste sentido que a comunicação do governo trabalhou, principalmente no período mais duro da ditadura, sob o comando da Assessoria Especial de Relações

¹⁷⁴ BOMENY, Helena. **Educação e cultura no Arquivo Geisel**, in CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

¹⁷⁵ FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 69

¹⁷⁶ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2ª edição, p. 8

Públicas (AERP), com mensagens subliminares que buscavam, exatamente, criar este imaginário, como mostra muito bem a pesquisa de Carlos Fico¹⁷⁷.

O trabalho feito pela ditadura pode se inserir dentro do que Bronislaw Baczko chama de imaginário social. O que ele diz é que “só com o poder estatal instalado, em especial com o poder centralizado, e com a relativa autonomia que se concede ao terreno político, as técnicas de manejo dos imaginários sociais também ganham autonomia e se diferenciam”¹⁷⁸. Os militares, sobretudo os que comandavam a AERP, sabiam disso e agiram no sentido de ajudar na criação deste imaginário.

O que ocorre, no dizer do estudioso, é que, nas situações conflitivas, principalmente envolvendo governo e quem se lhe opõe, houve o desenvolvimento de novas técnicas competitivas no âmbito do imaginário, que são usadas para desvalorizar o adversário e valorizar quem está no poder, inclusive com a exaltação das instituições por meio de representações magnificadas delas. O que ocorreu, então, no dizer de Baczko, foi que passamos do simples manejo para a manipulação do imaginário social e esta manipulação assumiu, a cada passo, maior sofisticação e especialização.

Retomando a questão do ponto de vista da teoria marxista, Baczko assinala que “uma vez que a burguesia alcança o poder, sua ideologia dissimula as relações de dominação e de exploração capitalista presente no estado burguês como a expressão do interesse geral, a propriedade privada dos meios de produção como fundamentos da justiça, da moral, etc.”¹⁷⁹.

A centralização de que fala Baczko e o dirigismo, sobretudo em relação à idéia já exposta de que, na vertente do pensamento autoritário encarnado pelos que deram o golpe em 1964, uma de suas atribuições era desenvolver o capitalismo e, portanto, uma burguesia

¹⁷⁷ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

¹⁷⁸ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2 edição, p. 18

¹⁷⁹ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2 edição, p. 20

nacional, foram os pontos de partida para a montagem da propaganda política do regime. De um lado, como observa Maria José Rezende, havia um discurso dos ocupantes do poder que procuravam mostrar o regime como defensor das idéias e ideais do brasileiro médio, e do outro havia, conforme assinala Carlos Fico, a ação específica da propaganda política, buscando – ou tentando retomar – um clima de otimismo, de forma a envolver os brasileiros na ideologia do regime.

O trabalho feito pelo regime insere-se, então, dentro do que Terry Eagleton discute quando estuda a ideologia e sua evolução:

“Um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo idéias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo”¹⁸⁰.

Ao lado de buscar a criação de um imaginário social onde a ditadura era a representação dos anseios da população, estava contribuindo para o desenvolvimento do país e era democrática, o regime entendia que o povo era ignorante e precisava ser preparado para o futuro. “A estratégia psicossocial formulada pela Escola Superior de Guerra e incorporada pelos governos militares como um dos seus fundamentos”, afirma Maria José Rezende, “partia da perspectiva de que o povo não sabia e não entendia quais eram, sequer, os traços fundamentais de sua cultura”¹⁸¹. Foi nesta perspectiva que o regime trabalhou para preparar as novas gerações, que deveriam aceitar os valores que os militares achavam os mais adequados para o Brasil.

O que o regime fez, então, seguindo a estratégia constante da Doutrina de Segurança Nacional foi, de acordo com Carlos Fico, uma ação programada para se institucionalizar.

Ele afirma:

¹⁸⁰ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 19

¹⁸¹ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, 2000, p. 191

“O recurso à noção de crise moral como explicação para os problemas brasileiros é uma forma tanto de isolá-los de seu contexto político, social e econômico, quanto de justificar a necessidade de uma “ampla reforma moral”, como se propunha a “missão civilizadora” dos militares. No âmbito da “política de comunicação social” da agência de propaganda da ditadura constava explicitamente como diretriz o respeito à ordem moral e espiritual, enquanto campanhas eram elaboradas visando ao “fortalecimento do caráter nacional”¹⁸².

E quais eram estes valores? Segundo Carlos Fico, amor à pátria, coesão familiar, dedicação ao trabalho, dignificação do homem, além de destacar o aspecto pacato e não reativo do brasileiro, propenso à conciliação. E tudo isso era completado pelo papel acríptico da mídia, controlada pela censura, direta e indireta. O que o regime buscava com a sua propaganda era ocultação e não visibilidade¹⁸³.

O imaginário “vendido” pela propaganda do regime militar, na formulação de Fico, é a do otimismo. Aliás, observa que a ditadura apenas retomou um traço que de há muito era dado como uma das características do brasileiro. Nesse sentido, a propaganda reforçou o que, julgavam os comunicólogos do regime, já era característico do nosso povo. O problema com a propaganda do regime – e com ele próprio – era, conforme admite o próprio Fico, que o simbólico, o imaginário vendidos eram falsos, pelo menos no que se relaciona ao aspecto político.

Quem se opunha ao regime, na ótica do poder, era “sempre impatriótico, já que a grandiosidade brasileira não só é garantia de um futuro promissor para quem a ignore (e que, portanto, cabe ser esclarecido)”¹⁸⁴. Aqui, entrava o racionalismo de que nos fala Maria José Rezende. Quem estava contra o regime era irracional, já que o governo agia com base

¹⁸² FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p. 45

¹⁸³ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, . p. 59

¹⁸⁴ FICO, Carlos Fico. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997., p. 81

científica, planejando, estabelecendo metas, organizando ações e, com isso, procurando passar à população a idéia de modernização do país.

O que a máquina de propaganda do governo militar fazia era ressaltar – aliás, como toda propaganda e publicidade – o que julgava ser o lado positivo do regime. Criou-se, então, uma retórica em que afirmavam exatamente o contrário do que se tinha. Os valores positivos, moralizantes, verdadeiros, por serem eticamente superiores, tinham de esconder a tortura, prisões, perseguições políticas, etc. “A estratégia retórica, portanto, consistia em negar propósitos que, no fundo, eram perseguidos; mas que, admitidos, configurariam uma situação difícil de enunciar: a ditadura estava fazendo propaganda política”¹⁸⁵, afirma Carlos Fico. O encobrimento da verdadeira face do regime tinha como objetivo fazer com que sua aceitabilidade aumentasse e, com isso, conseguisse a legitimação que buscou, desde o início, seja por medidas formais – leis, decretos, etc., - ou por ações discursivas, dentre estas destacando-se a propaganda política¹⁸⁶ e a busca de criação de um novo imaginário social e, portanto, da manutenção de uma hegemonia.

A propaganda do regime – combinada com outras ações – foi efetiva e, por um tempo, pelo menos, boa parcela da população o apoiou. Um dos indicadores para este apoio é o número de votos conseguidos pelo partido político do regime, a Arena. Mesmo diante dos argumentos de manipulação eleitoral, da falta de liberdade para o livre debate de idéias, o volume de votos da Arena era expressivo. Em 1974, época do auge do chamado “milagre econômico” brasileiro, quando o MDB conseguiu um crescimento nas áreas mais populosas, mesmo assim a Arena manteve um maior número de votos¹⁸⁷.

¹⁸⁵ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, p, 95

¹⁸⁶A propósito da propaganda política um dos estudos mais esclarecedores é o de Jean Maria Domenach, que estudou, logo após a II Guerra Mundial, a propaganda nazista e a feita pelos bolcheviques na Rússia e a partir delas estabeleceu uma série de “leis” que regulariam a atividade. O livro de Domenach, editado no Brasil em 1955, está há muito esgotado, mas pode ser encontrado na Internet no site: http://www2.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/apropagandapolitica.pdf. A referência completa ao livro está na bibliografia deste trabalho.

¹⁸⁷ Uma visão concisa, mas bem esclarecedora, dessa questão pode ser vista no trabalho de Lúcia Grinberg publicado no livro O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-1984), organizado por Daniel Aarão

Há, ainda, em relação à busca de legitimação do governo, dois outros aspectos que precisam ser abordados para que haja entendimento das ações dos militares. Os dois, por sinal, estão diretamente relacionados ao objeto deste trabalho e ao estudo que nos propusemos fazer. Um deles, é a questão da censura. O outro, é a questão da abertura política, iniciada no governo do general Ernesto Geisel. Os dois não estão no foco desta pesquisa, mas compõem o seu pano de fundo e, por isso, é preciso que deles se dê, pelo menos de forma rápida, uma visão. Na busca de entender o todo, como recomenda Gramsci, é preciso mostrar as partes e relacioná-las.

Sobre a chamada “abertura política” é preciso entender, de início, que ela não foi uma concessão do regime e que tinha o objetivo claro de institucionalizá-lo e, com isso, conseguir o reconhecimento completo do que era e do que fez pelo país. Há, em relação à questão, uma vasta literatura mostrando os vários movimentos da sociedade civil que atuavam no sentido de obter, senão a mudança, pelo menos uma liberalização do regime, que se tornaria mais permissivo e deixaria para trás um dos aspectos que o marcou, a repressão.

A constatação da existência e de todo um trabalho feito por estes movimentos não invalida, no entanto, a iniciativa do próprio regime de se abrir, mesmo que de forma “lenta, gradual e segura”, conforme queriam os militares – ou pelo menos parte deles. Esta iniciativa pode ser depreendida das ações do general Golbery do Couto e Silva e estão explícitas em seu livro *Conjuntura Política Nacional e Geopolítica do Brasil*. Nele estão reunidos alguns trabalhos do general e, dentre eles, destaca-se a conferência que fez na Escola Superior de Guerra, onde explicitou a sua teoria das sístoles e diástoles que acompanharam o desenvolvimento histórico do Brasil.

Ao investir na abertura o governo buscava, nas palavras do próprio Golbery “ganhar a despeito de inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficiente grau de credibilidade

Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. A referência completa encontra-se na bibliografia deste trabalho.

quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante”¹⁸⁸. Reconhecendo que havia, no país, uma situação bipolar, com grupos dentro do próprio poder – e fora dele – se chocando, Golbery admite que uma das intenções da abertura era terminar com essa bipolaridade, aumentando o espectro de ação do regime e, com isso, lhe permitindo maior flexibilidade de ação.

Vejamos, nesse sentido, o próprio general Golbery:

“A estratégia recomendaria – como requeria, aliás, também, a própria intenção democratizante – pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior. A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo, nem por isso menos essencial também ao progresso da própria causa democratizante e liberalizadora, tão insistentemente patrocinada pelos setores mais articulados das elites nacionais”¹⁸⁹.

Que toda a movimentação tinha por objetivo manter o sistema, é o próprio general quem o afirma, quase ao concluir sua conferência, depois de considerar que o regime teve ocasiões muito melhores para abrir-se e se institucionalizar. Ao mesmo tempo, admite que as mudanças decorreram de pressões “hoje fortes e quase insuportáveis”, que poderiam “acumular-se aceleradamente pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão”¹⁹⁰.

A citação de Golbery às elites e ao papel por elas desempenhado é reforçado no estudo feito por Suzely Mathias, para quem “não fazia parte dos objetivos das elites identificadas com o regime autoritário transformá-lo, mas sim alcançar uma institucionalização capaz de

¹⁸⁸ COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 27

¹⁸⁹ COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 28

¹⁹⁰ COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 31

tornar este regime – e é preciso sublinhar regime porque o governo ou seus ocupantes, incluindo as Forças Armadas, poderiam se retirar – infinito no tempo”¹⁹¹. E prossegue: “O principal objetivo da distensão era descomprometer os militares com a repressão, e sua meta final – aceita pela maioria da elite dirigente – era o estabelecimento de uma “democracia tutelar” ou “dictablanda”¹⁹².

A questão de determinar se o regime conseguiu ou não o seu intento, não cabe aqui, pois seria necessário, para afirmar seu sucesso ou negá-lo, um outro e minucioso estudo. O que fica, no entanto, é a constatação da constante busca de legitimidade do regime, que recorreu à indução, para sua consolidação, da formação de um imaginário social que o aceitasse, a todos os dispositivos ao seu dispor. Um deles, e muito eficiente, foi a censura, um assunto já abordado no capítulo anterior, mas que merece uma visão panorâmica do seu desenvolvimento no Brasil, onde pode ser vista como uma questão de permanência.

Uma questão recorrente

Se olharmos a evolução da imprensa, desde a invenção do tipo móvel por Gutenberg, veremos que, diante da possibilidade de expansão do mercado de livro e, com ele, da informação, desde o início houve uma preocupação com o controle da informação. A primeira ação nesse sentido foi da Igreja Católica que, no concílio de Latrão, em 1512, instituiu a censura religiosa. Criava-se, assim, o “imprimatur”, obrigatório para todas as obras publicadas a partir de então. E é na esteira da censura religiosa que nasce, em Portugal, em 1537 a censura política por um ato de Dom João III. Tal como no caso do Concílio de Latrão, a censura portuguesa tinha, também, cunho religioso e estava subordinada à Igreja Católica¹⁹³.

¹⁹¹ MATHIAS, Suzely Kalil. **Distensão no Brasil. O projeto militar (1973-1979)**. São Paulo, Papirus, s-d, p. 39

¹⁹² MATHIAS, Suzely Kalil. **Distensão no Brasil. O projeto militar (1973-1979)**. São Paulo, Papirus, s-d

¹⁹³ Um bom panorama da evolução da censura, a partir de Portugal é dada por Antônio F. Costela em **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970.

A existência da censura foi a norma, não a exceção, em Portugal. Houve épocas em que era mais rígida, como sob a gestão do Marquês de Pombal. Com sua queda, houve um arrefecimento que, logo depois, foi corrigido com a instituição da tríplice censura: pontifícia, feita pelo Santo Ofício (Inquisição); episcopal, sob a responsabilidade dos bispos portugueses, e real, exercida por organismo criado pela Coroa. É sob a égide da tripla censura que chegam ao Brasil os primeiros prelos de impressão. O primeiro deles foi instalado em 1706 em Recife pelos holandeses, mas não chegou a funcionar. A segunda tentativa é de 1746, no Rio de Janeiro. No caso brasileiro, conforme observa Costella¹⁹⁴, a censura nasceu antes de qualquer impresso, sendo recorrente daí em diante.

O exercício da censura, de acordo com José Marque de Mello¹⁹⁵, estudioso da questão da comunicação no Brasil, não era exclusivo de Portugal, já que ela era a tônica em toda a Europa, cujos países cumpriam diretriz da Igreja Católica. A propósito, é ainda Marques de Mello quem nos mostra que a imprensa chegou tardiamente ao Brasil, se comparado com a Europa ou América Espanhola. Na África, por exemplo, o primeiro prelo chegou em 1490 e, na América Espanhola, em 1533, no México¹⁹⁶.

Até a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, o mercado brasileiro de livros era pequeno e foi sobre ele que a censura atuou, conforme relato de Luiz Carlos Villalta¹⁹⁷, reforçado por Ana Luiza Martins¹⁹⁸. Ao lado da censura, observam os autores, havia toda uma engenhosidade dos leitores para se livrarem da censura e, com isso, conseguirem obter os livros que eram proibidos pelo índice português. Tal como ocorreria muito mais tarde, leitores sempre buscavam meios de burlar o silêncio que o governo queria lhes impor.

¹⁹⁴ COSTELLA, Antonio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970

¹⁹⁵ MELLO, José Marques. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1973, p. 50

¹⁹⁶ MELLO, José Marques. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1973, pp. 58-59

¹⁹⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. **Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002

¹⁹⁸ MARTINS, Ana Luiza. **Sob o signo da censura**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002, p. 156

Se a imprensa demorou a chegar ao Brasil, o que dizer dos jornais? Tal como em relação aos prelos e à impressão, os jornais chegaram tardiamente ao Brasil. O primeiro jornal brasileiro não foi editado no país, mas em Londres. Tratava-se do Correio Braziliense, que defendia a independência e, por isso mesmo, era proibido pela Coroa portuguesa. Logo depois, nascia a Gazeta do Rio de Janeiro, mandada fundar por Dom João VI, que poucos meses antes havia chegado ao Brasil fugindo de Portugal. Com ele trouxe a Imprensa Régia, isto é, impressoras que foram instaladas no Rio de Janeiro para servir à Corte Imperial¹⁹⁹.

Cabe ressaltar, de acordo com Ana Luiza Martins que

“(…) cabe insistir na constância do controle da ação e das mentes na história do país, que nasceu e viveu sob o signo da censura, dadas as características de sua formação colonial. (...) É importante dizer que essa ingerência não foi só da censura política, desde sempre muito forte, mas decorreu também da censura moral, de usos e costumes e de uma outra, mais forte ainda, posto que subliminar, imposta pelo curso da economia capitalista: a censura proveniente do mercado, o crivo determinado pelos interesses sobre idéias e produtos que, independente de seus conteúdos perniciosos e tendenciosos, são postos em circulação e divulgação porque rendem, geram lucros pecuniários e garantem o consumo”²⁰⁰.

O que se vê, conforme relato de Ana Luiza Martins, não é muito diferente do que irá ocorrer anos mais tarde, com a ascensão dos militares ao poder. De qualquer modo, foi sob o clima de censura cerrada e de controle de opinião que os jornais chegaram ao Brasil, que havia deixado de ser colônia para juntar-se a Portugal como império. Em relação ao atraso do país na implantação da imprensa deve-se considerar que “a falta de vontade política e o controle da censura não seriam os únicos responsáveis pela instalação tardia da imprensa,

¹⁹⁹ Para um panorama do desenvolvimento da imprensa no Brasil ver Nelson Werneck Sodré. **História da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro, Graal, 2ª Ed., 1977, 2ª edição

²⁰⁰ MARTINS, Ana Luiza. **Sob o signo da censura**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002, p. 156

mas também o caráter mercantil capitalista da atividade, inviável no país de analfabetos e escravocrata, sem consumidores”²⁰¹, explica Ana Luiza Martins.

A permanência da censura se dá, também, após a independência do Brasil. Nos dois reinados, ela foi uma constante. Agora, no entanto, voltada para o controle dos jornais, que começavam a se expandir no país. A situação se repete, mais tarde, com a República. Pouco mais de um mês após a proclamação da República, o governo baixou um decreto instituindo a censura. Essa recorrência leva Ana Luiza Martins a afirmar: “Importa insistir na permanência da censura durante a nossa história, sobretudo no âmbito da história do pensamento e das idéias, por vezes dissimulada, mas sempre presente no país que conheceu tarde os prelos, a alfabetização e a cidadania”²⁰².

Foi sob o signo da permanência que entramos no século XX e vimos o nascimento do Estado Novo, uma exarcebação do autoritarismo sempre presente no pensamento político brasileiro, com intenção explícita de controlar corações e mentes dos brasileiros. Ao estudar o período a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro chama a atenção para a força da palavra e, como consequência de os ocupantes do poder saberem desse poder, quererem controlá-lo, daí a censura que, no caso do Estado Novo, “tanto o DIP como o Deops – órgãos de repressão do governo varguista – funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas realidades”²⁰³. O contexto de Tucci Carneiro é outro, mas se aplica, com maestria, à ação da censura durante o regime militar.

Ao comentar a ação do regime de Vargas em relação à censura, Antonio Costella observa que uma das medidas tomadas pelo governo foi a obrigatoriedade de registro dos jornais, revistas, editoras e dos próprios jornalistas, o que possibilitava “controlar o

²⁰¹ MARTINS, Ana Luiza. **Sob o signo da censura**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002, p. 162

²⁰² MARTINS, Ana Luiza. **Sob o signo da censura**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002, p. 179

²⁰³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002, p. 265

surgimento de periódicos²⁰⁴ permitindo que o Estado inviabilizasse quem não estivesse com ele comprometido. Com a derrubada do Estado Novo o Brasil viveu um breve período democrático e, nele, os controles foram amainados, ficando mais do lado da censura moral, institucionalizada e reconhecida por todos. Os jornais – e os meios de comunicação em geral – tiveram liberdade para noticiar e formar opiniões.

Foram os jornais, senão todos pelo menos a maioria, que se alinharam para criticar o governo de João Goulart e oferece apoio ao movimento que pedia sua retirada do poder. Com o golpe de 64, apoiado pela maior parte da mídia, Goulart saiu e os militares entraram. Começava, então, mais um período negro da censura. Foi iniciada toda uma orquestração para impor ao país uma política e uma postura que os militares achavam corretas, cujas idéias eram decorrentes de formulações da Escola Superior de Guerra, em primeiro lugar, com a criação da Doutrina da Segurança Nacional e, mais tarde, do complexo IPES-IBAD que, conforme afirma Dreifuss²⁰⁵, foi o principal centro de pensamento e articulação do golpe que derrubou Goulart.

A questão da censura durante os 20 anos do regime militar, de um modo geral, e de uma maneira específica de como ela atuou durante o período em que o jornal Posição circulou já foi abordada na secção A questão da censura, no Capítulo II, deste trabalho. Sobre ela existe, também, uma ampla literatura, que discute os seus vários aspectos, ressaltando-se, dentre eles, os trabalhos de Ane-Marie Smith, Beatriz Kushnir e Maria Luiza Tucci Carneiro²⁰⁶. O que fica claro é que, no Brasil, a censura não foi uma coisa episódica, marcada por alguns dos regimes que nos governaram. Ao contrário, ela sempre foi recorrente e pode ser vista como uma permanência, acompanhando a história do país de sua descoberta ao final da ditadura. Neste aspecto, a imposição do silêncio à imprensa, durante o regime cívico-militar de 20 anos, foi apenas mais um episódio desta permanência.

²⁰⁴ COSTELLA, Antonio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970, pp. 113-114

²⁰⁵ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

²⁰⁶ As indicações completas dos autores, com as obras referenciadas, estão na bibliografia desta pesquisa.

Contra-hegemonia e Posição

Se havia, como demonstrado acima, uma ação hegemônica do regime, que queria se manter e ampliar sua dominação sobre a sociedade, há, também, todo um trabalho contra-hegemônico, um papel reconhecido por Gramsci que afirma ser a hegemonia uma construção, que nunca é total, havendo sempre espaços para a atuação da contra-hegemonia. É neste momento que os intelectuais orgânicos entram, fazendo a diferença, já que ajudam a disseminar uma nova ideologia e, com ela, a construção de uma nova hegemonia. Gramsci afirma que, em se tratando de política, há sempre uma luta de interesses, com os vários grupos sociais predominantes disputando o poder até que um deles venha a se impor e a se “difundir por toda a área social, determinando – além da unidade dos fins econômicos e políticos – também a unidade intelectual e moral”²⁰⁷. Assim, de acordo com o pensador italiano, nasce a hegemonia. Por isso “a tarefa essencial é a de trabalhar sistemática e pacientemente para formar, desenvolver, tornar cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si mesmo”²⁰⁸ a força – e, portanto, os grupos – que terão atuação contra-hegemônica. Gramsci mostra que se trata de um processo, que não é isolado e que ocorre somente em condições históricas específicas, quando há um desequilíbrio na correlação de forças.

A literatura histórica nos mostra que havia, durante os anos em que o jornal Posição circulou, um consistente trabalho contra-hegemônico exercido por uma variedade de grupos sociais e entidades, que procuravam ampliar o espaço de discussão e mostrar que, ao contrário do que afirmava o regime, não vivíamos em um regime róseo²⁰⁹. Pode-se

²⁰⁷ GRAMSCI, Antonio. **Análise das situações. Correlação de forças** in COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, Editores, 1981, p. 186

²⁰⁸ GRAMSCI, Antonio. **Análise das situações. Correlação de forças** in COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM, Editores, 1981, p. 188

²⁰⁹ Sobre o a ação dos vários movimentos e sua luta contra-hegemônica ver Um clima de esperança, no Capítulo II desta pesquisa. Sobre o mesmo tema, pode se destacar três trabalhos: Ditadura militar, esquerdas e sociedade e O golpe e a ditadura militar 40 anos depois, de Daniel Aarão Reis, e Democratizando o Brasil,

alinhar, neste caso, as Comunidades Eclesiais de Base, criadas e disseminadas pela Igreja Católica, parte do movimento sindical, as associações de bairros e de donas de casa em algumas cidades, políticos de oposição ao governo e a imprensa alternativa. Trata-se, neste caso, do que Gramsci chama de material ideológico, sobre o qual assinala: “A parte mais notável e dinâmica dessa organização é a imprensa em geral (...) A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura, mas não a única: tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dela”²¹⁰.

E Gramsci pergunta:

“O que uma classe inovadora pode contrapor a esse formidável conjunto de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a progressiva aquisição da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar (...) tudo isso demanda um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a esvaziar de seu elemento de massa humana”²¹¹.

Ao responder à sua própria pergunta Gramsci indica, mais uma vez, o caminho do exercício da contra-hegemonia e aduz que o objetivo final do trabalho ideológico exercido pela mídia é o de conquistar a opinião pública “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional”²¹². Olhando-se a questão do lado da hegemonia, é exatamente isso que o regime fez, buscando a adesão da chamada grande mídia, fosse ela feita de forma espontânea ou mediante pressão – política, censura ou econômica. E foi este, também, um dos caminhos tomados pela contra-hegemonia com a utilização da imprensa alternativa, ajudando na divulgação de novas idéias e na busca de um objetivo comum, a democracia.

de Alfred Stepan, que trazem um panorama da luta pela democratização do Brasil, sobretudo na década de 70 do século passado. As indicações completas estão na bibliografia deste trabalho.

²¹⁰ GRAMSCI, Antonio. **Material ideológico**, in COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, p. 198

²¹¹ GRAMSCI, Antonio. **Material ideológico**, in COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, p. 199

²¹² GRAMSCI, Antonio. **A opinião pública**, in COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, p. 199

Em síntese, o que Gramsci aponta é a possibilidade de se fazer um trabalho de construção contra-hegemônica, mesmo com um regime forte e intervencionista, como era o brasileiro. Neste caso, destaca-se a atuação política, que pode ser exercida pelo partido tradicional ou pelo partido ampliado, no qual ele insere a mídia e, portanto, os jornais, mas sobretudo pelo trabalho do intelectual orgânico mediante a formulação, a divulgação e a consolidação de uma nova ideologia. No caso brasileiro e em relação a Posição podemos dizer que este trabalho ocorreu e que a nova ideologia era a busca de democracia, de maior participação e de mudança no sistema político implantado a partir do golpe de 1964.

Estabelecidas as condições do exercício contra-hegemônico é preciso caminhar mais um passo e demonstrar como o jornal Posição integrou-se a este trabalho e de que forma expressou a busca de uma nova ideologia e ajudou a cimentá-la junto à opinião pública. Como o jornal pode expressar-se? Maurice Mouillaud afirma que o “discurso do jornal não está solto no espaço: está envolvido no que chamaria de “dispositivo” que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido”²¹³, chamando a atenção para o tratamento dicotômico dado ao jornal como meio físico e ao seu conteúdo. Mouillaud defende que os dois não podem ser separados, daí falar em dispositivo que une a materialidade – papel, diagramação, etc. – ao conteúdo. Assim, a análise de um jornal deve levar em conta que ele, ao produzir uma informação, a transforma de um estado difuso em unidades homogêneas.

O que o jornal faz, para Mouillaud, é uma representação, já que não há “conversão possível que permita um face a face com a “coisa”. Não há outro local, a não ser sobre a tela, em que se possa formar a representação”²¹⁴. Este é um trabalho que procura organizar o caos, estabelecendo uma coerência, uma unidade na diversidade, construindo-se, como assinala Mouillaud, um todo cujas partes estejam coordenadas. Forma-se, então, o sentido

²¹³ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição, p. 37

²¹⁴ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição, p. 45

do jornal e é este sentido que será transmitido aos leitores. O jornal, em síntese, tomando-se a conceituação de Mouillaud, produz sentido através do seu todo – nome, títulos, conteúdo, diagramação, etc. - e é este sentido que deve ser apreendido nas análises, sobretudo históricas, conduzidas a partir do que publicam, o que pode ser feito criando-se, a partir de títulos, por exemplo, categorias e, a partir delas, mostrando o enquadramento que a publicação dá à informação que veicula.

Ao afirmar que a “seleção de vozes e a hierarquização da forma permitem ao jornal orientar a leitura”²¹⁵, Mouillaud chama a atenção para a possibilidade de, assim agindo, fazer-se esta orientação do ponto de vista hegemônico e avança ao dizer que o jornal militante, como se pode dizer de Posição, “substitui à polifonia uma imbricação das vozes de tal maneira que em todos os níveis, em todos os gêneros e em todos os domínios, a mesma voz permite que seja escutada sua redundância”²¹⁶. Se na diversidade representada por um jornal há a possibilidade de se transmitir um ponto de vista da hegemonia, o que efetivamente aconteceu no Brasil durante os 20 anos de regime civil militar, há, de outro lado, também a possibilidade de um trabalho contra-hegemônico, o que pode ser feito, do ponto de vista de Mouillaud, tanto adotando-se a polifonia ou a redundância.

Para determinar o papel contra-hegemônico do jornal Posição, adotamos os conceitos de Mouillaud. Em primeiro lugar tomamos como dispositivo desta contra-hegemonia a capa do jornal. A escolha se deu por ser as capas que estampam, no caso de publicações periódicas, os principais assuntos, entendidos assim pelo próprio jornal, isto é, pelos intelectuais responsáveis pela produção do seu conteúdo e sua edição. A capa, através dos seus títulos, fotos, ilustrações e da própria colocação do assunto na página, oferece ao leitor uma primeira visão do que o jornal considera mais importante dentre os assuntos que está

²¹⁵ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, UNB, 2002, 2ª edição, p. 185

²¹⁶ MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição, p. 185

publicando, marcando o tratamento que dá à informação e o ponto de vista que adota, se hegemônico ou contra-hegemônico.

Feita a escolha, era preciso relacionar todos os títulos publicados ao longo das 65 edições do jornal Posição. O resultado foi uma longa listagem de assuntos que, à primeira vista, nada tinham em comum por tratar-se, como observa Mouillaud, de uma polifonia – várias vozes, vários significados – o que nos levou a um novo passo, que foi categorizar o que Posição disse, mediante a contraposição aos princípios básicos da Doutrina da Segurança Nacional. Esta doutrina subdividia o poder nacional em quatro poderes: políticos, econômicos, militares e psicossociais. Assim, temos quatro categorias básicas que demonstram o exercício da hegemonia e nos permite, também, demonstrar o trabalho contra-hegemônico mediante a comparação entre os propósitos da Doutrina de Segurança Nacional e de cada um dos poderes em que se dividia²¹⁷.

No caso do poder militar, seus princípios básicos apontavam para o poder nacional como guardião da ordem, dos valores morais, dos valores éticos e buscando a integração geopolítica com a América do Sul, mais próxima, integrando-se ao eixo ocidental, liderado pelos Estados Unidos e, nesta ação geopolítica, interpondo-se à propagação dos regimes comunistas, que deveriam ser afastados do Ocidente mediante a colaboração entre as nações do eixo ocidental. Ao lado do poder militar age, também, o poder econômico, configurado, no caso da Doutrina de Segurança Nacional, pela ação desenvolvimentista, cujo objetivo era elevar o país à condição de potência, mediante o uso da racionalidade, configurada pelo planejamento, e a busca da estabilidade econômica, permitindo ao país alcançar seu propósito. Ainda sob o guarda-chuva do poder econômico está a criação de empregos e a convivência de patrões e empregados de forma harmoniosa, sem conflitos de classe.

²¹⁷ Um panorama da Doutrina de Segurança Nacional e de seus objetivos podem ser vistos, com maiores detalhes, em COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981

O terceiro poder integrador do poder nacional é o político. Dele, a DSN destaca a existência de uma democracia, falando em modelo brasileiro, a manutenção da ordem, mediante a não contestação do regime, a não mobilização das massas – usada como subterfúgio para a derrubada de Goulart – e a não reivindicação. O pressuposto é que o regime estava fazendo o melhor para o país e por isso não deveria sofrer oposição, daí não aceitar críticas e usar, dentre outros métodos, a censura à imprensa para que não expusesse as mazelas sociais e econômicas do regime²¹⁸. O quadro se fecha com o poder psicossocial. Nele, o que o regime buscava era ressaltar a dedicação ao trabalho, o que todo brasileiro precisava ter, a coesão familiar, a adoção de princípios éticos e morais em todas as áreas de comportamento, o conformismo e, por fim, destacando a harmonia social e racial do país, onde não havia disputa entre raças e separação entre estratos sociais²¹⁹.

O poder nacional e suas subdivisões fornecem, neste caso, a categorização para o levantamento das ações hegemônicas do bloco de poder e, por comparação, das ações contra-hegemônicas desenvolvidas no Brasil em face deste mesmo regime. Um exemplo pode ser dado pelo primeiro número do jornal *Posição*. Ao lado da foto de um casebre de estuque caindo aos pedaços, a chamada diz: Espírito Santo – As invasões de terra, a luta pela casa própria, a política habitacional e o desfavelamento. O título e seus subtítulos demonstram, claramente, o posicionamento do jornal, de crítica à política do governo, tanto no que se refere à ocupação de terras, quanto no caso da política habitacional. No caso das invasões, mostra, em contraste com o que pregam os princípios da DSN, que há, sim, conflitos sociais no país e que um deles se prende à posse da terra. No segundo caso,

²¹⁸ A ação política do regime é bem retratada nos trabalhos de AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI Marcelo e SÁ MOTTAS, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Edusc, 2004 e AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001. Para ver esta ação durante o período que o jornal *Posição* circulou ver as obras de CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição e D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição

²¹⁹ A ação psicossocial do regime está bem retratada em REZENDE, Maria José. **A ditadura Militar no Brasil**. Londrina, Editora UEL, 2001. Dela, também fala FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

também fica clara a existência de problemas relacionados à habitação, o que é reforçado pela foto do casebre. Nos dois casos há uma clara desconstrução do que o regime pretendia, apresentando o Brasil – e o Estado – como isento de problemas, de conflitos sociais e de embates entre as classes e segmentos sociais. Como assinala Peter Burke²²⁰, no caso da comparação, mostrando o que não está lá, podemos chamar a atenção para um determinado aspecto, realização ou ação. É exatamente o que fez Posição. Ao mostrar os problemas, ele ia de encontro ao que o regime dizia e, ao mesmo tempo, chamava a atenção para aspectos que o regime não queria ver divulgado.

A categorização, a partir dos princípios do poder nacional, permite a criação de sentido de que fala Mouillaud e, ao mesmo tempo, mostra, mediante a comparação sugerida por Burke, a diferença dos discursos do regime e do jornal. Esta diferença pode ser vista no caso do Poder Militar, aquele que fala, dentre outras questões, em valores éticos e integração geopolítica, esta com o sentido de se alinhar a um eixo ocidental e anticomunista. De um e de outro lado, esta diferença é mostrada pelo Quadro I, abaixo:

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL
PODER NACIONAL
Poder Militar

Discurso do Regime	Discurso de Posição
Guardiões da ordem <ul style="list-style-type: none"> •Sem protestos •Sem manifestações •Sem movimentos de massas Guardiões dos valores morais <ul style="list-style-type: none"> •Valores familiares e cristãos Guardiões dos valores éticos <ul style="list-style-type: none"> •Combate à corrupção •Lisura dos atos políticos Integração geopolítica	Corrupção nas Prefeituras Desrespeito à lei eleitoral Investigações de corrupção em empresas do Estado Injustiça trabalhista contra pescadores Sumiço de processo contra empresários de destaque no ES (Otacílio Coser) Cabide de emprego nos órgãos estaduais CPI da Lama. Investigação na Codesa Carnaval da corrupção (Corrupção no Governo do Estado) Professores federais: profissão “subversivos” Os porões do regime: Coronel Ludwig: “Só é preso corrupto burro” Chile hoje: o nó Peru: a revolução possível Equador: questão de tempo

²²⁰ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo, Unesp, 2002.

<ul style="list-style-type: none"> •Alinhamento contra o comunismo •Integração ao lado ocidental <p>Luta contra o comunismo</p>	<p>Cuba, si – vinte anos sem coca-cola Flávia Schilling: “Ninguém nasce lutador, mas se faz lutador”. O fim chegou: Povo derrota a ditadura (no Irã) Um balanço de guerrilha na Nicarágua Seqüestro do embaixador norte-americano A igreja e o marxismo Capixaba conta como viu a ofensiva sandinista Declaração Universal dos Direitos do Homem</p>
---	---

Fontes: *Geopolítica do Brasil – Jornal Posição (capas)*

O que fica claro, tomando-se os dois discursos e fazendo a comparação deles, é que o jornal Posição procurava mostrar aspectos da realidade que iam de encontro às diretrizes do governo, desenvolvidas a partir da Doutrina de Segurança Nacional. A observação da coluna da direita no Quadro I, em contraposição à coluna da esquerda, mostra claramente a ação contra-hegemônica de Posição. Se o regime defendia a integração e o alinhamento à política ocidental, comandada pelos Estados Unidos, Posição relatava experiências de outros países que iam no sentido contrário do pretendido pela DSN, como a luta no Peru e no Equador, a exaltação do regime cubano ou o relato da ofensiva sandinista na Nicarágua. Esta posição é reforçada pelos vários títulos – e matérias internas – do Posição enfocando o problema da corrupção, tomando como base o Espírito Santo, o que desmistificava um dos princípios da DSN relacionada aos valores éticos e ao combate à corrupção. Os valores do regime e de Posição eram diferentes e isso fica bem claro nos títulos da primeira página do jornal relacionados ao chamado poder militar, um dos desdobramentos do poder nacional consagrado na Doutrina de Segurança Nacional.

No caso da área econômica a diferença entre o discurso do regime e de Posição é ainda mais marcante, como pode ser visto no Quadro II, abaixo.

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL
PODER NACIONAL
Poder Econômico

Discurso do Regime	Discurso de Posição
<p>Desenvolvimento como bem</p> <ul style="list-style-type: none"> •Benefícios para todos 	<p>Política habitacional falha Planejamento apressado da CST Falta de infra-estrutura para CST</p>

<ul style="list-style-type: none"> •Planejamento racional •Sem mazelas sociais <p>Racionalidade do Governo nas suas ações, sobretudo econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sem possibilidade de erros <p>Estabilidade da economia Sem conflito de classes</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sindicatos controlados 	<p>Política de arrocho salarial, inclusive para o funcionalismo público</p> <p>Crise econômica: O sonho acabou</p> <p>Abertura para as multinacionais, sem igualdade de condições para as empresas brasileiras</p> <p>Aumentos salariais controlados: A gorjeta dos jornalistas</p> <p>Deslocamento de bairros para atender às empresas – Vale x Sossego</p> <p>Corrupção nas ações do BNDES</p> <p>Problemas com CST – balança, mas ainda não cai</p> <p>O drama da terra – Os problemas no Espírito Santo</p> <p>Favelização do entorno da cidade</p> <p>Política habitacional para os operários falha e com aumentos abusivos</p> <p>Sumiço do dinheiro do PIS – Trabalhadores de bolsos vazios</p> <p>Desemprego causado pelos grandes projetos – Aracruz demite 10 mil</p> <p>Luta dos operários do ES</p> <p>Miséria em Vitória</p> <p>Ocupação do Estado por interesses privados – Golpe do turismo</p>
---	--

Fontes: *Geopolítica do Brasil – Jornal Posição (capas)*

Desemprego, miséria, trabalhadores de bolsos vazios, aumentos abusivos das prestações da casa própria, demissões, corrupção em estatais, arrocho salarial, concentração de riquezas e desnacionalização da indústria brasileira são alguns dos aspectos que, através dos títulos da primeira página do jornal Posição vão de encontro aos princípios pregados e difundidos pelo regime, a começar pelo benefício que o desenvolvimento, nos modelos construídos pela ditadura, iria trazer a todos os brasileiros. O princípio da racionalidade, executado através do planejamento, que evitaria problemas, é contestado pela favelização causada em Vitória e em municípios vizinhos pela implantação dos chamados grandes projetos, notadamente a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). O discurso de Posição, no campo econômico, procurava, em primeiro lugar, tirar o sentido de que tudo ia bem, conforme pregava o regime. Através das manchetes de primeira página e de um número maior de matérias em páginas internas o jornal mostrava que, pelo menos no Espírito Santo, as coisas não andavam como dizia o regime. Mais uma vez, o discurso do jornal, no

campo econômico, era no sentido de desconstruir o discurso oficial, portanto, fazendo um trabalho contra-hegemônico.

A postura de Posição continua indo de encontro ao discurso oficial quando se trata de política. Basta lembrar que, do seu lado, o regime afirmava que havia democracia, que as eleições eram livres, reafirmava a cordialidade do povo brasileiro e investia no controle das reivindicações e da mobilização. O discurso do regime, como mostra Carlos Fico²²¹, era no sentido de constituir um país feliz, sem problemas, otimista e que ofereceria total apoio ao governo e ao regime, “vendido” como salvador, racional e que buscava o bem de todos.

Como observa Gramsci²²² o jornal pode ser usado de forma educativa. Suas páginas podem ser utilizadas para instruir seus leitores, discutindo assuntos e mostrando outros pontos de vista sobre uma mesma questão. Este trabalho o próprio Gramsci realizou no Ordine Nuovo, jornal que ajudou a fundar e que dirigiu antes de ir para a prisão. Desta atividade resultaram alguns conceitos relacionados ao trabalho dos intelectuais e ao uso dos jornais como uma forma de partido ampliado, instrumento político de transformação. É neste sentido a ação do jornal Posição no campo político, como mostra o Quadro III, a seguir:

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL
PODER NACIONAL
Poder Político

Discurso do Regime	Discurso de Posição
Existência de democracia <ul style="list-style-type: none"> • Eleições livres • Representatividade eleitoral • Rodízio de dirigentes Existência de ordem (inexistência de contestação) <ul style="list-style-type: none"> • Oposição dentro de um limite Não mobilização política	Invasões de terras Corrupção de governantes – governador e prefeitos Corrupção eleitoral pela Arena Assassinatos políticos (Oséas) Prisões arbitrárias Tortura de estudantes pela Polícia Apreensão do material de Posição Denúncias contra políticos Bastidores da sucessão no ES Defesa da Constituinte

²²¹ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997

²²² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo, Círculo do Livro, s/d

<ul style="list-style-type: none"> •Controles de acesso à mídia Não reivindicação política •Submissão do Legislativo 	<ul style="list-style-type: none"> Oportunismo político no ES Corrupção em Prefeituras Oposição às políticas do Governo do ES (Críticas de Augusto Ruschi) Mar de lama no ES Indicação do Governador – Falta de democracia Eleições diretas para Governador Gastos abusivos com publicidade pelo Governo do Estado A luta pela anistia A ação do MDB na oposição Corrupção em órgãos do Estado Violência policial no Estado Eleições presidenciais – Euler Bentes Figueiredo no ES. FEDEU Luta contra o arbítrio e a ditadura Anistia aos presos políticos Vigilância sobre o cidadão Defesa da mobilização popular Denúncias envolvendo filhos de figuras políticas do Governo e de dirigentes de órgãos estaduais Apoio à greve e sua divulgação Crítica à política de abertura Sobreviventes da tortura Impunidade policial Greve de fome pela anistia
---	--

Fontes: *Geopolítica do Brasil – Jornal Posição (capas)*

A comparação entre os dois discursos mostra claramente, mais uma vez, a ação contra-hegemônica do Posição. Como no caso dos poderes militar e econômico, o discurso do jornal era de desconstrução do discurso do regime, o que foi feito com a contraposição de fatos relacionados à realidade do Espírito Santo. Contra a democracia e liberdade, problemas nas eleições. Contra a institucionalização do regime, a defesa da constituinte. Contra o regime, a defesa da anistia política. Em todos os momentos – o que reflete em suas capas – o jornal Posição adotou um discurso que, buscando a realidade local, procurava mostrar um real muito diferente do discurso oficial. O jornal, com sua postura, acaba se enquadrando na recomendação feita por Gramsci para a construção de uma nova hegemonia – portanto, trabalho contra-hegemônico – que é criar uma nova consciência e, a partir dela, uma nova ideologia integradora.

Esta mesma postura é adota em relação a pontos que o regime, baseando-se nos princípios da DSN, considerava fundamentais e que abrangem o que chama de área psicossocial. Estudando as ações do regime no sentido de se institucionalizar, Rezende afirma: “(...) o regime lutava para construir um sistema de valores e idéias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos os interesses do povo brasileiro”²²³.

É no sentido desta legitimação que se dá a ação psicossocial do regime o que, para Rezende, significa a luta do “em todos os recônditos da vida social visando fixar aqueles valores que possibilitariam atingir um amplo processo de homogeneização e padronização de atitudes, condutas e comportamentos”²²⁴. Esta ação, como demonstra Carlos Fico²²⁵, foi desenvolvida mediante o uso da propaganda política, feita com o uso de eufemismos, mas que esteve presente enquanto o bloco de poder se manteve. Se a ação do regime era forte neste setor, também era o discurso de Posição. Ao longo dos seus 65 números sempre mostrou, a partir da situação do Espírito Santo, que o discurso hegemônico ocultava fatos e a própria realidade, que não era rósea e nem despida de problemas. Esta ação pode ser vista no Quadro IV, abaixo:

DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL
PODER NACIONAL
Poder Psicossocial

Discurso do Regime	Discurso de Posição
Dedicção ao trabalho •Sem greves •Sem reivindicação salarial Coesão familiar Princípios éticos e morais Manutenção da ordem social	Luta pela casa própria Desfavelamento Problemas com transporte de operários Descontentamento trabalhista Lavradores com problemas Luta dos ferroviários da Vale Injustiça com pescadores

²²³ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984**. Londrina, Editora UEL, 2001, p. 33

²²⁴ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984**. Londrina, Editora UEL, 2001, p. 38

²²⁵ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997

<ul style="list-style-type: none"> •Conformismo com a situação •Inexistência de reivindicações <p>Harmonia social e racial</p>	<p>Professores mal pagos Acidente com trabalho na indústria Desemprego na área de educação Hospital ocupado pela polícia Luta das comunidades. Anchieta Questão de alimentação – a xepa da feira Elitismo na educação universitária Problemas com assistência ao menor A luta pela terra – posseiros Busca de melhoria de vida Problemas com a educação O desprezo com a saúde do trabalhador Exploração da casa própria – o caso de Laranjeiras Política sindical – mudança nos sindicatos e nas reivindicações Contestação de estudantes – Reivindicação e política Greve de operários em Vitória Luta por melhorias no transporte Lutas da classe operária no ES Reivindicação salarial de professores Operários falam do capitalismo Greve de estudantes Arrocho salarial na PMES</p>
--	--

Fontes: *Geopolítica do Brasil – Jornal Posição (capas)*

As manchetes e chamadas de primeira página do jornal Posição, categorizadas e comparadas com os princípios do poder nacional, como vistos pela Doutrina de Segurança Nacional, mostram claramente o exercício continuado de uma posição contra-hegemônica. O que o jornal buscava, como relata um dos seus fundadores, o jornalista Rogério Medeiros²²⁶, era ir contra a elite capixaba, abrindo um campo de discussão para os problemas locais e mostrando que o discurso de otimismo do Governo era enganoso. Esta posição é reforçada por outros dos fundadores do jornal, Walter Araújo²²⁷, para quem o foco principal da publicação era de construir um novo caminho, democrático e participativo, não o regime excludente instalado a partir de 1964. O jornal, segundo ele, serviu, neste caso, de ponto de convergência para os que, no Estado, alinhavam-se contra o Governo e, antes de Posição, não tinham como se manifestar.

²²⁶ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

²²⁷ Entrevista com Walter Araújo, em 17-01-2006

Se fica patente, mediante a comparação com os objetivos do regime, que Posição exerceu, de fato, um papel contra-hegemônico, inserindo-se em um movimento maior, do qual participavam entidades, sindicatos, organizações sociais e a própria imprensa alternativa, é preciso, ainda, completar este percurso de ação mostrando o trabalho dos intelectuais que fundaram e fizeram o jornal. Orgânicos, no sentido dado por Gramsci, já que se engajaram em um movimento que visava à mudança e à construção de uma nova hegemonia, o trabalho destes intelectuais será discutido no próximo capítulo. Nele, o que se busca é confirmar a ação contra-hegemônica de Posição, não mais tomando como base o seu discurso, mas a ação dos intelectuais que o integravam e que agiam no sentido da mudança.

Há, ainda em relação ao papel contra-hegemônico representado pelo jornal, um outro aspecto a ressaltar que é a sua circulação – número de exemplares impressos e vendidos em cada uma de suas edições. O que todos os envolvidos com o jornal destacam é que ele começou com uma pequena tiragem, de três mil exemplares, e chegou, em alguns números, a tirar 10 mil jornais. Jô Amado, que foi o Editor Chefe na maior parte da existência do jornal, lembra que a “tiragem foi de três mil exemplares. Na grande maioria das vezes o encalhe foi insignificante e, em algumas, a edição se esgotou”²²⁸. Rogério Medeiros²²⁹, um dos fundadores e o primeiro diretor do jornal, acrescenta à informação de Amado que, em alguns números, a tiragem do jornal foi elevada para 7 mil exemplares e que, depois dos primeiros números, a circulação se estabilizou por volta dos 5 mil exemplares. A informação de Amado é reforçada por Robson Moreira²³⁰, que dirigiu o jornal em sua fase final, mas dele participou desde o início, e lembra que a venda dos exemplares era feita pelos próprios integrantes da redação, mantendo uma média de três mil exemplares por

²²⁸ Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

²²⁹ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

²³⁰ TRINDADE, Carlos Calenti et alli. **Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais**, in MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005, p. 291

edição. Dois outros editores do jornal reforçam o que dizem Medeiros, Amado e Moreira. Benedito Tadeu César²³¹, que dirigiu o jornal por pouco tempo, mas dele participou durante muitos números, se lembra de um aumento da circulação quando o jornal passou de quinzenal para semanal, com as edições se esgotando, mas mantendo uma média de 3 mil exemplares. Umberto Martins²³², que também dirigiu Posição, afirma que, em alguns números, a edição chegou aos 10 mil exemplares.

Ainda sobre a tiragem, outros dos fundadores do jornal, Walter Araújo, informa que, além da Grande Vitória – Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana – Posição era distribuído em outros 18 municípios do Espírito Santo. “Para fazer a distribuição nos valíamos de sindicatos, entidades sociais e opositores do regime. O fato é que o jornal chegava a um bom número de leitores nestas cidades, aumentando a repercussão de suas matérias e dando maior volume às críticas ao Governo”²³³, afirma. Algumas bancas do interior e muitas da Grande Vitória também recebiam o jornal, segundo Araújo, ampliando a distribuição. Um dos canais usados eram os estudantes universitários, consumidores e distribuidores do jornal. Posição tinha, também, um número fixo de assinantes, na Grande Vitória e no interior do Estado, lembram Amado, Araújo, César e Martins.

A circulação, através das assinaturas – de menor parte – e da venda avulsa – a maior parte – é, segundo Rogério Medeiros, significativa para a época em que Posição circulou. De acordo com Medeiros, considerando-se que a média de leitura de um jornal é de cinco pessoas por exemplar, Posição chegou, em alguns momentos, a ter 50 mil leitores. O próprio Medeiros, no entanto, comenta que, no caso do jornal, o número de leitores por exemplar era maior e isso podia ser medido pela repercussão das matérias por ele publicadas. Estes números, no entanto, nunca foram aferidos por um instituto de pesquisa, como ocorre hoje em relação à leitura dos jornais diários. Medeiros, Amado, Araújo,

²³¹ Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25-01-2006

²³² Entrevista com Umberto Martins, em 24-01-2006

²³³ Entrevista com Walter Araújo, em 17-01-2006

Martins, Moreira e César são unânimes ao destacar a circulação do jornal e chamar a atenção para o fato, como diz Rogério Medeiros, “que ele era comprado, não vendido, já que muita gente ficava esperando pelas edições”.

Por fim, há um último dado a considerar que é a forma como Posição se financiava. Dela, pode-se dizer que foi sua força e, também, o seu ponto fraco. O jornal, como relatam seus integrantes – Medeiros, Amado, Moreira, Martins, César e Araújo – tinha sua principal fonte de receita na venda avulsa, portanto, dependia do próprio leitor, já que o volume de publicidade que recebia era pequeno. A ligação com o leitor, que o financiava com a aquisição de seus números, permitia ao jornal a independência que os integrantes da mídia tradicional não possuíam, já que não se ligava ao Governo e não dependia de verbas publicitárias para sua sobrevivência. Os integrantes do jornal calculam que a publicidade, em sua maioria de profissionais liberais, representava algo em torno de 5% das receitas de Posição. O jornal recebia a colaboração de jornalistas que estavam nas redações da grande mídia e não tinham como publicar determinadas matérias. Elas, de acordo com Medeiros, eram repassadas ao Posição, que as publicava. Isso diminuía seu custo, já que não tinha de pagar a estes profissionais, que colaboravam com o jornal.

Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia

“Nossas verdades só nos parecem plausíveis em função de onde estamos situados num dado momento”.

Terry Eagleton

Se pode haver, em relação à história, alguma dúvida da prevalência da ideologia, o mesmo não ocorre em relação à mídia, que vem sendo tratada, há tempo, como meio ideológico por excelência. As teorias da comunicação confirmam e reafirmam esta vertente, começando pela Teoria Hipodérmica²³⁴, quando atribui à mídia influência direta sobre o pensar das pessoas. A analogia com uma injeção é no sentido de, aplicada, ter efeito imediato. Assim também se daria com a mídia.

As teorias evoluíram, mas a discussão sobre a influência da mídia permanece. Wolf, um dos mais aclamados teóricos da comunicação, afirma que os meios de comunicação são um dos mais poderosos instrumentos de construção da realidade²³⁵. Desde que tiveram seu papel amplificado, sobretudo a partir da contemporaneidade, os mídia têm servido de espelho para que nos vejamos refletidos. São eles, como frisa Noelle-Newmann, que ditam o que falar, dizendo ao cidadão o que deve ser discutido e, até, como deve ser discutido²³⁶.

Impõe, no final, como frisa a pesquisadora, uma espiral de silêncio, fazendo com que as minorias percam a voz. No contexto histórico ao qual estamos nos reportando e que o jornal Posição circulou, a imposição do silêncio se dava, também, como frisa muito bem

²³⁴ WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 2002

²³⁵ WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 72

²³⁶ BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995, p. 207 a 225

Maria Luiza Tucci Carneiro²³⁷, pelos próprios instrumentos utilizados pelo poder, dentre os quais se destacava a censura, que se não aparecia para o grande público, era explícita e constante.

Mesmo com os controles ao máximo, o governo militar procurou limitar ao mínimo o espaço institucional da política, o que ocorreu mesmo na chamada distensão, patrocinada pelo governo Geisel, época em que o jornal Posição começou a circular. Apesar de oferecer, fruto das pressões que vinha sofrendo, como observa Thomas Skidmore²³⁸, uma brecha no forte muro da ditadura, o regime tinha a pretensão de se manter e, para tanto, usando um contexto ideológico, buscava adesão para o que pregava. Parte dessa busca ficava por conta da mídia, controlada pela censura ou, então, por meios econômicos. A reprodução da ideologia dominante foi, neste caso, um trabalho que contou com a ampla participação dos barões da mídia, como se vê no trabalho de Anne Marie Smith²³⁹.

O que a mídia fazia, de acordo com o estudo de Anne Marie Smith, era fingir que não havia censura e, com raras exceções, alinhar-se ao regime, ajudando-o na construção de uma realidade onde o conflito era substituído, pelo menos na ótica oficial, pelo consenso. O que tínhamos, como assinala Carlos Fico²⁴⁰, era uma tentativa da conquista dos corações e mentes dos brasileiros, de forma que os militares não só se legitimassem, mas conseguissem apoio para o seu projeto, que era a manutenção do poder por um longo prazo. A ação dos militares, como assinalam muito bem os pesquisadores citados, era nitidamente ideológica, tal como a da mídia, ao dar suporte ao regime.

Temos, no final, não uma ligação feita através de um ou vários liames, mas verdadeiramente um “casamento” entre mídia e ideologia. Ao mesmo tempo, temos todo um trabalho, feito por intelectuais orgânicos, de busca da consolidação de uma visão de

²³⁷ CARNEIR, Maria Luiza T. **Minorias silenciadas, a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002

²³⁸ SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para a democratização**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

²³⁹ SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

²⁴⁰ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

mundo, uma das bases da hegemonia, de acordo com Gramsci. O que buscava o regime? É Gramsci quem responde: “(...)consenso “espontâneo” das grandes massas da população quanto à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante, à vida social”²⁴¹.

Este, de acordo com Gramsci, é um trabalho típico do intelectual orgânico. Também é função do intelectual orgânico, na visão de Gramsci, a construção de uma nova hegemonia e um dos meios que pode ser usado para essa construção é exatamente a mídia, aliás o que o pensador italiano fez quando dirigia o *Ordine Nuovo*. Configura-se, mais uma vez, a função ideológica da mídia, que pode agir tanto no sentido de consubstanciar o poder, quanto pode investir na sua modificação. Aqui, insere-se não só o trabalho do intelectual orgânico, mas do próprio jornal, que pode ser entendido na perspectiva gramsciana como um partido ampliado, o que releva o seu papel ideológico.

Enquanto veículo de oposição – e de esquerda – o jornal *Posição* tinha interesse em mostrar uma realidade que era diametralmente oposta à apresentada pelo que podemos chamar de “grande mídia”. A busca, assim, era por uma nova hegemonia, o que significava, em primeiro lugar, a remoção dos militares do poder, o que, aliás, não era um desejo só de *Posição*, mas da chamada imprensa alternativa como um todo, como mostra Bernardo Kucinski²⁴², e de uma parcela considerável da sociedade. Jornais alternativos e movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), para citar apenas um deles, buscavam a construção de uma nova hegemonia e, portanto, inseriam-se em um movimento contra-hegemônico.

A ligação entre a mídia, ideologia e o trabalho de intelectuais é ressaltado por Gramsci quando fala sobre a cultura, sobre os próprios intelectuais e sobre jornalismo. De todos os assuntos que abordou em seus vários escritos, um dos quais Gramsci dedicou bom espaço foi o jornalismo. À atividade jornalística, Gramsci associa o intelectual orgânico e relaciona

²⁴¹ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 14

²⁴² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Edusp, 2003.

procedimentos que devem ser adotados para que um jornal atenda o seu público e seja efetivo. Sobre jornalismo, diz:

“O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (...), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar o seu público e ampliar progressivamente sua área”²⁴³.

O jornal, assim é formado a partir da existência, “como ponto de partida, de um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral”²⁴⁴. É o que aconteceu no caso da criação de Posição. Um grupo de jornalistas, que tinha uma orientação geral decidiu lançar um veículo de comunicação que explorasse um espaço não coberto pela mídia local, que era dar voz aos movimentos sociais, engajar-se em favor da anistia e da constituinte, como frisa Jô Amado²⁴⁵, um dos idealizadores do jornal. Posição, neste sentido, nasceu com o sentido da crítica, focalizando a elite e seus problemas, chamando a atenção para a ação política e mostrando aspectos da realidade local que, sem a existência do jornal, não teriam sido mostradas, segundo acredita o seu primeiro diretor e um dos fundadores, Rogério Medeiros²⁴⁶.

Ainda reportando-se ao jornalismo e à organização dos jornais e revistas, Gramsci, depois de comentar as possíveis razões de sucesso de um veículo impresso, assinala que “a orientação redacional deveria ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo, apesar da necessária variedade de estilo e das

²⁴³ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 147

²⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 147

²⁴⁵ Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

²⁴⁶ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

personalidades”²⁴⁷. O que Gramsci busca é que a publicação defina público, linguagem e que apresente aos seus leitores assuntos variados, mas dentro de uma orientação, seguindo uma linha editorial coerente. Esta é uma tarefa dos jornalistas que, no caso, devem não apenas ser produtores das matérias, mas dirigentes – como Gramsci o foi – de sua própria publicação. Mais uma vez pode-se enquadrar Posição neste modelo. Sobre esta questão, Rogério Medeiros explica que o direcionamento dos assuntos que o jornal iria abordar eram dados pelo Conselho Editorial, constituído por jornalistas e outros intelectuais. Os assuntos eram discutido, incluindo-se, nesta discussão, a abordagem a ser feita, buscando-se ressaltar aspectos da realidade local para os quais a “grande mídia” não dava atenção.

A preocupação com o regional enquadra-se em outra diretriz apontada por Gramsci, que considera fundamental a abordagem deste tipo de questões: “Muitos gostariam de conhecer e estudar as situações locais, que sempre interessam muito, mas não sabem como fazê-lo, por onde começar (...) Este trabalho pode ser feito, de diversos pontos de vista, não só para regiões, mas para problemas gerais, de cultura, etc.”²⁴⁸. Para comprovar que Posição adotava esta postura basta uma folheada em seus exemplares. Alguns títulos de primeira página podem, neste caso, ser tomados como exemplo, como é o caso da chamada do número 03: Tubarão: o projeto da siderúrgica foi apressado, sem planejamento, sem infra-estrutura. Mas é irreversível. Ou de uma das chamadas do número 09: Ensino. Eleições na universidade. Politicagem nas escolas. Apesar do foco local, o jornal não deixava de falar de assuntos nacionais e internacionais, como pode ser vistos nos quadros que tratam, no Capítulo III, da comparação dos discursos de Posição e do regime, baseado na Doutrina de Segurança Nacional.

Gramsci, ao mesmo tempo em que traça diretrizes para o lançamento e direção de um jornal, atribui grande importância ao papel da imprensa, de um modo geral. Dela, diz ser

²⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 154

²⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 157

um partido ampliado, no sentido de, como um partido, lutar por um determinado objetivo. Coloca, ainda, o jornal dentro do que chamou de aparelhos privados de hegemonia, já que a mídia ajuda na construção e na manutenção da hegemonia. Pode, por outro lado, exercer um papel contra-hegemônico, contribuindo, neste caso, para a substituição de uma hegemonia por outra. Neste caso, através do trabalho dos intelectuais orgânicos, ajuda na difusão de uma nova ideologia, com o objetivo de torná-la senso comum e entranhá-la na sociedade civil de tal forma que se transforme em visão de mundo das várias classes sociais.

O que Gramsci teoriza, baseado na sua própria experiência de ação política, é que, em primeiro lugar, um jornal pode ser usado como um partido ampliado, buscando alargar a ação de conquista do poder mediante a construção de uma nova hegemonia e, portanto, da instalação de uma nova ideologia. Em segundo lugar, liga a ação do jornal à dos intelectuais orgânicos, chaves no processo de estabelecimento de uma nova hegemonia ou na manutenção da existente. Neste caso, cita Benedetto Croce, um dos mais conhecidos intelectuais da Itália no início do século XX, cuja ação foi, sempre, no sentido de manter a hegemonia existente. Em terceiro lugar, Gramsci afirma que não há um único caminho para a construção desta nova ideologia e da nova hegemonia. O trabalho deve ser multifacetado, pois

“Não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (...) é necessária a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais”²⁴⁹.

Ao intelectual, que “é um profissional especializado (skilled) que conhece o funcionamento de “máquinas” próprias especializadas”²⁵⁰ cabem a “apresentação e

²⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 158-159

²⁵⁰ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 159

representação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, relacionando sempre cada aspecto parcial à totalidade”²⁵¹, o que vai levar à formação de uma consciência crítica e, portanto, ajudar na construção da nova hegemonia. O papel do jornal integra-se, aqui, ao do jornalista. Os dois, no entender de Gramsci, podem – e devem – exercer um papel de formação de uma cultura, criando uma nova consciência, ajudando na difusão e implantação de uma nova ideologia e, como consequência deste trabalho, construindo uma nova hegemonia.

Quem é intelectual? O que são intelectuais orgânicos? Para se trabalhar com o conceito gramsciano de intelectual é essencial dar respostas às duas perguntas. No caso da primeira, o seu conceito é revolucionário, já que não reduziu o intelectual ao homem de letra, mas afirma que todos são intelectuais e o que os diferenciam é a função que exercem. Gramsci ampliou o conceito de intelectual, dando-lhe um caráter de formulador. O intelectual surgido desta formulação é absolutamente original, pois não guarda nenhum traço do que, antes, se pensava dele: um homem reflexivo, que procurava de longe explicar o mundo, não transformá-lo. Assim, mudando o conceito de intelectual, é possível responder à segunda questão. Orgânico, em síntese, é o intelectual que participa, que age, que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se engaja na manutenção da hegemonia existente. De um lado e do outro, a organicidade vem do comprometimento, da participação, na formulação de idéias que ajudem na ação política, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica.

Há, ainda, por destacar nesta nova formulação o seu valor revolucionário, já que Gramsci, ao afirmar que todos somos intelectuais, acaba com uma pretensa divisão do trabalho, mostrando que o intelectual é também um trabalhador que vende o seu próprio trabalho. Ao mesmo tempo em que amplia a ação do intelectual, Gramsci o recoloca junto de uma classe, ligando-a a ela e diferenciando-o apenas em função das tarefas que irá

²⁵¹ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 160

exercer. Neste sentido, o trabalho intelectual não existe por si só, mas é uma função que se exerce no dia-a-dia, na organização, na difusão de idéias e na ação.

Olhando o intelectual dentro do conceito ampliado, Gramsci pode dizer que “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e a consciência da própria função”²⁵² e é neste momento que Gramsci explica que os camponeses, por não possuírem seus intelectuais orgânicos, acabam sem uma identificação de classe e, por isso, ligada às classes hegemônicas.

Reforçando a classificação de que não existem não intelectuais, Gramsci comenta:

“Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (...) em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”²⁵³.

O intelectual orgânico está intimamente ligado ao trabalho de construção de uma nova visão de mundo e se contrapõe ao intelectual tradicional, desligado de sua classe e que se julga autônomo em relação à sociedade civil. Gramsci traça os papéis que os intelectuais orgânicos devem representar e um deles é ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em hegemônica, unindo, assim, a sociedade em torno de um objetivo político.

Gramsci explica:

“Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por

²⁵² GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 7

²⁵³ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 10

enquanto pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “justo”²⁵⁴.

A tarefa final do intelectual seria, mesmo, a de criação e organização de uma cultura, contribuindo para o surgimento e consolidação de uma ideologia, que vai, conforme afirma o próprio Gramsci, perpassar toda a sociedade, dando-lhe solidez e fazendo com que haja, por parte do grupo de comando, hegemonia. Toda a análise e conceituação de Gramsci partiu da situação italiana e da dominação do Norte sobre o Sul do país, incluindo-se sua própria região. As formulações levam em conta, ainda, o momento histórico e político, com a esquerda tentando e não conseguindo chegar ao poder. Consideram, também, a dificuldade de alianças entre os vários grupos sociais, o que dificultava a ação política de quem não compunha o bloco de poder e não estava inserido no momento hegemônico.

Gramsci, valendo-se da hierarquização que fez dos intelectuais, coloca os professores e jornalistas – que havia criticado antes, dizendo serem pretensos intelectuais – em um primeiro nível de organicidade. E isto se dá por serem os dois instrumentos de ensino e de mudança, com o ensino marcando, mais ainda, a função do professor, que se transforma em um formador de novos intelectuais e, com isso, pode contribuir para que os formados sejam orgânicos, não tradicionais. O que é necessário ver, então, é se os jornalistas de Posição se enquadram na categoria de orgânicos e se fizeram, com a publicação do jornal, um trabalho contra-hegemônico, buscando a construção de uma nova ideologia, de uma nova hegemonia.

O trabalho contra-hegemônico exercido por Posição está demonstrado no Capítulo III, contrapondo-se o seu discurso, através do que foi expresso em suas capas, ao discurso do

²⁵⁴ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 12-13

regime. O próprio discurso adotado pelo jornal pode servir para medir a organicidade dos intelectuais que nele atuaram ao longo de suas 65 edições. A este respeito, reportemo-nos a Dominique Maingueneau²⁵⁵ que, ao apontar princípios para a análise dos discursos, nos remete a duas leis que indicam ser o discurso orientado e uma forma de ação. Sobre o primeiro ponto, afirma: “O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar”²⁵⁶. No segundo, porque “falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas representação do mundo”²⁵⁷. O autor ressalta, a seguir, que “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar, etc.) que visa a modificar uma situação”²⁵⁸. O discurso, neste caso, destina-se a produzir uma modificação nos destinatários. Tanto em um, como no outro caso pode-se enquadrar o discurso jornalístico, de uma maneira geral, e o de Posição, em particular. O jornal, a se basear na conceituação de Maingueneau, construiu o seu discurso com o sentido claro de produzir uma modificação na postura de seus leitores, oferecendo-lhes uma visão crítica do momento histórico vivido no Espírito Santo e, a partir dela, ajudando na reflexão sobre a ação do regime, contribuindo para a sua desconstrução e, com isso, participando da disseminação de uma nova ideologia, antepondo-se à ditadura.

Esta postura é reforçada no depoimento de Jô Amado, Editor Chefe do jornal. “Naquela época (em que o jornal Posição foi criado) a prioridade política na luta contra a ditadura obedecia basicamente a dois temas: a) anistia aos presos políticos; e b) denúncia e luta contra a censura”²⁵⁹. Robson Moreira, um dos primeiros integrantes da redação e que no final da vida de Posição foi seu diretor, assinala que a idéia que perpassava o jornal “era

²⁵⁵ MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2ª edição

²⁵⁶ MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2ª edição, p. 52

²⁵⁷ MAINGUENEAU, Dominique. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2ª edição, p. 53

²⁵⁸ MAINGUENEAU, Dominique. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2ª edição, p. 53

²⁵⁹ Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

dizer, em função de uma determinada realidade, tudo aquilo que há muito não era dito”²⁶⁰, acrescentando que havia um trabalho de integração com os movimentos sociais. “Não fazíamos para eles, mas, por meio do jornal, falávamos dos problemas e que, se eles se organizassem, poderiam conquistar a vida que estavam necessitando”²⁶¹.

Nos dois casos fica claro o engajamento dos jornalistas em um trabalho que buscava expor os problemas do regime, mediante a divulgação do que ocorria no Espírito Santo e, ao mesmo tempo, o comprometimento deles com a mudança, duas das condições essenciais, segundo Gramsci, para se classificar um intelectual como orgânico. Outra mostra do engajamento é a composição do próprio Conselho Editorial do jornal. Em uma de suas fases, conforme relata Tadeu César, em “uma reunião dos colaboradores do jornal propusemos a criação de um grande conselho editorial com a participação de deputados estaduais do MDB, de integrantes do movimento Justiça e Paz, da OAB, de intelectuais engajados, de lideranças do movimento estudantil que se encontrava em reorganização, de sindicalistas, etc.”²⁶². Com a inserção dos movimentos sociais no Conselho Editorial Posição ampliou sua ligação com estes movimentos, iniciado desde o primeiro número, conforme afirma Jô Amado: “Havia uma integração efetiva com os movimentos sociais (centros comunitários), com sindicatos, com setores das igrejas – no caso específico da igreja católica, éramos muito próximos da Comissão de Justiça e Paz”²⁶³.

Umberto Martins, outro dos colaboradores do jornal e que também foi seu Editor, é mais claro quanto fala da ligação de Posição com os movimentos sociais. “O jornal”, afirma, “buscava representar anseios e opiniões dos movimentos sociais, bem como do

²⁶⁰ TRINDADE, Carlos Calenti et alli. **Jornalismo alternativo: da década de 40 aos dias atuais**, in MARTINUZZO, José Antônio (Org). **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial, 2005, p. 292

²⁶¹ TRINDADE, Carlos Calenti et alli. **Jornalismo alternativo: da década de 40 aos dias atuais**, in MARTINUZZO, José Antônio (Org). **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial, 2005, p. 292

²⁶² Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25-01-2006

²⁶³ Entrevista com Jô Amado, em 21-12-2005

MDB e personalidades que faziam oposição ao regime militar²⁶⁴. Martins reconhece que os partidos de esquerda, na época na ilegalidade, exerciam influência sobre o jornal, mas ressalta que ele também tinha influências do MDB, o partido legal de oposição, fornecendo a indispensável ligação política que Gramsci atribui ao intelectual orgânico.

O caráter de oposição e, portanto, de luta contra-hegemônica, é ressaltado por Rogério Medeiros²⁶⁵ ao lembrar que o jornal se focou nos problemas estaduais, incluindo os políticos, e mirou a elite, que estava no poder ou que dava suporte a ele. O próprio Medeiros era o encarregado de escrever as matérias políticas devido – reconhece – ao maior trânsito que tinha e ao conhecimento do mundo político local. Este caráter é reforçado por César, ao lembrar que, no caso do Espírito Santo, Posição era a única publicação regular que fazia oposição ao regime, destacando que o jornal “cumpria um papel político muito importante no ES, já que era o único jornal de resistência à ditadura no estado e, conseqüentemente, o único canal de enfrentamento ao status-quo dominante²⁶⁶, daí entender que Posição ajudou a “compor uma consciência crítica à ditadura e, mesmo com os tropeços sectários, inerentes ao próprio momento em que vivíamos, contribuímos para a construção de uma consciência democrática no Espírito Santo²⁶⁷. Marca-se, assim, um dos outros aspectos da atuação orgânica dos intelectuais que compunham Posição, engajados na construção de uma nova hegemonia mediante uma atuação política clara.

O engajamento, seja mediante críticas ao governo e ao regime, seja pela ligação com os movimentos sociais, é reconhecido pelos que participaram de Posição, tenham exercido cargos de chefia ou não. Martins, Amado, Medeiros, César, Moreira e, fora do rol de jornalistas, Araújo, deixam clara a ligação do jornal com, em primeiro lugar, a oposição constituída no Estado, mediante abertura de canais para o MDB, que tinha pouco acesso à grande imprensa. O jornal dava voz aos movimentos sociais, denunciando, dentre outras

²⁶⁴ Entrevista com Umberto Martins, em 24-01-2006

²⁶⁵ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

²⁶⁶ Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25-01-2006

²⁶⁷ Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25-01-2006

coisas, a favelização da Grande Vitória. O discurso de Posição, neste caso e como destaca Maingueneau, é marcado por uma ação de contraposição ao regime, o que nos leva a afirmar que era contra-hegemônico e marca a atuação dos intelectuais que nele atuavam como orgânicos.

Na linha do uso do discurso para mostrar o trabalho orgânico dos intelectuais de Posição, outro suporte são os editoriais do jornal. Como destaca Jean-François Tétu “o editorial mostra mais que qualquer outra parte do jornal, dado que seu papel é o de informar, ao mesmo tempo, sobre o mundo e sobre a maneira através da qual se deve percebê-lo”²⁶⁸, aduzindo que o jornal constrói o acontecimento e, por isso, “o editorial o indica claramente”. O editorial, assim, não apenas diz o conteúdo do jornal, mas remete o leitor à sua interpretação, como ele deve ser lido e os objetivos buscados no variado material que compõe, na diversidade, a unidade de sentido deste dispositivo, como lembra Mouillaud²⁶⁹.

Assim, os editoriais de Posição servem para mostrar a sua ação contra-hegemônica, uma vertente que não adotamos nesta pesquisa. Servem, também, para indicar uma ação orgânica dos intelectuais que o integraram, refletindo o seu engajamento político e a busca de transformação social, o que se configura, no final, como um trabalho contra-hegemônico do próprio jornal e daqueles que o integram. Veja-se o que disse o Editorial do numero 05:

“(…) a crise camuflada que se vinha arrastando há meses tende a assumir, cada vez mais, claramente, os contornos concretos de uma recessão econômica. Ontem, as pessoas se queixavam da falta de feijão, do preço dos alimentos, da alta do aluguel, do nível dos salários. Hoje, o fantasma do desemprego passa a ocupar o lugar principal nas preocupações do povo”.

²⁶⁸ TÉTU, Jean-François. **Le Monde e Liberation em perspectiva**, in MOUILLAUD, Maurice, e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição, p. 192.

²⁶⁹ MOUILLAUD, Maurice, e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição

A orientação do discurso, na linha defendida por Maingueneu, é clara e objetiva desconstituir a imagem de desenvolvimento econômico, da ausência de problemas e de consenso entre a população brasileira em face do regime e da Doutrina de Segurança Nacional que adotava. O discurso reafirma, também, o engajamento do jornal e dos intelectuais que o compunham, destacando um aspecto do real que não era abordado pela chamada grande mídia, pela existência da censura oficial ou por seu alinhamento com o bloco de poder, visando à manutenção de uma hegemonia.

Esta postura é reforçada por outros editoriais, como o do número 16:

“(…) passamos mais de seis meses abordando temas “tabus” para o restante da imprensa capixaba: revelando a face escondida de grandes grupos econômicos estrangeiros, denunciando desmandos – crônicos e recorrentes – de representantes do Poder Público; noticiando conluíus entre abastados particulares e empresas do governo (...) ou divulgando ilegalidades, iniquidades, irregularidades cometidas em nome da Justiça”.

O que o jornal buscava, desde o seu início, como ressalta Martins era a “democratização das relações políticas no Estado e um fortalecimento de um pensamento e de forças progressistas, a exemplo de outras publicações parecidas (em geral alternativas) elaboradas noutros Estados e regiões do país e/ou de circulação nacional (caso dos jornais Movimento e Opinião)”²⁷⁰. Por isso, segundo ainda Martins, o jornal era hostil às forças da direita “da mesma forma que o jornal era hostil à ditadura e seus representantes no Estado”²⁷¹, o que resultava no que ele chama ódio destes segmentos à publicação.

Ao contrapor-se ao regime, mediante a escolha de informações que não eram veiculadas na chamada grande mídia, os jornalistas de Posição, além do trabalho técnico, no sentido gramsciano, realizavam, também, um trabalho que visava à mudança e, portanto, de construção de uma nova hegemonia. Como frisam os integrantes do jornal – Amado,

²⁷⁰ Entrevista com Umberto Martins, em 24-01-2005

²⁷¹ Entrevista com Umberto Martins, em 24-11-2005

Martins, César, Moreira e Medeiros – Posição investia na conscientização da necessidade de democratização do país. Defendia, assim, a democracia, que se opunha à ideologia do regime, baseada na Doutrina de Segurança Nacional.

O que os jornalistas, já apontados por Gramsci como intelectuais que podem ter uma atuação orgânica, fizeram foi imiscuírem-se ativamente na vida prática, como construtores, organizadores, persuasores permanentes. Se os intelectuais são “funcionários” da superestrutura, a ligação deles com o contexto social, que é diversificado, pode se dar, ainda de acordo com o conceito gramsciano, do lado da sociedade civil ou da sociedade política. Como Gramsci relaciona a sociedade política ao Estado, ao poder, os intelectuais alinhados a ela seriam, no caso, os reprodutores da hegemonia, lutando pela manutenção do poder das classes que já o têm. De outro lado – e aqui estão os jornalistas que integraram o jornal Posição – ao alinharem-se à sociedade civil, os intelectuais orgânicos passam a exercer um papel contra-hegemônico, isto é, passam a trabalhar no sentido de construção de uma nova hegemonia e, portanto, da formação de uma nova sociedade política. Como frisa Beired²⁷², na teoria gramsciana os intelectuais podem exercer papéis de conservação ou de transformação. Em ambos os casos, eles têm atuação orgânica. “A análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologia fornece consciência e homogeneidade às classes que representa”²⁷³, afirma Beired.

No caso do jornal Posição, pela postura adotada pela publicação, pelo engajamento dos seus jornalistas e pela ação por eles exercidas, podemos afirmar, tomando o conceito desenvolvido por Gramsci, que estamos diante de um trabalho orgânico, inserido em um contexto social e histórico delimitado e que, por se engajarem e difundirem uma nova

²⁷² BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais**, in AGGIO, Alberto. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998.

²⁷³ BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais**, in AGGIO, Alberto. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998, p. 127

ideologia – a da democratização – os jornalistas de Posição podem ser considerados intelectuais orgânicos. A demonstração dessa organicidade é dada pelo discurso da publicação, pelo engajamento de seus jornalistas e pela integração aos movimentos sociais que buscavam a mudança da hegemonia vigente. O trabalho orgânico, de criação de uma nova hegemonia, pressupõe um engajamento ideológico – o que, conforme relatam os integrantes do jornal, aconteceu com Posição. A ideologia serve, assim, de pano de fundo para o trabalho político e orgânico, em todos os seus níveis, realizado pelos intelectuais.

Se a ideologia representa um papel importante, como é que Gramsci a vê? A ideologia, responde Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, “é a unidade entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela”²⁷⁴. Coutinho afirma que para Gramsci “a ideologia é algo que transcende o conhecimento e já se articula diretamente com a prática, com a política”²⁷⁵. Já Badaloni afirma que o conceito “busca dar às “crenças” (ou, como ele diz, às “ideologias”) um significado ativo, criador, precisamente porque aparecem como elemento organizador da coletividade”²⁷⁶. A ideologia, então, ganha importância e significação no trabalho hegemônico e contra-hegemônico. Cabe aos intelectuais orgânicos a formulação de ações que, de um lado, confirmem um determinado bloco histórico ou, então, que estabeleçam diretrizes para a sua substituição, instalando-se uma nova hegemonia, um trabalho feito pelo jornal Posição e pelos intelectuais orgânicos que o integravam. Pizzorno ajuda no entendimento de como Gramsci vê a ideologia ao afirmar que “quando a ideologia adquire “a solidez das crenças populares” (segundo uma expressão de Marx), então se unifica um bloco social, se constitui um bloco histórico (quer dizer, se realiza um sistema social integrado)”²⁷⁷.

²⁷⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, apud COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, p. 83

²⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, p. 84

²⁷⁶ BADALONI, Nicola. **Gramsci e a filosofia da práxis como previsão**, in HOBBSBAWN, Eric. **História do Marxismo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. 10, 1997, p. 48

²⁷⁷ PIZZORNO, Alexandre. **Sobre el método de Gramsci**, in GALLINO, Luciano. **Gramsci e las ciencias sociales**, Córdoba, 1979, p. 51

O que a ideologia faz, na concepção gramsciana, que é positiva, é “dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade, vale dizer, de constituir princípios de distinção e de coesão internas”²⁷⁸. Somente com a ideologia entranhada no meio social é que se torna possível tornar unitária e coerente a visão de mundo. Se tal não for realizado, afirma Pizzorno, a incoerência pode levar a “múltiplas influências negativas no plano da conduta moral, da vontade, até ao ponto de impedir totalmente a ação e decisão e produzir um estado de passividade moral e política”²⁷⁹. Se há uma coisa que Gramsci não aceita é a passividade, ao ponto de chegar a dizer que odiava os indiferentes por entender que viver significava tomar partido.

A importância da ideologia para as formulações de Gramsci é destacada por Eagleton²⁸⁰ ao dizer que o conceito de hegemonia inclui a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela. “A hegemonia”, afirma Eagleton, “então, não é apenas um tipo bem sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos”²⁸¹. É exatamente a existência de vários eixos dentro de uma ideologia – e que levam à busca de hegemonia – que torna o trabalho do intelectual orgânico mais importante. Dentro de um jornal, como educador, como criador de novos significados e novos simbolismos, ele ajuda na construção desta hegemonia. O que Gramsci fez, ressalta Eagleton, foi efetuar uma “transição crucial de ideologia como “sistemas de idéias” para ideologia como prática social vivida, habitual – que, então, deve abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento das instituições formais”²⁸². O que a ideologia fornece à hegemonia é a possibilidade dela permanecer invisível, disseminada por toda textura da vida social, naturalizada como costume, hábito,

²⁷⁸ PIZZORNO, Alexandre. **Sobre el método de Gramsci**, in GALLINO, Luciano. **Gramsci e las ciencias sociales**, Córdoba, 1979, p. 52

²⁷⁹ GALLINO, Luciano. **Gramsci e las ciencias sociales**. Córdoba, se, 1979, p. 38

²⁸⁰ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo-Unesp, 1997, p. 105

²⁸¹ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo-Unesp, 1997, p. 106

²⁸² EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo-Unesp, 1997, p. 107

prática espontânea. Evitando se mostrar, nos diz Eagleton, o poder evita contestação, dificultando, com isso, o trabalho contra-hegemônico.

Como há - como demonstra Eagleton - uma ligação estreita da hegemonia com a ideologia, o trabalho dos intelectuais orgânicos é, também, um trabalho ideológico. Na construção de uma nova hegemonia – portanto, em um trabalho contra-hegemônico – o que fazem é desconstituir a hegemonia dominante para a implantação de uma nova. A ação orgânica torna-se, assim, ação política, já que visa à mudança do bloco de poder, e assume o seu caráter ideológico, de pregação de uma nova hegemonia e de uma nova visão de mundo, que tende a ser naturalizada em um corte transversal que perpassa todos os estratos sociais.

A ideologia, assim, além de servir de pano de fundo para toda ação dos intelectuais orgânicos e dos aparelhos privados de hegemonia, dentre os quais podemos destacar a mídia, está no cerne da atuação orgânica dos intelectuais. Temos, aqui, como afirma Žižek, a ideologia “como matriz geradora do que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação”²⁸³. É essa a construção a que o intelectual orgânico se dedica. A ideologia, por se muito mais do que um sistema de crenças, por fornecer a própria base de subjetivação, está no cerne do trabalho contra-hegemônico e oferece o suporte e as ferramentas com que o intelectual orgânico trabalha.

No caso do jornal Posição, estas vertentes estão claras. Tomando-se como base as entrevistas dos integrantes do jornal, eles adotaram uma posição política clara, de oposição ao regime e integraram correntes sociais que buscavam uma nova hegemonia, atuando como críticos, expondo problemas do regime e, exercendo as leis do discurso, dando ao que o jornal publicava um sentido contra-hegemônico. A base de tudo o que foi feito está, em relação ao momento histórico específico, na democracia, uma forma de governo, mas

²⁸³ ŽIŽEK, Slavoj. **O espectro da ideologia**, in ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, p. 7

também um sistema ideológico que se contrapunha à política do regime, desenvolvida a partir das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional.

O grande feito da ideologia, como lembra Pêcheux²⁸⁴, é tornar-se invisível, já que opera ocultando sua própria existência. E é exatamente por isso que a questão ideológica precisa ser examinada, mostrando que ela existe, exerce influência e oferece a base para um trabalho de contra-hegemonia, buscando, no entender de Gramsci, tornar-se senso comum, entranhada no tecido social e criar uma nova concepção de mundo. Quando isso ocorre, tem-se uma nova hegemonia. E foi o que aconteceu no Brasil com o fim do regime civil militar. Posição e seus jornalistas participaram, ao longo do tempo de circulação do jornal, da construção desta nova hegemonia, que culminou com a democratização do país.

²⁸⁴ PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo de (des)conhecimento ideológico**, in ZIZEK, Slavoj (Org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, p. 148

Contra-hegemonia no Espírito Santo

“Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e molhados”

Millôr Fernandes

A afirmação de Millôr, humorista reconhecido e autor consagrado no teatro, certamente é um exagero. Os teóricos do jornalismo não concordam com esta posição, mas admitem que o jornal, os jornalistas e a construção do acontecimento que fazem não são neutros. No mínimo, eles passam por um enquadramento, que pode ser do jornal ou do jornalista ou, então, dos dois. Nélon Traquina, um teórico português bastante utilizado nas academias brasileiras, coloca uma questão para reflexão, chamando a atenção para uma pergunta que entende ser fundamental: o que é jornalismo na democracia? E ele responde:

“A democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática sempre insistiram, desde o filósofo Milton, na liberdade como fator essencial da troca de idéias e opiniões, reservando ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de checks and balances (a divisão de poder entre poderes), a responsabilidade de vigilante (watchdog) do governo. Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo, sem liberdade, ou é farsa ou é tragédia”²⁸⁵.

Sem democracia, o jornalismo vira propaganda. E foi isso o que aconteceu, durante o regime civil militar que, por 20 anos, dominou o país. O controle da informação exerceu um papel importante na busca de manutenção e consolidação do regime. Sobre a mídia,

²⁸⁵ TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo**. Lisboa, Quimera, 2002, p. 12

nestes anos, sempre pendeu a espada de censura. Mas não foi só. O governo usou os outros instrumentos que tinha, indo da pressão econômica ao oferecimento de facilidades na obtenção de concessões de rádio e televisão. Contou, ainda, com a adesão dos empresários que detinham o controle da mídia brasileira. No final, sobrava pouco espaço para a discussão de idéias e opiniões, como sugere Traquina. O caminho para furar este bloqueio foi a chamada imprensa alternativa. Neste caso, o jornalismo transformou-se, de fato, em oposição. Para comprová-lo, basta ver o que afirma Kucinski, que chama os integrantes desta imprensa de jornalistas e revolucionários. No primeiro caso, por estarem, efetivamente, integrados à profissão. No segundo, pelo seu desejo de mudança, o que foi exercido com a ação dos jornais alternativos, dentre eles Posição.

A discussão feita neste trabalho buscava, em primeiro lugar, comprovar uma hipótese que dizia ter o jornal Posição exercido um papel contra-hegemônico, ajudando na construção de uma nova hegemonia e fez isso refletindo sobre a democracia, conflito capital versus trabalho e contexto social. O exercício contra-hegemônico de Posição está demonstrado no Capítulo III e, através do uso de categorias em que a Doutrina de Segurança Nacional divide o poder nacional, foi possível mostrar que o discurso do jornal, através das chamadas de capa e da significação criada pela própria primeira página, com a colocação dos títulos, ilustrações ou fotografias, efetivamente se contrapôs ao do governo, então detentor da hegemonia. Ao exercer papel contra-hegemônico, Posição discutiu questões relacionadas à democracia, ajudando a mostrar que o país não vivia em um regime democrático, principalmente através da integração com os movimentos sociais. Mostrou, também, os problemas relacionados ao conflito capital versus trabalho falando de reivindicações salariais, movimentação sindical e greve, tudo feito em nome de melhores salários. Este discurso se contrapunha ao do governo, que dizia não existir no Brasil conflito entre empregados e patrões, exercendo um férreo controle sobre os sindicatos.

O jornal explorou, e muito, o contexto social, partindo dos problemas existentes no Espírito Santo, relacionados à economia, à política e às condições de vida dos que eram mais pobres. Em relação à economia, sempre fez, como mostram as chamadas de capa de Posição, uma crítica consistente aos grandes projetos, chamando a atenção para aspectos que não eram divulgados, como a ampliação das favelas, ocorrida com o êxodo das áreas rurais, devido à atração destes projetos, que apareciam, no imaginário capixaba, como forma fácil de emprego. Basta ver, para tanto, o quadro que faz a comparação entre as diretrizes da DSN e o discurso de Posição. Mostrou, ainda, problemas na educação, na saúde e no campo, sempre em confronto com o discurso oficial, desenvolvimentista e que procurava passar a idéia da inexistência de problemas, principalmente os da área social. A categorização e, a partir dela, a comparação entre as diretrizes da DSN e o discurso de Posição comprova que o jornal exerceu, de fato, um papel contra-hegemônico, ajudando na construção de uma nova hegemonia, consolidada a partir da adoção da democracia, com liberdade de imprensa, de opinião e com o fim da censura e da repressão política.

Se a hipótese resta comprovada, é preciso ater-se, ainda, aos objetivos traçados para esta pesquisa e ver se foram alcançados. No caso do desafio ao controle do governo, Posição o fez, basicamente, através do engajamento de seus jornalistas, intelectuais orgânicos na acepção de Gramsci. Foram eles os responsáveis pelo levantamento dos problemas divulgados pelo jornal. Foram eles que, engajados politicamente, como reconhecem os que dirigiram Posição, furaram o bloqueio da mídia tradicional, mostrando que o Estado não era e não vivia em um mar de rosa. Havia problemas que iam do econômico ao social, sem deixar de lado os políticos, com manipulação eleitoral e corrupção no poder público. O quadro que fala em poder político, no Capítulo III, mostra muito bem esta ação. O trabalho, no entanto, não foi isolado, já que o jornal ligava-se aos movimentos sociais, divulgando suas reivindicações e servindo de voz para os que não tinham acesso à mídia tradicional, o que dava maior amplitude às reivindicações.

O exercício do jornalismo, e do bom jornalismo, foi o principal instrumento usado por Posição para fazer o trabalho contra-hegemônico. Os intelectuais orgânicos que o integravam, como demonstrado no Capítulo IV, agiam no sentido de ter, a cada edição, um número variado de assuntos, refletido na primeira página do jornal, destacando matérias que ajudavam na desconstrução do discurso oficial, de que tudo ia bem e não havia problemas. O jornal valeu-se, também, de sua circulação, pequena se considerado o contexto dos grandes jornais, mais que atingia um número considerável de leitores e formadores de opinião, criando o debate sobre as questões abordadas e desconstruindo a hegemonia do regime. Aqui, como antes, o papel contra-hegemônico está ligado aos assuntos que o jornal abordava e ao próprio discurso e como ele o construía, de forma a opor-se ao discurso oficial, cuja base era a DSN.

Resta, para se completar os objetivos levantados, a questão da situação do jornal e os meios que buscava para sua sobrevivência. Esta questão só pode ser entendida a partir do depoimento das pessoas envolvidas com o jornal. E elas dizem que, basicamente, ele se pagava com a venda avulsa e um pequeno número de assinantes. O jornal recebia anúncios, mas eles nunca foram significantes para a sua receita. Rogério Medeiros²⁸⁶ lembra que as Prefeituras de Cachoeiro do Itapemirim e de Vila Velha, ocupadas por prefeitos do MDB, ajudavam com anúncios. Outra ajuda vinha de anúncios de profissionais liberais, alguns de oposição, cujo sentido era o de ajudar o jornal, como comenta Walter Araújo²⁸⁷. Medeiros e Araújo informam que o jornal recebia ajuda de outras pessoas, o que era feito sem a veiculação de anúncios. Um dos nomes citados pelos dois é o do advogado Paulo Silveira. Outro, do também advogado Sizenando Pechincha Filho. Quando o jornal, em seu primeiro editorial e em outros, sempre que havia uma mudança, dizia que dependia do leitor, não estava se valendo apenas da retórica, mas reconhecendo uma situação que ocorria na prática. A receita com os leitores, no entanto, às vezes não era suficiente e

²⁸⁶ Entrevista com Rogério Medeiros, em 27-12-2005

²⁸⁷ Entrevista com Walter Araújo, em 17-01-2006

integrantes do jornal, que tinham atividades fora da redação, acabavam colaborando para que Posição não deixasse de circular, como lembra Benedito Tadeu César.

Dependente do leitor, mas sem uma estrutura que permitisse ter recursos suficientes para manter-se circulando, Posição acabou. Os problemas financeiros, no entanto, explicam apenas em parte o fim do jornal. Ele se deu, também, pela mudança do contexto político, com o fim da censura à imprensa, a abertura partidária e a liberdade de manifestação. Combinados, estes fatores contribuíram para o fim do jornal. É como afirma Martins, ao comentar o fechamento de Posição: “O fato mais geral é que se tratou de um período histórico a que a imprensa dita alternativa respondeu e que, ao se aproximar do fim (num clima de maior abertura, avanço da oposição e liberdade de imprensa – maior do que nos tempos mais sombrios da ditadura) talvez tenha esgotado a necessidade de tais publicações”²⁸⁸. Talvez, como comenta César²⁸⁹, se fosse estruturado, tivesse se transformado em cooperativa e comprado equipamentos, o jornal se mantivesse. César acredita que sim. Esta, no entanto, é uma outra questão e não perfaz os objetivos deste estudo. Para comprová-lo seria necessária uma outra pesquisa.

Medeiros, que foi o primeiro diretor de Posição, acha que havia – e ainda há – espaço para um jornal como Posição e entende que foi realmente o lado financeiro o determinante para o seu fechamento. O fato é que Posição realmente dependia dos seus leitores, já que não contava com verbas de publicidade para se manter. E foi esta uma das principais características do jornal.

A comprovação da hipótese e o alcançar dos objetivos propostos, no caso do jornal Posição, não esgota a questão do trabalho contra-hegemônico no Espírito Santo. Se o jornal foi um ícone da resistência, não foi o único. Políticos, dirigentes sindicais, dirigentes de entidades, lideranças de bairros e ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja Católica e a Luterana, pelo menos, também

²⁸⁸ Entrevista com Umberto Martins, em 24-01-2006

²⁸⁹ Entrevista com Benedito Tadeu César, em 25-01-2006

agiram no sentido contra-hegemônico. Em alguns momentos, Posição refletiu esse trabalho. Em outros, não. E é por isso que a questão merece ser mais investigada. No caso desta pesquisa, seu objeto é claro e o seu locus, limitado, já que se centrou na ação de um jornal, que circulou no Espírito Santo de 1976 a 1979, inicialmente a cada quinzena e, depois, a cada semana, criado, dirigido e escrito por intelectuais orgânicos e que, pelo seu engajamento, pelas posições assumidas e pela articulação do seu discurso exerceu, de fato, um papel contra-hegemônico no Estado.

A questão da contra-hegemonia, se resta explicada, não esgota a possibilidade de novos estudos sobre o jornal Posição, principalmente devido à riqueza do que fez e ao momento que viveu, um dos mais férteis do país, com o despontar de movimentos sociais e a busca da democratização, que chegaria alguns anos depois do seu fechamento. Seguramente, o jornal pode oferecer novos caminhos para a reflexão, ficando aberto aos pesquisadores que venham a se interessar pela sua trajetória e ação.

A proposta desta pesquisa de, sob a ótica da história política, relacionar mídia, ditadura e contra-hegemonia no Espírito Santo, mostrando a ação do jornal Posição, foi alcançada, comprovando que houve, de fato, uma ação contra-hegemônica por parte do jornal. A pesquisa mostra, ainda, as possibilidades de se trabalhar a mídia e o que ela faz para se levantar a história política. Sem dúvida, Posição dá uma boa mostra como foi o exercício da oposição no Espírito Santo. No caso desta pesquisa, esta oposição se integra a um objetivo maior, a construção de uma nova hegemonia. Como nos afirma Gramsci, ela só é conquistada com a união da sociedade política e da sociedade civil, formando um bloco histórico, para o que mídia tem um papel central, como nos mostra, em um pequeno pedaço do espelho, o trabalho desenvolvido por Posição.

Os conceitos gramscianos de hegemonia – e de contra-hegemonia - intelectuais orgânicos, partido ampliado e ideologia deram o suporte à discussão deste trabalho, conduzindo-o, no final, à comprovação da hipótese levantada e ajudando no alcance dos

seus objetivos. Eles não foram os únicos, no entanto, já que há o aproveitamento de recursos da análise do discurso e, mesmo, de elementos do jornalismo. O que se fez, na verdade, foi seguir o conselho de Peter Burke²⁹⁰, de se recorrer à teoria social e buscar a interdisciplinaridade para se exercer melhor o ofício de historiador e para explicar melhor o objeto escolhido e pesquisado. A utilização de conceitos de outras áreas, se cria uma dificuldade operacional, como reconhece Burke, acaba por permitir um enriquecimento da pesquisa. No caso deste trabalho, a afirmação de Burke é verdadeira e começa pelo uso dos conceitos de Gramsci, desenvolvidos a partir da reflexão política, não histórica, mas que se aplicam perfeitamente à história e à análise de questões como hegemonia, intelectuais, partido ampliado, etc.

O que se prova, com esta pesquisa, no final, é que história, mídia e política possuem liames muito fortes que as liga, com a primeira podendo se utilizar da segunda e da terceira como seus objetos ou, então, como se trata neste trabalho, juntando mídia e política e, a partir delas, fazendo-se uma discussão histórica, focada em um momento, com recorte claro, buscando a explicação para a ação de um jornal que se diferenciou pela sua ação, pelo seu discurso e pelo trabalho dos intelectuais que o integravam.

²⁹⁰ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo, Unesp, 2001.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS, Daniel, RIDENTE, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964/2004)**. São Paulo, Edusc, 2004.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória**, in AARÃO REIS, Daniel et alli (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964/2004)**. Bauru, SP, Editora Edusc, 2004.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de et alli. **Mídia e política no Brasil – Jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, FERREIRA, Marieta de Moraes e RAMOS, Plínio de Abreu. **Imprensa em transição**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, 1ª edição

ABREU, Alzira Alves de. **As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel**, in CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

ABREU, Alzira Alves et alli. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília**, in MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

AGGIO, Alberto (Org). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998.

AGUIAR, Flávio. **Censura e cultura em Movimento**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Editorial Presença, 1980.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental – Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo, 2004

ANDERSON, Perry. **River of time**. New Left Review, Londres, nº 26, março-abril de 2004

ANDRADE JÚNIOR, Hermes. **Matrizes ideológicas presentes no segmento militar brasileiro: o caso do Clube Militar**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano I, nº 1, julho dezembro de 2005, disponível em <http://www.csonline.ufjf.br/txthaj.htm>, acessado em 22/01/2005

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Atlas, 2005, 7ª edição.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário 1968-1978**. Bauru (SP), Edusc, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Mortos sem sepultura**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A luta democrática contra o regime militar na década de 1970**, in AARÃO REIS, Daniel et alli (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964/2004)**. Bauru, SP, Editora Edusc, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada – As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales – Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, 2ª edição.

BADALONI, Nicola. **Gramsci e a filosofia da práxis como previsão**, in HOBSBAWN, Eric. **História do Marxismo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. 10, 1997.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo, Ibrasa, 1972.

BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília, Editora UNB, 1981.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa e poder: Reflexões acerca do desenvolvimento da imprensa na sociedade contemporânea**. Niterói, RJ, UFF, Mimeo, 1997 (Texto fornecido pela autora)

BARROS FILHO, Clóvis de e Martino, Luiz Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo, Paulus, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995, p. 207 a 225

BEIRED, José Luís Bendicho. **A função social dos intelectuais**, in AGGIO, Alberto (Org). **A vitalidade do pensamento de Gramsci**. São Paulo, Unesp, 1998.

BENEYTO, Juan. **Informação e sociedade. Os mecanismos sociais da atividade informativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1974.

BERG, Creusa. **Mecanismos de silêncio – Expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)**, São Carlos, SP, Edufscar, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de Governo**. Brasília, Editora UNB, 1976.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo, Unesp, 1997.

BOMENY, Helena. **Educação e cultura no Arquivo Geisel**, in CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 5ª Ed., 2002.

BRAGA, José Luiz. **Questões metodológicas na leitura de um jornal**, in MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

BREED, Warren. **Controlo social nas redações: Uma análise funcional** in TRAQUINA, Nélson (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega, 2ª edição, 1999.

BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo, Loyola, 2002.

BUCI-CLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo, Unesp, 2001

CAPELATO, Maria Helena e DUTRA, Eliane. **Representações e política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira**, in CARDOSO, C. F. S e MALERBA, J. **Representações: contribuições para um debate transdisciplinar**. São Paulo, Papirus, 2000.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, Alfa Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **História política**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 17, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo – imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo, Brasiliense, 1989

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002

CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

CASTRO, Celso. **As apreciações do SNI**, in CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A figura do intelectual e a formação discursiva investigada** in VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org). **A questão social no Brasil**. São Paulo, Nobe, sd.

CERVEIRA Filho, José Luiz Fernandes. **Um olhar sobre Gramsci**. São Paulo, Universidade de São Carlos, 2003.

COOL, Timothy. **Governing with the news: The news media as a political institution**. Chicago, University of Chicago Press, 1998. (Principalmente o Capítulo 5).

CORREA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre, L&PM, 1977.

COSTELA, Antonio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970

COUTINHO, Carlos Nélon. **Gramsci, um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, 2ª edição.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre, LP&M, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Revista Temas de Ciências Humanas, n 10, p. 93 a 110, São Paulo, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição.

D'ARAÚJO, Maria Celina e Castro, Celso (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997, 4ª edição

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ministério da Justiça, o lado duro da transição**, in

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **1964: Temporalidade e interpretações**, in Aarão REIS, Daniel et alli (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP, Editora Edusc, 2004.

DELLA CAVA, Ralph. **A igreja e a abertura 1974-1985**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.

DOMENACH, J. M. **A propaganda política**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1955.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 1997.

FALCON, Francisco. **História e poder**, in CARDOSO, C. F. S. E VAINFAS, R. (Org). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, Editora Globo, 1975.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001

FERNANDES, Florestan (Org). **Lênin**. Rio de Janeiro, Artenova, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A reforma do Jornal do Brasil**, in ABREU, Alzira Alves de et alli. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, 1ª edição

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História dos tempos presentes: desafios**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111'124, maio-junho 2000.

- FICO, Carlos. **A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura**, in AARÃO REIS, Daniel et alli (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP, Editora Edusc, 2004.
- FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**, in Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, n 47, jan-jun 2004
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Gramsci**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Construção jornalística e dizer social**, in MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.
- FREITAS FILHO, Domingos. **Comunicação e participação: Os meios de comunicação de massa como sujeitos políticos**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988 (mimeo)
- GALLINO, Luciano. **Gramsci e as ciências sociais**. Córdoba, s/e, 1979
- GERHARDT SANTOS, Arthur Carlos. **Recursos Externos: As reivindicações se tornaram realidade**, in **Governo do Estado do Espírito Santo. As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória, Governo do Estado, 1975.
- GOMES, Ângela de Castro. **Política: história, ciência, cultura, etc**. Estudos Históricos –Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, n° 17, p. 59-84, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, sd.

GRINBERG, Lúcia. **Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”**, in AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-1984)**. São Paulo, Edusc, 2004.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder**. Vitória, Contexto, 2000

HALL, Stuart, LUMLEY, Bob e McLENNAN, Gregor. **Política e ideologia em Gramsci**, in HALL, Stuart. **Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

HASSE, Geraldo. **Grandes projetos: A turma de Arlindo Vilaschi – exumando o pensamento econômico do Espírito Santo**. Vitória, Século Diário, disponível em www.seculodiario.com/seculo/2000/seculo3/hasse. Acesso em 24 de novembro de 2002.

HERCOVITZ, Heloiza. **Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses**, in Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Volume XXIII, nº 2, julho-dezembro de 2000, São Paulo, Intercom.

JAMESON, Frederic. **Politics of utopia**. New Left Review, Londres, nº 25, janeiro-fevereiro de 2004

JEANNENEY, Jean-Pierre. **A mídia**, in RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora UERJ-Fundação Getúlio Vargas, 1996

KECK, Margaret. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

KOSELLECK, Reinhardt. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 134-146, 1992

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo, Geração Editorial, 2003.

KUCINSCKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil 1964-1980.** São Paulo, Edusp, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar,** in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil.** São Paulo, Edusp, 2002.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo – Norte e Sul.** São Paulo, Edusp, 2ª Ed., 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – Jornalistas e censores do Ai-5 à Constituição de 1988.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2004,

LACCOUTURE, Jean. **A história imediata,** in LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo, Martins Fontes, 2001

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LAHUERTA, Milton. **Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e capitalismo),** in AGGIO, Alberto (Org). **A vitalidade do pensamento de Gramsci.** São Paulo, Unesp, 1998.

LAKATOS, Eva Maria e ANDRADE, Marina M. **Metodologia Científica.** São Paulo, Atlas, 2004, 4ª edição

LAMOUNIER, Bolívar. **O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura,** in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil**, in ABREU, Alzira Alves de. **Mídia e Política no Brasil – Jornalismo e Ficção**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 2003

MACCIOCCI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 2ª edição

MAIA, Maurício. **Censura, um processo de ação e reação**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 2ª edição.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias – O caso do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

MAINWARING, Scott. **Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Igauçu**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MARQUES, J. Luiz e VARES, Luiz Pilla (Org). **Gramsci – Cem anos de um pensamento vivo**. Porto Alegre, Palmarinca, 1991.

MARQUES, J. Luiz. **O legado intelectual de Gramsci**, in MARQUES, J. Luiz e VARES, Luiz Pilla (Org). **Gramsci, Cem anos de pensamento vivo**. Porto Alegre, Livraria Palmarinca, 1991

MARTINO, Luiz Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo, Paulus, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. **Sob o signo da censura**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

- MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005
- MARX, Karl. **A liberdade de imprensa**. Porto Alegre, L&PM, 1980.
- MATHIAS, Suzely Kalil. **Distensão no Brasil – O projeto militar (1973-1979)**. Campinas, SP, Papirus, 1995.
- MEDINA, Cremilda. **As múltiplas faces da censura**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.
- MELO, José Marques. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1973
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição., 1972
- MONTENEGRO, Júlio. **Imprensa: além da censura**. Revista de Cultura Vozes, número 4, maio de 1976, Petrópolis, RJ, Vozes.
- MORANDI, Ângela. **Na mão da história: A CST na siderurgia nacional**. Vitória, Edufes, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo, Ática, 1977.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico**, in
- MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.
- MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e história – Imprensa e construção da realidade**. São Paulo, Arte e Ciência, 2001.
- MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

NOVINSKY, Anita. **Os regimes totalitários e a censura**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

OLIVEIRA, Eliezer R. De. **As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1976.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo de (des)conhecimento ideológico**, in ZIZEK, Slavoj (Org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, p. 148

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo**. Vitória, Edufes, 1998.

PIZZORNO, Alexandre. **Sobre el método de Gramsci**, in GALLINO, Luciano. **Gramsci e as ciências sociais**, Cordoba, s/e, 1979.

PORTELLI, Hugo. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PORTO, Sérgio Dayrell. **A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso: um método**, in MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 1988, p. 187-203.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora UERJ-Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René. **Uma história presente**, in RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora UERJ-Fundação Getúlio Vargas, 1996

REMOND, René. **Uma história presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, 2ª edição

RESENDE, Lino Geraldo e Silva, Álvaro Jose. **A ferro e a fogo – A trajetória de um setor**. Vitória, Sindifer, 2004.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina, Editora UEL, 2001.

ROCHA, Haroldo Correa. **Formação Econômica do Espírito Santo**, in Gualberto, João e Davel, Eduardo (Orgs). **Inovações organizacionais e relações de trabalho – ensaios sobre o Espírito Santo**. Vitória, Edufes, 1998.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org). **A atualidade do pensamento de Antônio Gramsci para a História Política**. Vitória, PPGHIS, UFES, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Paradigma e história**, in SANTOS, Wanderley Guilherme. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002, p. 64

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Roteiro bibliográfico do pensamento político social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução cultural em Gramsci**. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

SCHLESINGIR, Philip. **Os jornalistas e sua máquina do tempo** in TRAQUINA, Nélon (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega, 2ª Ed., 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez Editora, 2002, 22ª edição

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou contragolpe?**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Justo Correa. **Espírito Santo: O processo de industrialização e a formação da estrutura de poder 1967-1983**. Belo Horizonte, UFMG, 1993 (mimeo).

SILVA, Ricardo. **Autoritarismo instrumental ou estatismo autoritário?** Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói, UFF, julho de 2002, disponível em <http://www.cienciapoliticaorg.br/teopol6.3.doc>, acessado em 22-01-2005

SILVA, Ricardo. **Ideologia de Estado e autoritarismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, PPGSP/UFSC, Florianópolis, nº 21, junho de 2000

SIMÕES, Inimá Ferreira. **A censura cinematográfica no Brasil**, in CARNEIRO, Maria Tereza Tucci (Org). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**, in RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora UERJ-Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **A lenta via brasileira para a democratização**, in STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª edição, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **De Castello a Tancredo**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 2ª Ed., 1977.

STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

TÉTU, Jean-François. **Le Monde e Libération em perspectiva. Referências e significação: Le Monde**, in MOUILAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**, in AARÃO REIS, Daniel et alli (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964/2004)**. Bauru, SP, Editora Edusc, 2004.

TRAQUINA, Nélson (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega Editora, 1999, 2ª edição

TRAQUINA, Nélson. **O poder do jornalismo. Análise de textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra, Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nélson. **O que é jornalismo**. Lisboa, Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nélson. **Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística**. Mídia & Jornalismo, Lisboa, v. 1, nº 1, Outubro de 2002

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo, Summus Editorial, 1992.

TRINDADE, Carlos Calenti et alli. **Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais**, in MARTINUZZO, José Antonio (Org). **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória, UFES-Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005

VERÓN, Eliseo. **Ideologia y comunicación de masas**, in VV. AA. **Lenguaje y comunicación social**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial**, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 2002

ZIZEK, Slavoj. **O espectro da ideologia**, in ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

As capas de Posição

“A realidade, tal como a verdade, nunca é, por definição,
“toda””.

Slavoj Zizek

Se, como nos diz Slavoj Zizek²⁹¹, repetindo Lacan, a realidade só nos aparece por espectro e é este espectro que está no cerne da ideologia, as capas do jornal Posição oferece uma pequena visão de uma realidade que, durante o tempo em que circulou, era bem diferente da apresentada pelo governo e pelo regime. O que estas capas nos mostram é uma crítica recorrente àquilo que o regime mais prezava, às vezes, feita de forma ácida, às vezes, recorrendo ao cômico, através de desenhos que retratavam situações nem sempre risíveis, mais que levavam à reflexão.

Se o jornal, por outro lado e como afirma Mouillaud²⁹², se caracteriza como um dispositivo que usa títulos, ilustrações, chamadas e o próprio meio físico, o papel, para gerar sentido, as capas de uma publicação, por refletirem o que seus responsáveis consideram mais importante, é o melhor meio de apreender este sentido. Assim, para complementar o que esta pesquisa demonstrou, torna-se importante reproduzir as capas de Posição, permitindo que, através da associação de seus títulos, chamadas e ilustrações se forme o sentido contra-hegemônico criado pela publicação, através da ação de seus intelectuais orgânicos.

Adiante, estão reproduzidas todas as capas de Posição, inclusive a do número que, por ter sido apreendido pela Polícia Federal, não foi publicado, gerando uma capa em que a


²⁹¹ ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia, in ZIZEK, Slavoj (Org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro. Contraponto, 1996, 1ª reimpressão.

²⁹² MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). O jornal – Da forma ao sentido. Brasília, Editora UNB, 2002, 2ª edição.

apreensão era denunciada e uma segunda página com um cáustico editorial contra o regime.

posição 1

Viçosa, 29 de outubro de 1978
UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR
C-R\$ 5,00



ESPÍRITO SANTO

AS INVASÕES DE TERRAS,
A LUTA POR CASA PRÓPRIA,
A POLÍTICA HABITACIONAL
E O DESFAVELAMENTO

**BARRA DO RIACHO:
O PESADELO**

**A LIÇÃO DE
PAULO BROSSARD**

posição 2

Viçosa, 12 de novembro de 1978
UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR
C-R\$ 5,00

Quem é que está
desrespeitando a lei eleitoral?

Campanha? Que campanha?

Você já ouviu falar de
corrupção em Colatina?

Que fim levou a CPI da Cohab?

Tem candidato em Cachoeiro
passando por cima da lei?



e tem mais:

A cooperativa dos jornalistas
Os blocos mortais da prefeitura
O negócio do transporte dos operários

posição 3

Viçosa, 1 de novembro de 1978
UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR
C-R\$ 5,00

TUBARÃO

Um grande do lobby eletrônico foi expulso, sem compensação
aliquota, sem indenização e sem indenização. Não é um projeto "impossível" (Pag. 8 e 11)

CRISTIANO DIAS LOPES

Escreva o seu primeiro artigo para o jornal
sem saber, ou de dentro de um grupo? (Pag. 11 e 12)

A TRAGÉDIA DE CACHOEIRO



posição 4

Viçosa, 17 de dezembro de 1978
UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR
C-R\$ 5,00

Juízes: o direito em crise
Terroristas: causa perdida?
Ferroviários: causa ganha?
Pescadores: injustiça
trabalhista



revelações de um ator

posição 5

finalmente acabou-se um ano-pesadelo

UM EX-GOVERNADOR EM DESGRAÇA - p.11
 SECRETÁRIOS DEMITIDOS - p.3
 PROFESSORAS MAL PAGAS - p.5
 TRABALHADORES DESCONTENTES - p.7

e agora, com vocês

O FANTÁSTICO «AUMENTO» DO FUNCIONALISMO: MENOS 50%

posição 6

Denúncias e complôs: veja erro. O alvo era outro p.3

ARACRUZ INFORMA: MAIS UM LAVRADOR ROUBADO p.12

ATRIBUNA em forma: demissões em massa p.43

O "ESFRIAMENTO" DO CASO CRISTIANO p.3

Idéias não morrem. Paulo Pontes vive p.10 11

posição 7

O ESPÍRITO SANTO SEM PRESSA Economize seu combustível e suas ambições

A DESINFORMAÇÃO p.3 A DEGRINGOLADA p.4
 O PREÇO p.5 A EXPECTATIVA p.6

O SONHO ACABOU

UBU: Morte de um trabalhador p.12
 DOPS: Desaventuras de um estudante p.11

posição 8

PROCURA-SE os processos contra **OTACÍLIO COSER**

advogados **PROCURANDO OS DIREITOS HUMANOS**

operários **Torturados e humilhados como se fosse lógico (procura-se uma explicação)**

volta às aulas **PROFESSORES À PROCURA DE UM EMPREGO**

posição 9
 25 de março de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LECTOR C\$3,00

**ÉLCIO ÁLVARES
 1975-1977
 O DEVEDOR
 DE PROMESSAS**
 (páginas 7 a 10)

IRMÃOS DIAS LOPES
sai Justiça, entram interesses (p.6)

ENSINO
**eleições na Universidade,
 politicagem nas escolas** (p.3 e 4)

MANOBRAS
sobe Resende, apaga-se Setembrino
 (p.5,6 e 16)

ECONOMIA
**multinacionais com tudo;
 a Siderúrgica não** (p.12 e 13)

posição 10
 25 de março de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LECTOR C\$3,00

**ESCOLAS PRIVADAS
 DE ENSINO
 SUPERIOR**
 p.6,7e8



MISOM

**INPS:
 DESEMPREGANDO
 OS ACIDENTADOS**
 p.4e5

**COSER NA CPI:
 UMA FARSA
 DE CLASSE**
 p.12

posição 11
 25 de abril de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LECTOR C\$3,00

**O ESTADO ESTÁ
 DANDO
 TERRA
 DE
 PRESENTE**
 p.3

**NOS MANGUES E NOS
 MORROS CONTINUA
 A LUTA POR UM
 PALMO DE
 TERRA**
 p.6e7

Professores x Políticos
 PERSEGUIÇÕES, VIOLÊNCIAS,
 ARBITRIO E DEMISSÕES (p.4e5)

**JOÃO ANTÔNIO p.12
 EXCLUSIVO**

posição 12
 25 de abril de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LECTOR C\$3,00


assembleia legislativa, casa civil etc:
CABIDE DE EMPREGOS
 p.3

câmara de cachoeiro:
O CASO DO SUMIÇO DAS ATAS
 p.6-7

maio de aumento
 A GORJETA DOS
 JORNALISTAS p.5

dia do trabalho
 TUDO NA
 SANTA PAZ p.9

hora do almoço
 COMEÇA



posição 17

Vol. 10 de julho de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-51.00

tudo o que você quis saber (e não soube) sobre

SUCCESSÃO

PAGS. 6-7

nova venécia **VER PRA CRER** P.9
terceira ponte **CRER PRA VER** P.12

posição 18

Vol. 10 de agosto de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-51.00

UFES

Uma Universidade feita de nós p.4e5

CHILE HOJE: O NÓ p.6e7 **EXCLUSIVO**

A CONSTITUINTE sem nós p.12

A POSIÇÃO DO GOVERNADOR **[CONTRA NÓS]** p.3



posição 19

Vol. 10 de agosto de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-51.00

Fundação do bem-estar do maior

p.4e5

mais um sensacional lançamento do **GOVERNO ELCIO ALVARES**
nunca houve (tanto) motivo para trabalhar e confiar.

A volta do Dr. Cristiano

"As manobras vêm do Palácio Anchieta"

p.6e7

PERU A Revolução reversível p.12 **EXCLUSIVO**

posição 20

Vol. 10 de setembro de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C-51.00

ESCOLA DE LINHARES: p.8-9

UMA QUESTÃO DE POTÊNCIA p.4

POSSEIROS DE SANTA MARIA: A QUESTÃO DE SEMPRE p.7

ARACELI Jornalismo em questão p.3

FERRAÇO, SECRETÁRIO QUE TAL TERRAÇO?

Questão de oportunismo

DE PRÁ EM NOVA VENÉCIA UMA QUESTÃO DE CONTAS p.16

BARRA DO RIACHO: A SOBREVIVÊNCIA EM QUESTÃO p.6

EQUADOR Questão de tempo p.13

EDICÃO COM 16 PÁGINAS!

PÁTRIA GRANDE exclusiva

RUSCHI: abrindo fogo contra Elcio Alvares



DR. CRISTIANO: abrindo mão de cem mil
p.3

MDB NÃO ABRIU:
o partido está em perigo
p.12

De Prá:
ABRE-SE MAIS UM CAPÍTULO
p.12

RUSCHI AFIRMA:

"Aqui não tem mais mar: só tem

LAMA"

MAX MAURO CONFIRMA
p.6e7



EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO: 20 PÁGINAS



**Siderúrgica arquivada
Bairro destruído
Ensino falido**



posição 25

UMA REVISTA QUE DEPENDE DO LEITOR

OS BAIROS ALAGARAM
AS PROFESSORAS ENCHERAM
A LANCHAS EMBORCOU
A CAÇAMBA VIROU
O CUSTO DE VIDA SUBIU

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS?

assistência médica:
A FILA DO DESPREZO

posição 26

UMA REVISTA QUE DEPENDE DO LEITOR

eleições no sindicato dos ferroviários

RENOVAÇÃO...

Vitória também tem jagunço: um homem chamado Viola

...OU CONTINUÍSMO?

ARIBIRI sem ônibus e sem saneamento

posição 27

UMA REVISTA QUE DEPENDE DO LEITOR

As aventuras do médico (tarado) que também é dono de um hospital

A história de um prefeito (corrupto) que doou uma rua à Mercedes Benz

o pelego dos ferroviários

A Vale segurou o esdrúculo gordo para beneficiar os trabalhadores

DE QUE LADO ESTÁ ELE?

RIO MARINHO Um barranco por um fio

A morte do Presidente

O pacote da democracia está na página 11

posição 28

UMA REVISTA QUE DEPENDE DO LEITOR

Nomeação de Rezende

A baforada indigesta que a Arena tem que engolir

frincasa, itanguá

EM CIMA DA CARNIÇA

ASCASAS POPULARES DO INOCOOPES

Pagando 800% de aumento por um quilômetro de asfalto

posição 29

Vol. 12 de fevereiro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00



**Se houvesse
eleição direta**

**VOCÊ
VOTARIA
NESTE
HOMEM
PARA
GOVERNADOR?**

SÃO TORQUATO Uma briga de poucos em
prejuízo de muitos

posição 30

Vol. 12 de fevereiro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$5,00

Gerson Camata abre o jogo



**NEM A
ARENA
CONFIA
NO ÉLCIO**

BISPOS DO BRASIL
**Um clarão
de lucidez**

**SECRETARIA
DE SEGURANÇA**
**A ordem
é apagar**

posição 31

Volume 7 de março de 1979 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

CASCATAS

E

MAMATAS

Declarações do governador

Sabão em dólar

Eleições sindicais

O colégio que não existe (e cobra caro)

Entrevista com Christiano Dias Lopes

Élcio pensa que é dono da Arena

posição 32

Volume 22 de março de 1979 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

Três anos de propaganda e publicidade

ÉLCIO ÁLVARES

O homem de 1,5 milhão de dólares

EMPRESA	1976	1977	1978	1979	TOTAL
AGÊNCIA DE PROPAGANDA	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1976	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1977	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1978	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1979	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
TOTAL	4.800	1.000.000,00	800	400.000,00	1.600.000,00
AGÊNCIA DE PROPAGANDA	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1976	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1977	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1978	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1979	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
TOTAL	4.800	1.000.000,00	800	400.000,00	1.600.000,00
AGÊNCIA DE PROPAGANDA	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1976	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1977	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1978	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
1979	1.200	250.000,00	200	100.000,00	350.000,00
TOTAL	4.800	1.000.000,00	800	400.000,00	1.600.000,00

CARNAVAL DE CORRUPÇÃO

NYDER
 Que governo é este?
FAESA/UNESTT
 Que arapuca é esta?



SERRA
 Que família é esta?

QUE PALHAÇADA É ESTA?

cohab/boa vista
CHACRINHA E ÉLCIO:
A DUPLA EXPLUSIVA



politicagem na arena
A EXPLUSÃO
DE SETEMBRINO

pedro canário
PREFEITO
EXPLUDE PROFESSORES
corrupção na fesbem
ACENDEU
MAS NÃO EXPLUDIU

PROFESSORES FICHADOS
Profissão: subversivo

DIVISÃO NO PARTIDO
DO GOVERNO

**“A minha Arena
não é a do Elcio”**



**Viação Alvorada, Viação Planeta
e o governador**

A GRANDE MAMATA



**Operários,
reivindicações
e o arrocho
salarial**

**UMA NOVA
VOZ
ATIVA**

**PARTICIPE DA CAMPANHA
DA IMPRENSA DE
RESISTÊNCIA**

Alvorada, Planeta e o governador

**A ESTRANHA CONCORRÊNCIA
QUE NÃO CHEGOU A HAVER**

posição 41
 Vitória, 22 de agosto de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$ 80,00

tráfico de menores, corrupção,
 bestialidade



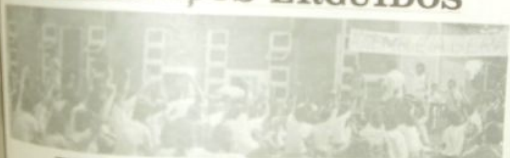
ELES!

posição 42
 Vitória, 2 de setembro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$ 80,00

TRABALHADORES DE BOLSOS VAZIOS

Cadê os quatro bilhões do PIS?

ESTUDANTES DE BRAÇOS ERGUIDOS



Basta de arbítrio!

CONTRIBUINTES DE CALÇAS NA MÃO

Chega de mordomias!

posição 43
 Vitória, 22 de setembro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$ 80,00

FIGUEIREDO NO ESPÍRITO SANTO



FEDEU!

Acorda, Sepé Tiaraju!
 Eles tão roubando
 tuas terras



posição 44
 Vitória, 7 de outubro de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$ 80,00

transporte coletivo

O AVANÇO DAS LUTAS POPULARES

a anistia e as sucursais do inferno

DEPOIS DE 10 ANOS DE SUFOCO E REPRESSÃO

1500 estudantes parados



PARADO

posição 45
 VENDA: 20 de dezembro de 1978 UN JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO: 20 PÁGINAS!

Geisel assina sentença em Aracruz
 CELULOSE DEMITE 10.000
 E CONDENA A POPULAÇÃO

Os porões do regime estão fedendo.
 Coronel Ludwig: "Só é preso
 corrupto burro."

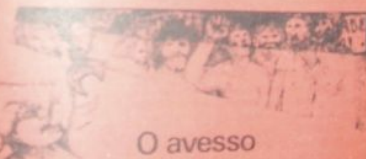
**ÊTA, GOVERNINHO INTELIGENTE
 ESSE QUE TÁ AÍ, SÔ!**

documento

AS LUTAS
 DA CLASSE
 OPERÁRIA

O avesso
 da História

DO ESPÍRITO SANTO:



posição 46
 VENDA: 18 de novembro de 1978 UN JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

Basta de
 arbítrio!
 Basta de
 ditadura!

**Dá-lhe
 povo!**

É hora de
 botar pra
 rachar!



CASO VLADO
 É hora de
 exigir cabeças

TERCEIRA PONTE
 É hora de
 roubar

posição 47
 VENDA: 11 de dezembro de 1978 UN JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

ELEIÇÕES

**A
 DITADURA
 TREMEU!**

18 milhões votaram contra o governo

**O PREÇO
 DA
 DERROTA
 NO
 ESPÍRITO
 SANTO**




Arena: Cr\$ 100.000.000,00 Povo: zeroão

posição 48
 VENDA: 16 de novembro de 1978 UN JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR C\$8,00

condenado pela ditadura a 84 anos de reclusão, o preso político
 capixaba Ferly Cipriano fala com exclusividade para POSIÇÃO.

**"AS GRADES SÓ
 SE ABRIRÃO
 PELAS MÃOS
 DO POVO"**



SOBRAL PINTO

**Lugar de
 militar é
 no quartel**

TRAGÉDIA BRASILEIRA



**Abre-se o pano.
Cai o 5º ato**

**vinte anos
sem
coca-cola**



**MATOSINHA, líder sindical capitaliza
casarão em 64**

**A hora é de organizar
as forças
democráticas**

**FLÁVIA SCHILLING, brasileira presa
como "tupamaro", escreve da prisão**

**Ninguém nasce
lutador,
mas se faz lutador**

**O fim chegou.
Povo derruba ditadura,
solta presos políticos e
decreta liberdade**



*Os estranhos
métodos de
investigação
policia*

**CUIDADO!
VOCÊ TAMBÉM
PODE SER UM
"SUSPEITO"**

DEUS É O CULPADO?



Cofreiros, casas, gado e gente destruídos, perdidos, mortos. O prejuízo é ainda incalculável. O Estado, por seu lado, já adiantou que não indenizará ninguém, por falta de recursos. Apenas os "bens públicos" serão reparados. No entanto, se as inundações não são culpa de Deus ou da Natureza mas sim o resultado de uma ocupação indevida de solo, de um planejamento criminoso e da falta de planejamento que respeite aos interesses da população — em tudo incentivado e provocado pela ação do próprio Estado — não caberia a este indenizar os atingidos?

Quem pagará as mortes, os destruídos, a destruição? Deus? A Natureza? O Estado? Não! É, na verdade, o próprio povo que, mais uma vez, sofre e paga as consequências.



GOVERNO ELCIO ALVARES

Corrupção, descaso e incompetência

RONDÔNIA

A falência da colonização

15 mil capixabas lutam pela terra

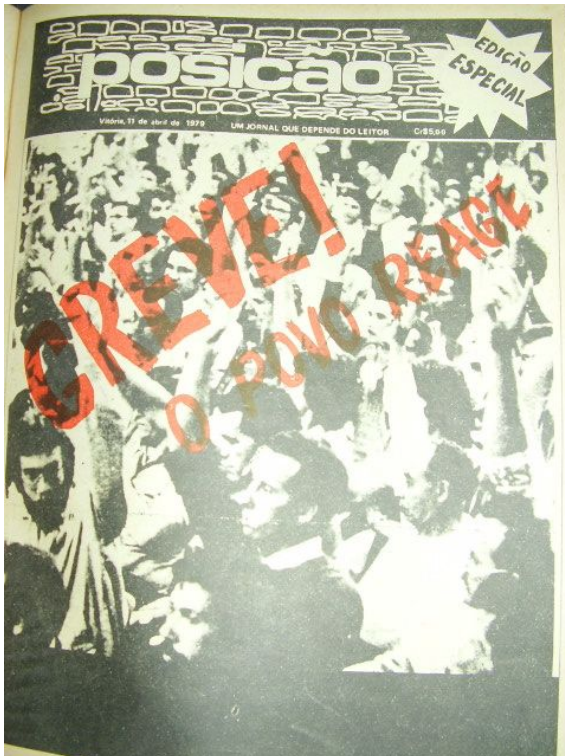
EXCLUSIVO

EM TEMPO

TORTURA E TORTURADORES

20 jornalistas entrevistados

... Mas, São Casimiro Pereira, Osmar Andrade, Adolfo Luedenberg, ...
 ... José de Castro, ...
 ... Raula José Coutinho, ...
 ... Antônio Bandeira, ...
 ... Sérgio Melo, ...
 ... José ...



posição SEMANAL
Volume 12 de maio de 1978
No 52 - D\$ 10,00
UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

OS MISTÉRIOS DA MAÇONARIA

De antiga organização operária, a Maçonaria transformou-se em uma entidade dedicada à construção do "edifício da moral da sociedade humana". Mas, o que há por trás desta Ordem secular, para que seja exigido de seus membros um silêncio absoluto a respeito de seus objetivos? Existe uma poderosa sociedade capaz de pressionar o Poder para saciar os interesses do grupo ou de um dos elementos que a compõem.

Contrabando envolve filha de Carlito

A prisão de uma filha do governador de Santa Catarina, responsável de Leticia, por contrabando de armas, envolve a filha do governador de Santa Catarina, responsável de Leticia, por contrabando de armas, envolve a filha do governador de Santa Catarina, responsável de Leticia, por contrabando de armas.

Um balanço da guerrilha na Nicarágua

Um balanço da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), responsável de Leticia, por contrabando de armas, envolve a filha do governador de Santa Catarina, responsável de Leticia, por contrabando de armas.

+ **SEM REENEMER**
O grupo POME foi formado por alguns membros do movimento e passou a ser conhecido como POME. O grupo foi formado em São Paulo, POME se tornou grupo e continuou a ser conhecido como POME.

MIG FIDEL DE PATRICKS FORTI
LUCIO S. GUARDADO POR SERGIO FERNANDES ELETRO

posição SEMANAL

Vitória, 17 a 19 de maio de 1978 Nº 64 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

Denúncia de contrabando envolve também prefeito de Vitória e presidente do Tribunal de Contas

O prefeito de Vitória, Carlos Alberto Von Schilgen, cedeu carro da PMV para transportar mercadorias negociadas pela Loja Contempo Decorações - de Letícia Von Schilgen e Ana-mélia Moraes - para a residência do sr. Senithes Moraes. Estas acusações foram reforçadas pelo ex-gerente da firma, além de apontar que Ana-mélia recebe salário do Tribunal apesar de não ir ao trabalho.

MAÇONARIA
A Maçonaria no Espírito Santo vive os reflexos da crise ocorrida no final de 1977, quando o então grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, Osmane Vieira de Rezende (primo do biônico Eurico Rezende) tentou impor sua visão. A crise coloca em segundo plano todos os trabalhos realizados até então para uma reaproximação com a Igreja Católica. O arcebispo de Vitória fala sobre a questão.

Professores reagem contra exploração
Nassau provoca doenças com sua poluição

posição SEMANAL

Vitória, 18 a 25 de maio de 1978 Nº 65 - Cr\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

SEQUESTRO DO EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO

Jogavam Fluminense e Bangu naquela tarde do dia 7 de setembro de 1969. No mesmo momento, não muito longe do Maracanã, mas distante dos olhos do público que superlotava o estádio, desenrolava-se uma batalha silenciosa entre as forças repressivas e um comando armado do MR-8 e Aliança Libertadora Nacional. Pouco antes do final do jogo o comando libertaria o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, sequestrado há três dias - em troca, a junta militar que sucedera o general Costa e Silva já havia banido do país 15 revolucionários que se encontravam presos em seus cárceres. Os depoimentos de dois participantes do sequestro são publicados por POSIÇÃO nesta edição.

De repente olha eu de novo
O 31º Congresso Nacional dos Estudantes, no dia 29 e 30 de maio, reuniu representantes de mais de 600 escolas de todo o país, no Campus da Universidade Federal de Bahia, em Salvador. O objetivo do congresso é a renovação do União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade pelo regime militar logo após o 1º de abril (P.D).

A luta do professor e a UPES
Os homens de Eurico Rezende

posição SEMANAL
 Um jornal que depende do leitor
 Nº 52 - Cr\$ 10,00



É ferro nas bonecas e na Polícia Federal. Os tempos mudam

Ditadura não quer, mas Pery Cipriano será anistiado

POVO MISERAVEL, ESSE CAPIXABA
 Figueiredo poderia ter arrebatado 40% da população

26,27 por cento de analfabetos brasileiros são, sem dúvida, responsáveis de seu atual atrasado social - 44.620.827 pessoas que não sabem ler e escrever em 1979, que analfabetos e de baixa escolaridade para a maioria dos empregos. É o estado de grande ignorância e atrasado que dá origem ao crime, à violência, à corrupção e a todas as outras doenças sociais.

posição SEMANAL
 Um jornal que depende do leitor
 Nº 52 - Cr\$ 10,00



Muniz deixa cela livre para Benedito Soter Lyra

NOITE VOGUE: O discreto charme da burguesia capixaba

EX-DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA ENFIA O CAGETE NA 'ABERTURA'

Ex-deputado pelo Partido Comunista no Espírito Santo, Benjamin de Carvalho Campos fala também sobre o trabalho da organização no Estado, suas lutas, os ex-companheiros do Comitê Central, os debates sobre novos partidos, etc. Para ele, um partido dos trabalhadores deve ter uma ideologia marxista-leninista e ponto final. (Leia a entrevista nas páginas 6, 7 e 8)

O que é que a Maria Lucas tem? Agora ela está no TC

posição SEMANAL
 Um jornal que depende do leitor
 Nº 52 - Cr\$ 10,00

EURICO SÓ FALA BESTEIRA. E A GANG ESTÁ ENFIANDO A MÃO NOS COFRES PÚBLICOS



Com poucas exceções, 37 procuradores do Espírito Santo oneram a folha de pagamento do funcionalismo público em mais de Cr\$ 2 milhões. E nada fazem. Mas, segundo o biónico Eurico Rezende, a corrupção é irmã gêmea do capitalismo. Enquanto isto, 90% do funcionalismo recebem menos de 3 mil cruzeiros mensais. (Página 5).

A Igreja e o marxismo Pág.11

General comanda despejo Pág.3

posição SEMANAL
 Um jornal que depende do leitor
 Nº 52 - Cr\$ 10,00

EURICO REZENDE CONSPIROU COM FROTISTAS PARA DERRUBAR O GENERAL GEISEL



No final de setembro de 1977 o então senador Eurico Rezende e o ex-governador Elton de Souza de Moraes organizaram a ex-Frente Popular (Frope) e a Frente de Trabalho (Frota) no cargo de direção provisória do BAP. Eurico aproveitou que Rezende se candidatou ao "Senado Federal" do Espírito Santo, para criar a Frente de Trabalho e a Frente de Trabalho e a Frente de Trabalho. Enquanto isso, o ex-deputado Eurico Rezende ficou sendo usado para convencer os senadores a apoiar uma moção de censura ao General Geisel. (Página 1).

Cohab ataca em São Mateus Pág.3

Uma capixaba conta como viu a ofensiva sandinista



Virgínia vive no terror de ditadura de Somoza.

A tortura com Figueiredo Pág.9

posição

Edição 101 e 7 de julho de 1978 Nº 80 - C\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR



Eles são os quinze sobreviventes — entre eles a jornalista Fátima Capriles — resgatados no penitenciário Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, instituição de detenção de caráter insustentável pelo general-presidente João Figueiredo. O Diálogo Espiritual do Congresso Nacional, acusado de ter sido profanado "contra os valores", é mais uma expressão da intolerância por regimes autoritários e a violência de milhares de presos em condições de prisão de fome. Eles sobrevivem aos centros de tortura mediante sua coragem e abnegação. O país é ditadura e a PDS/CAB a representação de toda a estrutura repressora, as grandes estruturas de tortura são as escolas e os penitenciários de caráter autoritários. É um relatório do Brasil no Rio de Janeiro. F. Capriles. Páginas 5, 6, 7 e 8.

Eles sobreviveram aos centros de tortura do regime

Rezende impõe Feu Rosa como reitor da Ufes
Pág 3

Autópsia da família Ceolin. Linhares fede
Pág 9

posição

Edição 102 e 14 de julho de 1978 Nº 81 - C\$ 10,00 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR



Foto: A. S. de Almeida / Agência O Globo

FUNDAÇÃO CULTURAL

BIÔNICO QUER FAZER PRIMEIRO BOTA FORA. E NAMYR MERECE

Pág 9

Miséria é grande em Vitória

A Grande Vitória já apresenta índices elevados segundo o "desenvolvimento" em seu nível de pobreza capitalista brasileira e economicamente estruturada para a classe média. Há 94 mil pessoas vivendo em condições de miséria, em um total de 320 mil habitantes e que "dominam" o movimento de violência. Com um pouco mais de tempo, o regime de violência urbana é estruturado nos próximos 5 e 7 dias seguintes.



Polícia mata e continua impune

Pág 3

Cresce a luta contra ditaduras

O sistema ditatorial implantado em todos os países de fronteira para salvar o interesse do capital norte-americano e da classe burguesa local, vem sendo colocado em crise, a cada dia com maior violência, em todo o continente, num processo político mais ou menos espontâneo ao qual, há mais tempo, vem sendo observado na África. A Nicarágua, Haiti, "comanda" esse movimento. Na Guatemala El Salvador, Honduras, Brasil, Argentina, etc., o povo se levanta. É a resistência ou ditadura. É o capitalismo em crise.

Pág 10

posição
 1978 - 2012 de julho de 1978 Nº 62 028 1130 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR

BANDIDÕES PLANEJAM GOLPE DO TURISMO

A Ematur está adiantando em prática um "Programa de Turismo de Montanha" em bandidões exclusivos de uma variedade de softwares. O presidente da Vale, Eliezer Rapinista, os empresários Camillo Gato, Osvaldo Coser, João Pereira dos Santos e o senador bionônico João Calmon são alguns dos grandes proprietários na região alentejana para a implementação de infra-estrutura necessária à execução do programa. Os estudos são ótimos; ele é dono de quase três milhões de metros quadrados por lá. Como a dois milhões, nos proprietários (em extensão inferior à do Camillo Gato) será superespecializada com a implementação do programa. A região está sendo promovida de classe. A política da Ematur é definida pela própria mídia. Para se identificar basta observar a relação dos membros da Ematur, o órgão que determina as ações da Ematur. O bionônico Eurico Razezede também está envolvido.

Pág 5

ESPINDULA CONTINUA LIVRE

É notório: Como sempre, com planejamento do governo. Dos milhões. Mariana Egilto. No momento para economizar na UDES e outros do sistema Eurico Razezede, Maria Rapinista. A Santa Catarina, propriedade de Graciano Espindula para efeitos oficiais de seu filho, Marcus Tereza, sempre Cr\$ 300 mil em 1981 somente nos três primeiros meses de funcionamento. Mais informações na página 5.

Ditadura persegue médico de Colatina Pág 6

posição
 1978 - 2012 de julho de 1978 Nº 62 028 1130 UM JORNAL QUE DEFENDE DO LEITOR

Presos políticos fazem greve de fome pela ANISTIA Pág 2

As demissões do bionico: POPULAÇÃO REPUDIA A SAFADEZA

Na terça-feira de semana passada, o bionônico Eurico Razezede recebeu dentro mais de 10 mil funcionários, segundo ele, para manter dispostos a obter uma economia de Cr\$ 75 milhões. Para isso, ele poderia demitir apenas 300, mas o bionônico quer sacrificar a camada mais pobre de funcionários. Diversas entidades e personalidades da sociedade protestaram contra as demissões, que gerou também, um "Ato Público de Fé em Solidariedade aos Demitidos", ontem, na Catedral Metropolitana. POSIÇÃO se junta a mais setores e repudia o ato de Eurico Razezede, que, durante os quatro meses de mandato, imobilizou mais de mil trabalhadores e cobrou salários no governo. Faz 300 nomeações para administração diversa. Publicamos a lista dessas 300, elaborada pela União dos Professores do Espírito Santo (LUPES) e outras informações, NA PÁGINA 3.

POSIÇÃO tá de saco cheio com os Feu Rosa Pág 5

LBA e Consultec iludem moradores de Santa Rita

Operários da construção civil falam do capitalismo

